


Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

SÉRIE ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

 Baixada Santista

 Maceió

 Campinas

 Vale do Paraíba e Litoral Norte



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

SÉRIE ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

-  **Baixada Santista**
-  **Campinas**
-  **Maceió**
-  **Vale do Paraíba e Litoral Norte**



Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

SÉRIE ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

-  **Baixada Santista**
-  **Campinas**
-  **Maceió**
-  **Vale do Paraíba e Litoral Norte**



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Realização

Jorge Chediek

Representante-Residente do PNUD no Brasil

Ana Inés Mulleady

Representante-Residente Adjunta do PNUD no Brasil

Jessé Souza

Presidente do Ipea

Roberto Nascimento

Presidente da FJP

Supervisão

Maristela Baioni

Representante Residente Assistente para Programa

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Marco Aurélio Costa

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea

Maria Luiza de Aguiar Marques

Fundação João Pinheiro – FJP

Coordenação

Andréa Bolzon

PNUD

Bárbara Oliveira Marguti

Ipea

Maria Luiza Aguiar Marques

FJP

Coordenação das Divisões Espaciais

Olinto José Oliveira Nogueira

FJP

Equipe Técnica

PNUD Jacob Said, Pauliina Sillfors, Luisa Kieling, Samantha Salve

IPEA Arlei Teodoro de Queiroz, Clayton Gurgel Albuquerque,
Nikolas de Camargo Pirani

FJP Bruna Duarte Matias, Daniele Reis de Oliveira, Fernando
Martins Prates, Mônica Galupo Fonseca Costa, Olinto J. O.
Nogueira, Priscilla de Souza da Costa Pereira, Vera Scarpelli Castilho

Projeto Gráfico Atlas Web Explico

Desenvolvimento Atlas Web Erivelton Guedes (Ipea),
Rodrigo Queiroz

Projeto Gráfico e Editoração Editorar Multimídia

Colaboração

Comunicação e RDH PNUD Luciano Milhomem, Daniela

Gomes Pinto, Fabiana Pullen, Julia Libório, Raíssa Teixeira

Comunicação FJP Olívia Bittencourt

Comunicação Ipea João Claudio Garcia Rodrigues Lima

Desenvolvimento Atlas Web André Castro, Leoflávio Silva,
Elaine Moreira, Tiago Prates, Cristina Durães, Rozilene Vieira, Felipe
Quadros, Edson Dota, Desenvolvimento Atlas Web Ipea Moisés
Silva, Paulo Lari, Frederico Franzosi

Programação ATI/FJP Rodrigo Diniz Rosa, Tiago Francisco
Ferreira, Luiz Marques de Oliveira

Consultoria Técnica FJP Irineu Rigotti, Laura Wong, José
Alberto Magno de Carvalho

Parceiros Institucionais

Braskem, Petrobrás, Sebrae, Banco do Nordeste do Brasil, Furnas

Apoio Institucional

Secretaria Geral da Presidência da República, Banco do Brasil,
Caixa Econômica Federal

Colaboração Técnica

RM Maceió

Prefeitura Municipal de Maceió - Secretaria Municipal de
Planejamento e Desenvolvimento

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Escritório Regional EMPLASA (Região Metropolitana do Vale do
Paraíba e Litoral Norte)

Secretaria de Governo do Município de Aparecida

Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Caçapava

Secretaria de Planejamento de Caraguatatuba

Secretaria de Planejamento de Cruzeiro

Secretaria de Planejamento de Jacaré

Secretaria de Planejamento de Lorena

Secretaria de Planejamento de Pindamonhangaba

Secretaria de Planejamento de São José dos Campos

Secretaria de Saúde de Tremembé

RM Campinas

AGEM-CAMP

Secretaria de Planejamento de Santa Bárbara do Oeste

Secretaria de Planejamento de Indaiatuba

Secretaria de Obras de Vinhedo

Secretaria de Planejamento de Hortolândia

Secretaria de Planejamento de Americana

Secretaria de Planejamento de Itatiba

Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Valinhos

Secretaria de Planejamento de Jaguariúna

Secretaria de Desenvolvimento de Nova Odessa

Secretaria de Planejamento de Sumaré

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - Prefeitura Municipal de Campinas

RM Baixada Santista

AGEM-BAIXADA SANTISTA

Secretaria de habitação de São Vicente

Secretaria de habitação do Guarujá

Secretaria de Planejamento e Secretaria de Obras de Bertioga

Secretaria de Planejamento de Peruíbe

Secretaria de Planejamento de Cubatão

Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Santos

Secretaria de Planejamento de Praia Grande

Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Itanhaém

Prefeitura Municipal de Mongaguá

Agradecimentos

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Movimento Nacional pela Cidadania
e Solidariedade – Nós Podemos, Sesi Paraná

Capa: Imagem Aérea de Santos - SP. Cortesia da EMPLASA - Todos os direitos
reservados. EMPLASA. Governo do Estado de São Paulo.

Publicado pelo Programa das Nações
Unidas para o Desenvolvimento
(PNUD).

Esta publicação é fruto de uma parceria
entre o PNUD, o Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada (Ipea)
e a Fundação João Pinheiro.

© PNUD 2015
Impresso no Brasil

Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões
Metropolitanas Brasileiras: Baixada Santista, Campinas, Maceió
e Vale do Paraíba. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2015.

67 p. – (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

Incl. bibl.

ISBN: 978-85-88201-23-1

1. Desenvolvimento humano 2. Desenvolvimento urbano
3. Desenvolvimento social e econômico 4. Cidades 5.
Necessidades básicas 6. Empoderamento 7. Bem-estar social
8. Segurança humana 10. Educação 11. Dinâmica populacional
12. Governo municipal 13. Regiões Metropolitanas 14. Brasil I.
PNUD II. Ipea

III. Fundação João Pinheiro III. Série

Sumário

PREFÁCIO JORGE CHEDIEK

PREFÁCIO JESSÉ SOUZA

PREFÁCIO ROBERTO NASCIMENTO

DESENVOLVIMENTO HUMANO

As Regiões Metropolitanas e o desenvolvimento humano	9
Desenvolvimento humano	10

MEDINDO DESENVOLVIMENTO HUMANO: O IDH E O IDHM

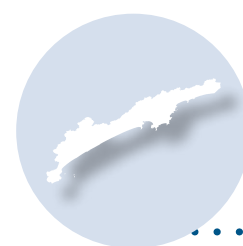
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	10
As três dimensões do IDH	11
Adaptando o IDH	11

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

IDH Global	11
Como ler o IDHM	12
Histórico do IDHM	12
Por que o IDHM é importante	12
Como é calculado o IDHM	12

Ficha técnica

IDHM	62
Dimensão Longevidade	62
Vida longa e saudável	62
Dimensão Educação	63
Acesso ao conhecimento	63
Dimensão Renda	65
Padrão de vida	65
Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH)	66



RM da Baixada Santista

15



RM de Campinas

27



RM de Maceió

39



**RM do Vale do Paraíba
e Litoral Norte**

51

Prefácio Jorge Chediek



Quando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi lançado, em 1990, junto com o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, era difícil imaginar a importância e a abrangência que esse indicador teria no mundo.

Naquele momento, o PNUD enxergou a necessidade de mudar o foco do debate sobre desenvolvimento, que até então considerava apenas o crescimento econômico dos países. Era preciso inserir as pessoas nessa equação, pois elas, sim, são a verdadeira riqueza das nações. Desde então, o IDH se tornou uma referência quando falamos em desenvolvimento humano.

No Brasil, em parceria com o Ipea e a Fundação João Pinheiro, realizamos adaptações desse indicador desde 1998, quando os dados ainda era disponibilizados em disquetes. Essa adaptação subnacional ficou conhecida como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o IDHM.

Hoje, quase duas décadas depois da primeira adaptação em disquetes, temos um site moderno e robusto com um banco de dados que inclui o IDHM e mais de 200 outros indicadores socioeconômicos de todos os municípios e unidades da federação do Brasil.

O Atlas do Desenvolvimento Humano avançou em tecnologia, mas também em qualidade:

calculamos os indicadores para o nível intramunicipal, recortes próximos ao que conhecemos como bairros, para ter uma visão mais próxima dos desafios das cidades.

Com esta nova fase do projeto, com dados de Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Maceió, totalizamos 20 regiões metropolitanas contempladas com este tipo de recorte, território ocupado por 40% da população do país. Os resultados confirmam os avanços significativos do Brasil em seus indicadores socioeconômicos, mas também revelam as desigualdades que existem dentro dos municípios, independentemente da região do país.

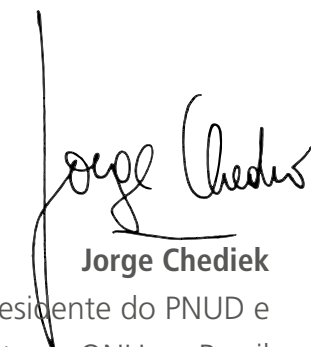
Este lançamento também é um registro da marca de 11 milhões de páginas acessadas no site do Atlas (www.atlasbrasil.org.br), desde o seu lançamento. Os números impressionam, mas o que mais nos importa no PNUD – e o que consideramos como um verdadeiro indicador de sucesso desse projeto – é o impacto positivo que ele tem na vida nas pessoas.

Governadores e prefeitos de todo o Brasil têm usado os indicadores do Atlas para mapear os locais que mais precisam de atenção do poder público em seus estados e municípios. Até mesmo gestores federais têm criado políticas públicas e programas sociais a partir dos dados.

Esse mapeamento está permitindo que escolas sejam construídas onde há desafios na educação, médicos cheguem até as pessoas que vivem menos e que investimentos financeiros sejam feitos onde a renda é mais precária. E isso muda a vida das pessoas.

O PNUD quer continuar inovando e criando soluções que possam contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública e do trabalho de ONGs, da academia, do setor privado e de todos os que têm interesse na temática do desenvolvimento humano.

Nossa expectativa é a de que este trabalho siga motivando este debate e de que o Atlas do Desenvolvimento Humano possa permanecer como um instrumento útil aos governos para auxiliar na tomada de decisão sobre onde e como precisam investir para aumentar o bem-estar das pessoas e melhorar ainda mais a vida das cidadãs e dos cidadãos brasileiros.



Jorge Chediek
Representante-Residente do PNUD e
Coordenador do Sistema ONU no Brasil

Prefácio **Jessé Souza**



Em novembro de 2014, os parceiros do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADH) lançaram uma nova edição da plataforma web do Atlas, disponibilizando indicadores socioeconômicos e o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para 16 regiões metropolitanas (RMs) brasileiras.

Desde o lançamento inicial da plataforma, em 2013, já são mais de 10 milhões de acessos à plataforma web do ADH, atestando seu sucesso e a apropriação de seus recursos e ferramentas pela sociedade brasileira.

Dando continuidade às atividades do ADH, que ganha os contornos de um programa de pesquisa, este novo lançamento traz a inclusão, na plataforma, dos indicadores e índices de mais quatro regiões metropolitanas: Campinas, Baixada Santista, São José dos Campos e Maceió.

Este novo lançamento integra o processo de transformação do ADH em um robusto e promissor programa de pesquisa que vem se conformando e se consolidando, aprofundando a parceria entre o Ipea, o PNUD Brasil e a Fundação João Pinheiro.

Ao se configurar como um programa de pesquisa, ampliando a abrangência da cobertura da plataforma do ADH, reforça-se o comprometimento do Ipea com a sistematização e publicação de indicadores socioeconômicos que permitem conhecer e caracterizar o Brasil, em diferentes escalas e recortes territoriais, permitindo que esse conhecimento favoreça o desenho, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas no país.


A transformação do ADH em um programa de pesquisa implica o desenvolvimento de diversos projetos associados ao Atlas, na atualização permanente de sua plataforma web e na construção de ferramentas que promovam uma mais ampla divulgação de seus recursos.

Neste momento de publicação dos resultados de mais um produto do ADH, mesclam-se os sentimentos de satisfação pela realização e entrega, para a sociedade, de mais uma edição da plataforma web do Atlas, com os compromissos de aprofundamento e continuidade com este programa de trabalho, reforçando a responsabilidade do Ipea com a produção e disseminação de indicadores que

ajudem a compreender o Brasil, com suas características, peculiaridades e disparidades.

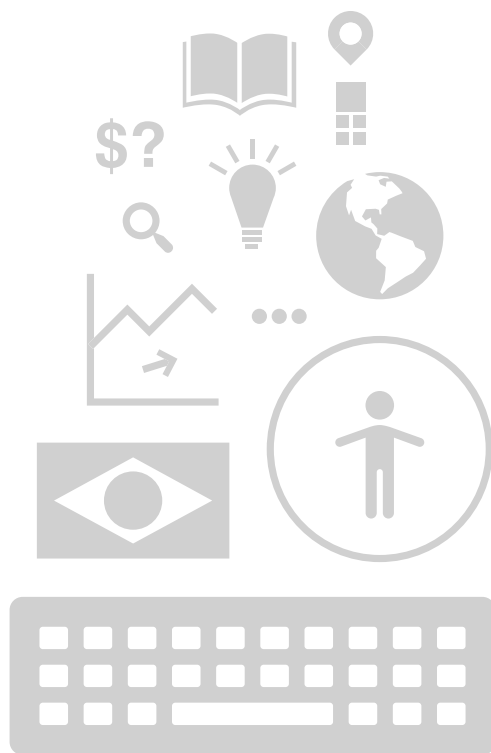
Como parte deste lançamento, trazemos ao público destas quatro regiões metropolitanas que passam a incorporar a plataforma do ADH, esta publicação exclusiva com os resultados encontrados para estas RMs, com mapas e análises descritivas que oferecem uma ampla caracterização desses espaços dinâmicos, marcados por intensas transformações sociais e econômicas na década de 2000.

Reiteramos o engajamento institucional do Ipea no programa de trabalho do Atlas e esperamos que o esforço aqui traduzido seja mais uma vez apropriado pelos gestores públicos, pela academia e pela sociedade brasileira em geral.



Jessé Souza
Presidente do Ipea

Prefácio Roberto Nascimento



O debate sobre o desenvolvimento econômico que se seguiu nos anos posteriores ao término da 2ª Guerra Mundial retomou, em bases renovadas, uma reflexão que tinha figurado entre as principais temáticas da economia política clássica, cujo objetivo foi o de entender – para controlar – os fatores determinantes da riqueza das nações. Naquele ambiente marcado pelo esforço de reconstrução econômica e de declínio dos velhos impérios coloniais, a esperança de que o subdesenvolvimento poderia ser superado ganhou fundamentos teóricos respeitados, estabelecendo-se como uma ideia científica dominante. A visão então hegemônica predizia que a industrialização acelerada, por meio de maciços investimentos liderados pelo Estado, seria capaz de pavimentar a decolagem dos países da periferia do mundo capitalista, dotando-lhes dos mesmos padrões de consumo das sociedades avançadas (Estados Unidos e Europa Ocidental).

No início dos anos 1970, essas perspectivas otimistas de convergência econômica internacional já tinham se revelado irreais. A industrialização periférica avançou, permitiu a incorporação de técnicas e estruturas produtivas modernas em diversos países da América Latina, África e Ásia, mas reforçou, em todos eles, grandes iniquidades políticas e sociais. Albert Hirschman, um dos principais pioneiros da moderna teoria do desenvolvimento, denominou essas experiências de “casos espetaculares de desenvolvimentos desastrosos”, que atestam o fracasso daquelas teorias que, simplificando em demasia a complexidade dos processos de

transformação social, equalizaram os conceitos de “desenvolvimento” e “industrialização”, confundindo um com o outro.

Contudo, as frustrações ocasionadas pela industrialização periférica, que progrediu reiterando desigualdades, suscitaram novos questionamentos e indagações críticas, rejeitando a validade de processos de modernização produtiva concebidos como um fim em si mesmo, e que relegam o indivíduo a uma posição marginal e caudatária das transformações econômicas.

A criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) fez parte desse redirecionamento da agenda do desenvolvimento, recolocando a dimensão social em primeiro plano e a qualidade de vida de homens e mulheres como o objetivo precípua de todo desenvolvimento econômico: um não se faz sem o outro.

No Brasil, parceria firmada pela Fundação João Pinheiro (FJP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para efetuar o cálculo do IDH, para todos os municípios brasileiros, se insere nesse esforço permanente de requalificar o debate sobre o desenvolvimento, permitindo a formulação, implantação e avaliação de políticas públicas mais eficazes e ações de monitoramento mais apropriadas. Essa parceria se concretizou no lançamento, em 2012, do 3º Atlas de Desenvolvimento Humano para os Municípios Brasileiros, contendo indicadores para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010.

Posteriormente, em 2014, foi lançado o Atlas de 16 Regiões Metropolitanas do Brasil, com os mesmos indicadores do Atlas dos municípios, calculados para áreas homogêneas dessas regiões para os anos de 2000 e 2010.

A presente publicação, que ora disponibilizamos ao público, é uma continuidade desse trabalho coletivo e focaliza quatro novas regiões metropolitanas: Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Maceió. Todas as informações publicadas, que abrangem o mesmo conjunto de indicadores constantes nos Atlas anteriores, estão incorporadas na plataforma www.atlasbrasil.org.br, que abriga a extensa base de dados gerada no bojo do trabalho e oferece, também, vários recursos de análise.

Acreditamos que os indicadores e índices publicados, quando contextualizados à luz de outras informações socioeconômicas e sociopolíticas, poderão ensejar reflexões mais completas e complexas, cujos resultados poderão revelar, mais do que ocultar, desafios relevantes a serem enfrentados pelos indivíduos e instituições ocupados em promover, no Brasil, um processo de desenvolvimento econômico inclusivo, com justiça social e sustentabilidade.


Roberto Nascimento Rodrigues
Presidente da FJP

Novas Regiões Metropolitanas sob o enfoque do Desenvolvimento Humano Municipal

Dando seguimento ao trabalho que permitiu, em 2014, disponibilizar mais de 200 indicadores para recortes intramunicipais de 16 Regiões Metropolitanas (RM), dentre as quais Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e Salvador, esta publicação traz um retrato de mais 4 RMs: Baixada Santista; Campinas; Vale do Paraíba e Litoral Norte, no estado de São Paulo, e Maceió, em Alagoas.

Mais uma vez os dados confirmam os avanços nos indicadores socioeconômicos brasileiros entre 2000 e 2010. Na RM da Baixada Santista, neste período, o IDHM Educação avançou 24%. Na RM de Campinas o IDHM teve melhora de 11,5%. Na RM de Maceió o IDHM Educação também teve um ganho expressivo de 51% e na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte o aumento foi de 7% no IDHM Longevidade.

Porém, a desigualdade em nível intrametropolitano persiste como realidade, revelando um quadro de injustiça social que acomete o país tanto no Sudeste como no Nordeste. Dentro da mesma Região Metropolitana, a diferença em termos da esperança de vida ao nascer é de mais de 10 anos, quer estejamos em Campinas (SP) ou em Maceió (AL). Isso significa que a criança que nasce em uma área pobre da cidade, possivelmente, viverá 10 anos a menos que aquela que nasce em um bairro mais rico.

No campo da educação, a análise da situação nas diversas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) – conceito próximo ao de bairros – mostra um panorama igualmente impactante: enquanto em algumas áreas mais de 90% das pessoas com 18 anos ou mais possuem o ensino fundamental completo, em outras áreas esse percentual fica entre 30% e 40%, aproximadamente.

Se o indicador analisado é a renda *per capita* média mensal das pessoas, a situação de desigualdade também aparece de forma marcante. Na RM de Maceió, essa renda é de pouco mais de 200 reais nas localidades com menor renda e chega a mais de 4 mil reais nas localidades com maior renda. Na RM de Campinas, na RM da Baixada Santista e na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte a situação é a mesma. Nas áreas ricas a renda mensal *per capita* supera os 4 mil reais, ficando entre 300 e 400 reais nas áreas menos favorecidas.

Tanta diferença, em um contexto geral de melhoria expressiva dos indicadores sociais, é paradoxal. Reflete a complexidade de um país que vem fazendo muito para superar seus passivos históricos, mas que ainda padece com uma estrutura social injusta e desigual.

Esperança de vida ao nascer (2010)

RMs	UDHs ("bairros")	
	Menor valor (anos)	Maior valor (anos)
Vale do Paraíba	70,29	81,83
Campinas	69,79	81,71
Baixada Santista	69,78	81,10
Maceió	67,34	81,78

Percentual de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo (2010)

RMs	UDHs ("bairros")	
	Menor valor (%)	Maior valor (%)
Vale do Paraíba	31,55	92,94
Campinas	37,91	95,73
Baixada Santista	40,14	92,01
Maceió	29,29	92,91

Renda *per capita* média mensal (2010)

RMs	UDHs ("bairros")	
	Menor valor (R\$)	Maior valor (R\$)
Vale do Paraíba	318,74	4484,24
Campinas	401,13	4536,72
Baixada Santista	351,58	4128,13
Maceió	214,18	4432,46

Desenvolvimento humano

Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e às oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter.

O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada uma exerça, na plenitude, seu potencial. Assim, o desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam.

O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre todas as pessoas, maior liberdade de expressão, entre outras. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem do desenvolvimento humano redefine a maneira como pensamos sobre e lidamos com o desenvolvimento – internacional, nacional e localmente.

Se as capacidades das pessoas são restringidas, assim são também suas oportunidades. Se uma jovem brasileira tem pouco acesso ao sistema educacional, ela deixa de aprender a ler e escrever, participa menos dos processos decisórios à sua volta, conhece menos sua realidade, encontra poucas oportunidades de trabalho, reivindica menos os seus direitos. Seu rol de escolhas fica limitado e, conseqüentemente, suas capacidades não podem ser exercidas na plenitude. Da mesma forma, se um jovem brasileiro adoece e não recebe o tratamento adequado, isso pode impactar na sua capacidade de estudar ou trabalhar, ou mesmo limitar seus anos de vida e as coisas que ele poderia ser e fazer. Por isso é tão importante olhar para o cidadão de forma integrada.



MEDINDO DESENVOLVIMENTO HUMANO: O IDH E O IDHM

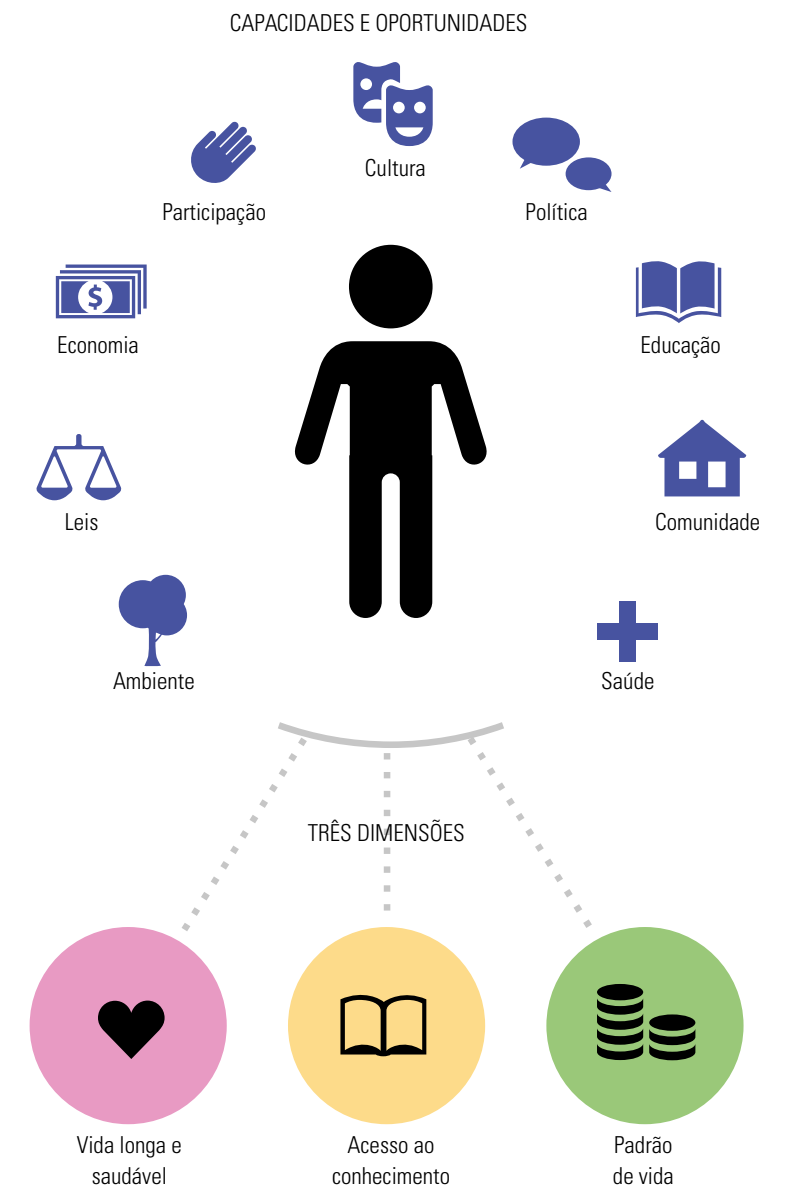
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista Amartya Sen.

A popularização da abordagem de desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto *per capita* (PIB), hegemônico, à época, como medida de desenvolvimento.

O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, de ter acesso ao conhecimento – educação –, e de poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda.

O IDH obteve grande repercussão mundial devido principalmente à sua simplicidade, fácil compreensão e pela forma mais holística e abrangente de mensurar o desenvolvimento. Transformando em um único número a complexidade de três importantes dimensões, o IDH tornou-se uma forma de compreensão e fomento da discussão e reflexão ampla sobre o significado do desenvolvimento humano para a sociedade.



O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

As três dimensões do IDH

Na sua formulação clássica, o IDH é composto por três indicadores, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis, de ter acesso a conhecimento e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno. Por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia.



Vida longa e saudável (longevidade)

Ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e que seja garantido a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.



Acesso ao conhecimento (educação)

O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.



Padrão de vida (renda)

A renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.



Adaptando o IDH

A adaptação do IDH para níveis subnacionais tem sido praticada em diversos países, com vistas a adaptar a metodologia do IDH Global ao contexto nacional. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento encoraja os países a desenharem IDHs nacionais que utilizem indicadores mais adequados às suas necessidades. Os países são convidados a inovar, substituir ou adicionar novas dimensões aos componentes apresentados no IDH Global para IDHs subnacionais. Já foram alterados indicadores específicos do IDH ou criadas novas dimensões para este, tais como liberdade política, meio ambiente, segurança e trabalho, entre outras. Gâmbia, Argentina, China, Índia, África do Sul e Letônia estão entre os países que adaptam o IDH. No Brasil, essa adaptação é feita desde 1998.

Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. Esse último requisito exigiu, para efeito de comparabilidade intertemporal, minucioso trabalho de compatibilização das malhas municipais existentes em 1991 e 2000 com a de 2010. Posterior ao IDHM dos municípios brasileiros, as três instituições assumiram o novo desafio de calcular o IDHM a nível intramunicipal das regiões metropolitanas do país – desta vez, para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

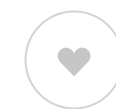
O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda –, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras.

Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios, estados e Regiões Metropolitanas em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil disponibiliza, ainda, além desses índices, mais de 200 indicadores socioeconômicos, que permitem qualificar melhor e ampliar a análise do desenvolvimento humano nos municípios e Regiões Metropolitanas do país.

IDH Global

No Relatório de Desenvolvimento Humano Global de 2014, o PNUD apresentou o IDH de 187 países e territórios. A metodologia aplicada em 2014 para o IDH Global compreende quatro variáveis:



Na saúde, a variável é a esperança de vida ao nascer.



Na educação, é a combinação de duas variáveis – média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e anos esperados de escolaridade.



Na renda, a variável é a Renda Nacional Bruta *per capita*.

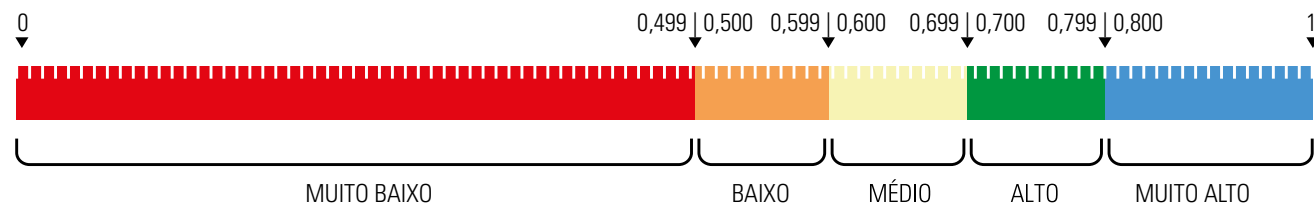


No IDH Global do RDH 2014, as três dimensões têm o mesmo peso, e as faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: Baixo Desenvolvimento Humano menor que 0,550; Médio Desenvolvimento Humano entre 0,550 e 0,699; Alto Desenvolvimento Humano entre 0,700 e 0,799; e Muito Alto Desenvolvimento Humano acima de 0,800.

Como ler o IDHM

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH.

Faixas de Desenvolvimento Humano



Histórico do IDHM

Em 1998, o Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular um IDH subnacional para todos os municípios brasileiros, com dados do Censo Demográfico, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em 2003, uma nova edição trouxe a série histórica de 1991 a 2000 para todo o país.

O IDHM foi amplamente divulgado e utilizado por gestores, tomadores de decisão, formuladores de políticas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano, nos setores público e privado. O índice é hoje uma referência nacional para a sociedade brasileira. É um dos casos de maior sucesso em todo o mundo na aplicação e disseminação do IDH no nível subnacional.

Por que o IDHM é importante



Contraponto ao PIB *per capita*

O IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico.



Comparação entre municípios

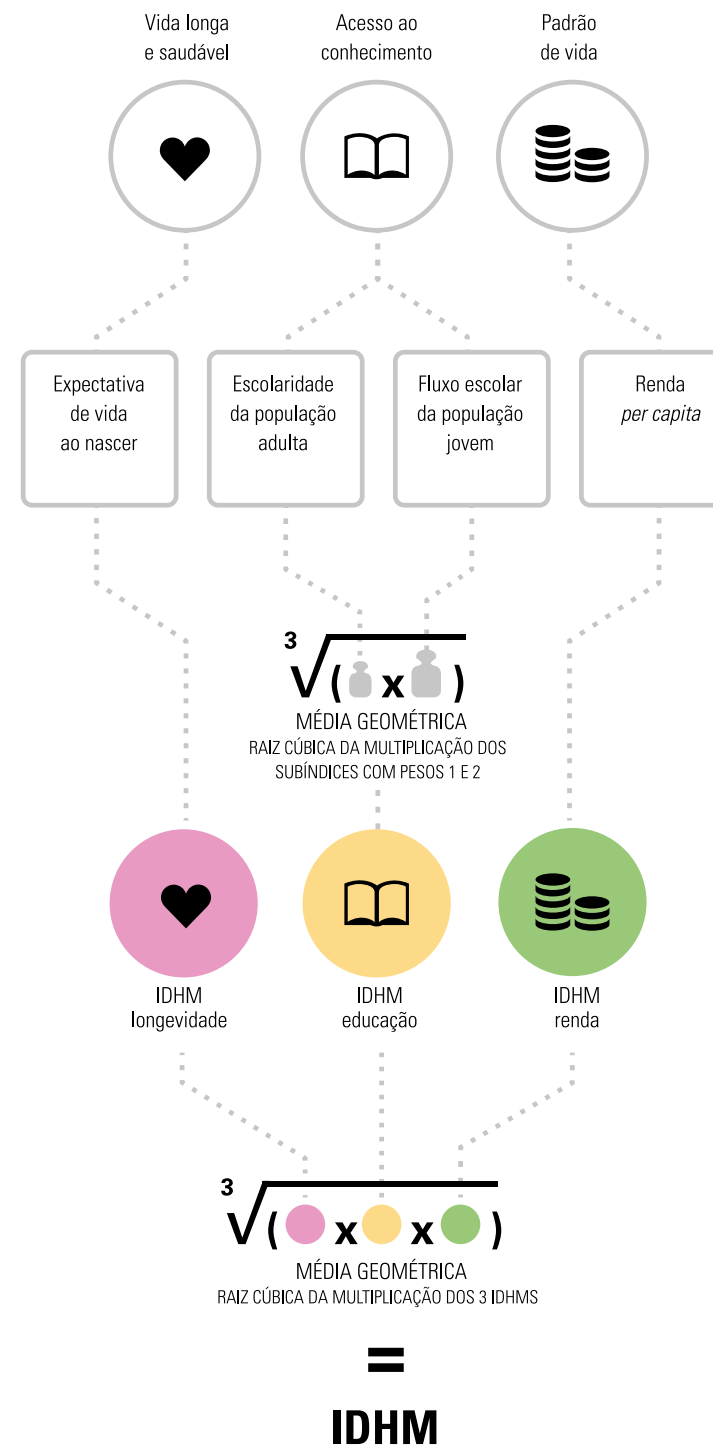
Ao sintetizar uma realidade complexa em um único número, o IDHM e seus três componentes viabilizam a comparação entre os municípios brasileiros e ao longo do tempo.



Estímulo à melhoria

O *ranking* do IDHM estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões.

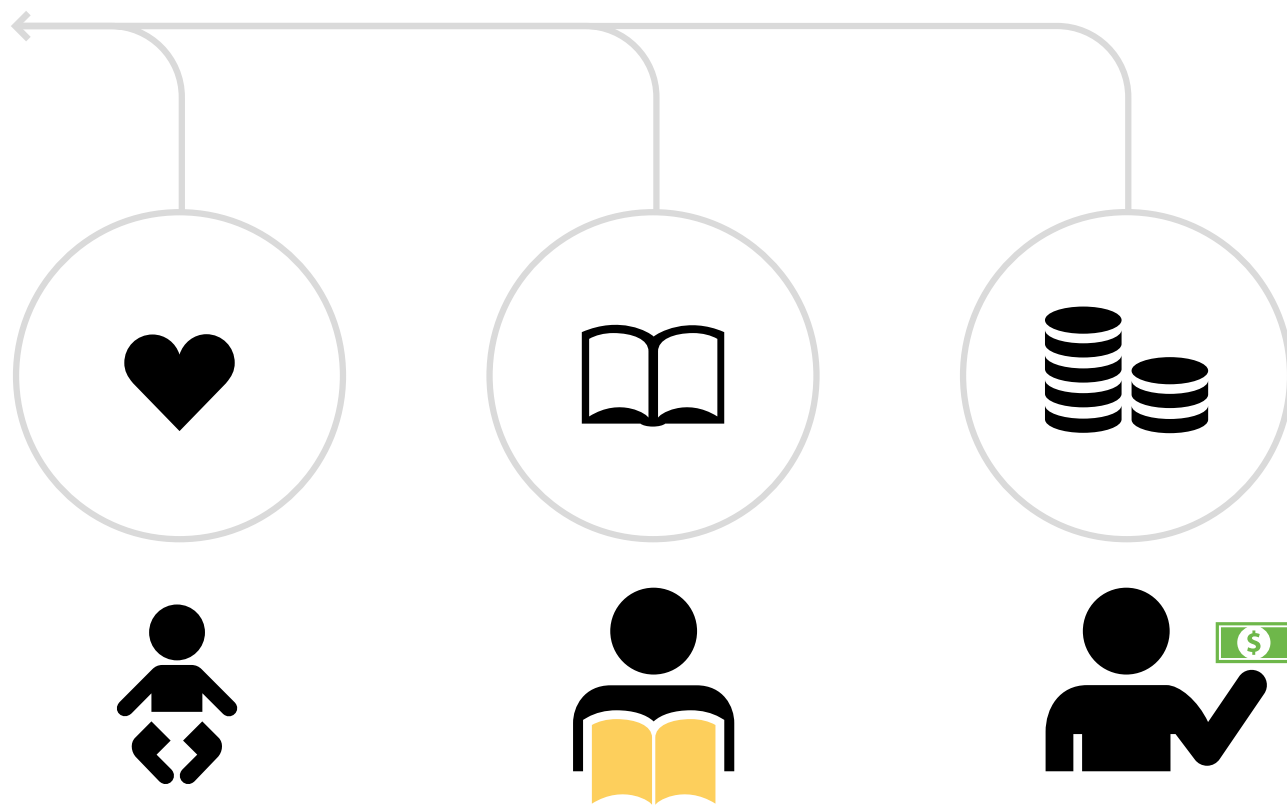
Como é calculado o IDHM



Embora inspirado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global, o IDHM possui ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inatas do país. Por isso, não é possível realizar qualquer tipo de comparação entre o IDHM de uma UF, região metropolitana ou município e o IDH de um país, por exemplo.

A construção da metodologia de cálculo do IDHM teve como objetivo adequar a metodologia do IDH Global para:

- Ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores;
- Adaptar a metodologia do IDH Global às informações disponíveis nos Censos Demográficos brasileiros, de forma a garantir, com a utilização de uma única fonte de dados, a comparabilidade entre todas as unidades federativas, municípios, regiões metropolitanas e Unidades de Desenvolvimento Humano.



Vida longa e saudável

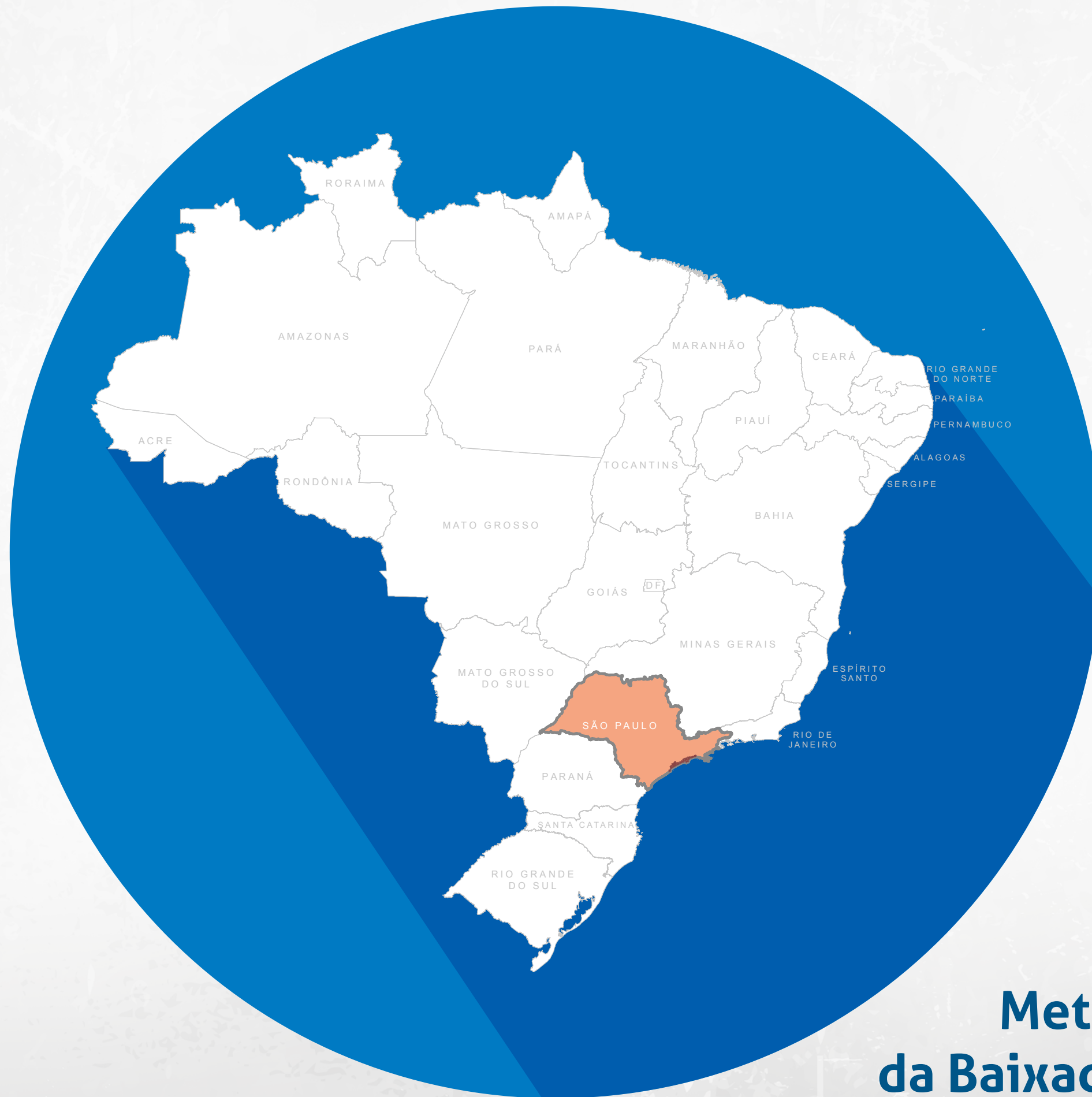
É medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado lugar viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade.

Acesso a conhecimento

Considera, com peso 1, a escolaridade da população adulta, medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e, com peso 2, a adequação do fluxo escolar da população jovem, medida pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados básicos são dos Censos Demográficos do IBGE.

Padrão de vida

É medido pela renda *per capita*, ou seja, pela renda média dos residentes daquela localidade. É a soma da renda de todos os residentes, inclusive daqueles sem registro de renda. Os dados básicos são dos Censos Demográficos do IBGE.



Região Metropolitana da Baixada Santista

2000

População: 1.476.820 (4,0% do total estadual)

PIB: R\$13,0 bilhões (3,5% do total estadual)

Densidade demográfica: 610,3 hab./km²

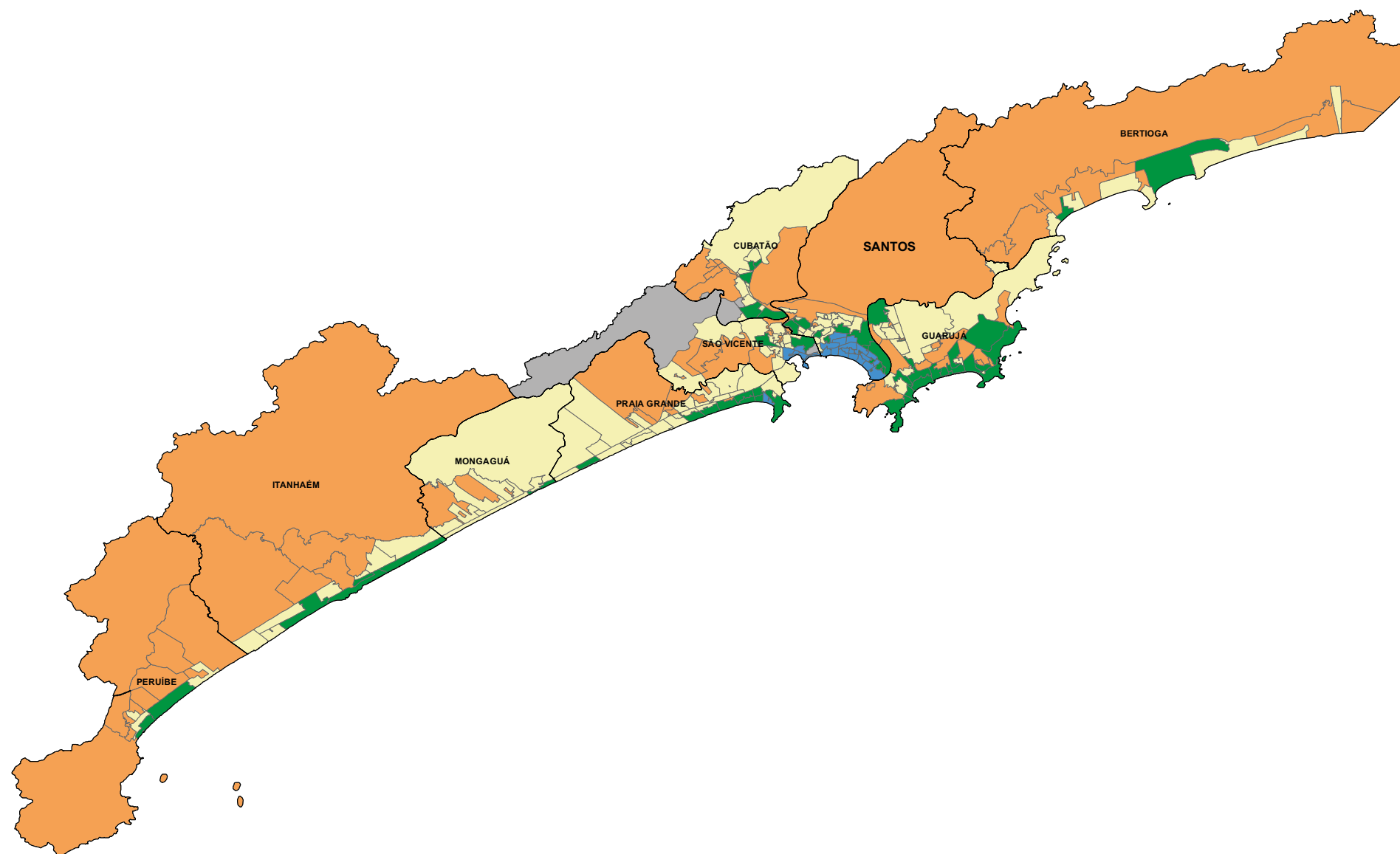
IDHM: 0,700

IDHM Educação: 0,579

IDHM Longevidade: 0,787

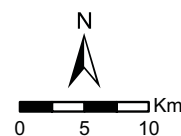
IDHM Renda: 0,754

IDHM da Região Metropolitana da Baixada Santista



IDHM

- Muito Alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito Baixo
- UDH Sem informação



2010

População: 1.664.136 (4,0% do total estadual)

PIB: R\$47,3 bilhões (3,8% do total estadual)

Densidade demográfica: 687,7 hab./km²

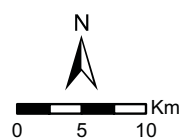
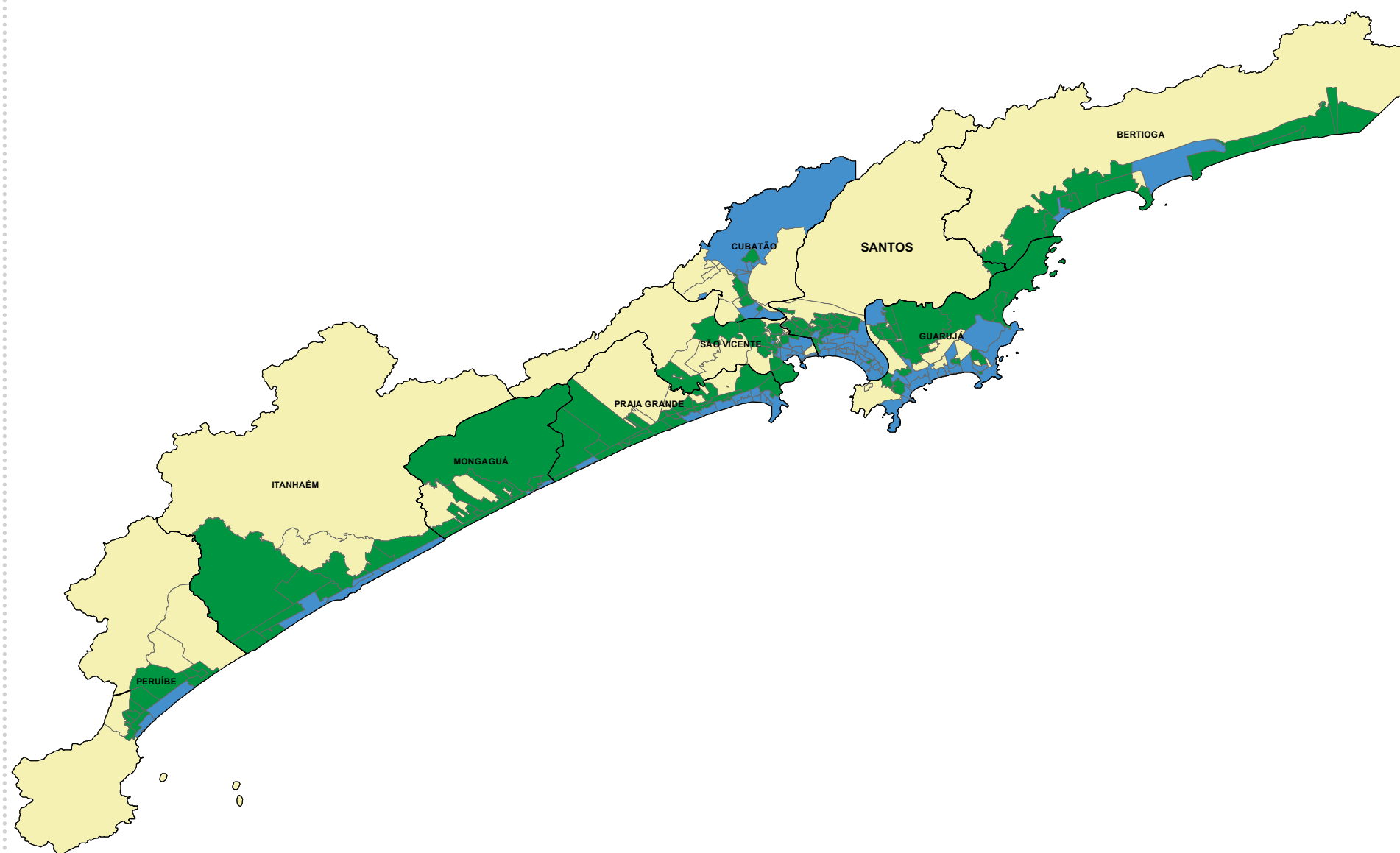
IDHM: 0,777

IDHM Educação: 0,720

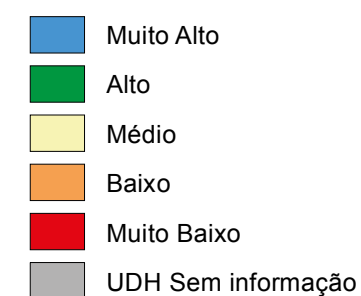
IDHM Longevidade: 0,842

IDHM Renda: 0,775

IDHM da Região Metropolitana da Baixada Santista



IDHM



RM da Baixada Santista

A Região Metropolitana (RM) da Baixada Santista foi criada em 1996, por meio da Lei Complementar Estadual nº 815, e compreende nove municípios situados no estado de São Paulo, possui área de 2.420 km² e 270 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs).

Em 2010, a RM da Baixada Santista possuía um grau de urbanização de 99,7% e pouco mais de 4% da população estadual residia nela. A população do município-núcleo da RM, Santos, correspondia, em 2010, a 25,2% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população da RM da Baixada Santista, entre 2000 e 2010, foi de 1,27% ao ano.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na RM

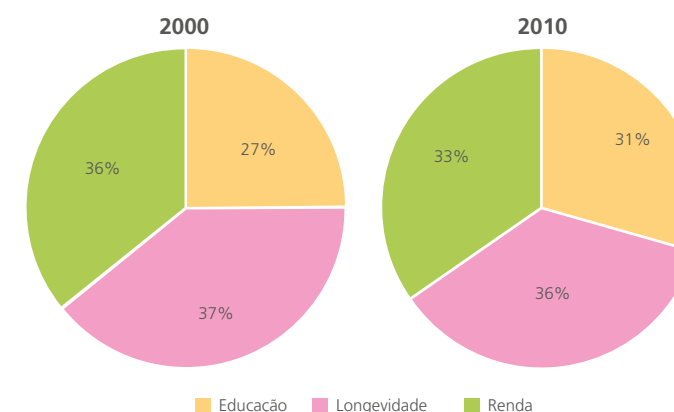
Em 2000 a RM da Baixada Santista situava-se na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, permanecendo nela em 2010. O valor observado para o IDHM, que em 2000 era igual a 0,700, subiu para 0,777 dez anos depois, aproximando-se da faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Componentes do IDHM

Os três componentes que constituem o IDHM – Longevidade, Educação e Renda – apresentaram progresso na RM da Baixada Santista. O crescimento mais significativo pôde ser observado em relação ao IDHM Educação. Houve variação de 0,579 em 2000, para 0,720 em 2010. Esse aumento fez com que a Educação se tornasse a principal responsável pela melhoria do IDHM desta região metropolitana. O IDHM Renda passou de 0,754 para 0,775 entre os anos 2000 e 2010. E o IDHM Longevidade variou de 0,787 a 0,842.

A seguir, a contribuição das diferentes dimensões para o IDHM em 2000 e 2010.

Gráfico 1: Contribuição dos componentes para o IDHM – RM da Baixada Santista, 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A dimensão Educação do IDHM é composta por cinco indicadores, enquanto Longevidade e Renda são compostas por apenas um indicador cada. No período estudado, ocorreu variação positiva de todos os indicadores do IDHM Educação.

Em relação à escolaridade da população adulta, houve aumento de 14,25 pontos percentuais na proporção de pessoas com 18 anos ou mais que contava com ensino fundamental completo, partindo de 51,07% em 2000, para 65,32% em 2010. A maior mudança ocorreu em relação ao percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, com um aumento de 16,38 pontos percentuais, alcançando 93,73%. A menor variação, de 11,99 pontos, ocorreu na proporção de jovens de 15 a 17 anos que possuem ensino fundamental completo.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – RM Baixada Santista, 2000/2010

Índices	Indicadores	2000	2010
IDHM		0,700	0,777
IDHM EDUCAÇÃO		0,579	0,720
	% de 18 anos ou mais com fundamental completo	51,07	65,32
	% de 5 a 6 anos na escola	77,35	93,73
	% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	76,98	90,13
	% de 15 a 17 anos com fundamental completo	56,19	68,18
	% de 18 a 20 anos com médio completo	36,15	50,42
IDHM LONGEVIDADE		0,787	0,842
	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	72,20	75,50
IDHM RENDA		0,754	0,775
	Renda per capita (em R\$ de 2010)	872,76	996,70

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A esperança de vida, que representa a média de anos que as pessoas viverão a partir do nascimento, foi acrescida em mais de três anos no período compreendido entre os anos 2000 e 2010.

A renda domiciliar *per capita* assumiu uma tendência crescente ao longo do período analisado, com um incremento de R\$123,94 de ganhos reais entre 2000 e 2010.

A análise da evolução da renda *per capita* pode ser feita, de forma complementar, a partir do percentual da população da RM que vive em UDHS em diferentes faixas de renda *per capita*. No intervalo analisado, houve diminuição dos percentuais de UDHS que contavam com renda média situada nas faixas mais baixas de renda *per capita* e aumento nas faixas superiores. O percentual de população em UDHS na faixa de ½ a 1 Salário Mínimo (SM) de renda *per capita* apresentou redução de quase 50%, enquanto a soma das duas proporções faixas mais altas (a partir de 4 SM) demonstrou um crescimento da mesma ordem. A proporção nas faixas dos que recebiam mais de 3 a 5 SM cresceu exponencialmente, de 6,8% para 12,2%, fazendo com que em 2010 o percentual nas faixas acima de 3 SM subisse de 8,7% para 15,2% no período de 2000 a 2010.

Tabela 2: Percentual da população da Baixada Santista que vive em UDHS segundo faixa de renda *per capita*– 2000/2010

Faixas de salário mínimo	2000	2010
Até ½ SM	0,0	0,0
De ½ a 1 SM	48,5	27,0
De 1 a 1 e ½ SM	24,2	28,9
De 1 e ½ a 2 SM	12,1	12,6
De 2 a 3 SM	6,4	16,3
De 3 a 4 SM	5,3	7,8
De 4 a 5 SM	1,5	4,4
Mais de 5 SM	1,9	3,0
Total	100,0	100,0

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

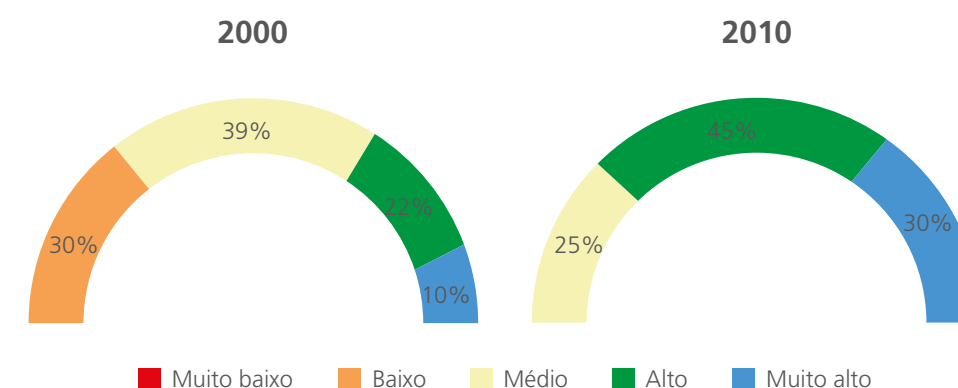
Evolução do IDHM da RM da Baixada Santista – UDHS

Em 2000, 10% das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHS) da RM da Baixada Santista encontravam-se na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano, enquanto 22% apresentavam Alto Desenvolvimento Humano. Em 2010, essas proporções correspondiam, respectivamente, a 30% e 45%. Entre os anos analisados a faixa de Baixo Desenvolvimento

Humano foi esvaziada: em 2000, continha 30% das UDHS e, em 2010, nenhuma. Essa evolução pode ser vista no Gráfico 2.

O Gráfico 2 mostra que, entre 2000 e 2010, ocorreu uma concentração das UDHS nas faixas mais elevadas de desenvolvimento humano, com uma redução do intervalo de resultados encontrados entre as UDHS que apresentam os mais elevados índices e as UDHS que trazem os índices mais baixos.

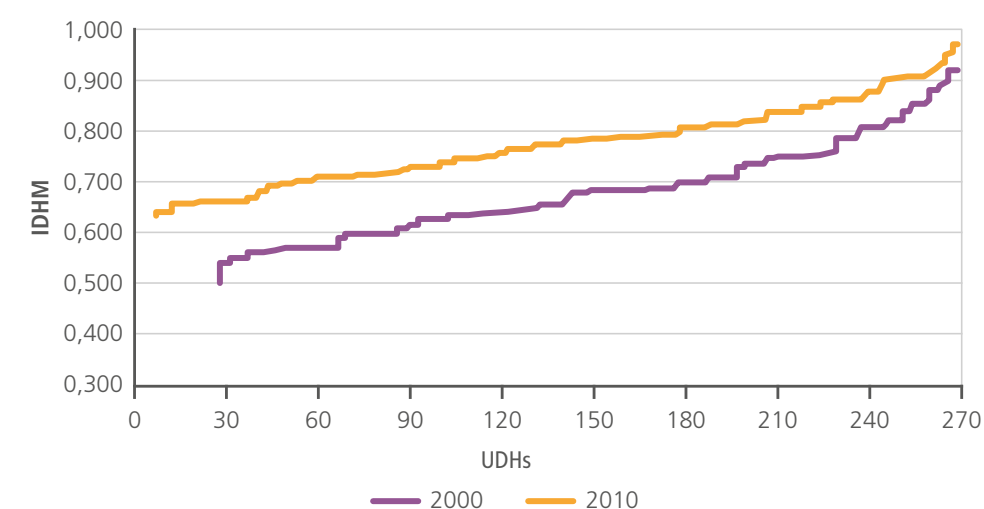
Gráfico 2: Distribuição das UDHS segundo as faixas do IDHM – RM da Baixada Santista, 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos resultados do IDHM na RM da Baixada Santista para os anos 2000 e 2010. A atenuação da inclinação da curva de distribuição de 2010 em relação à curva de 2000 evidencia a retração da disparidade entre as suas UDHS no período.

Gráfico 3: Distribuição do IDHM – RM da Baixada Santista, 2000/2010

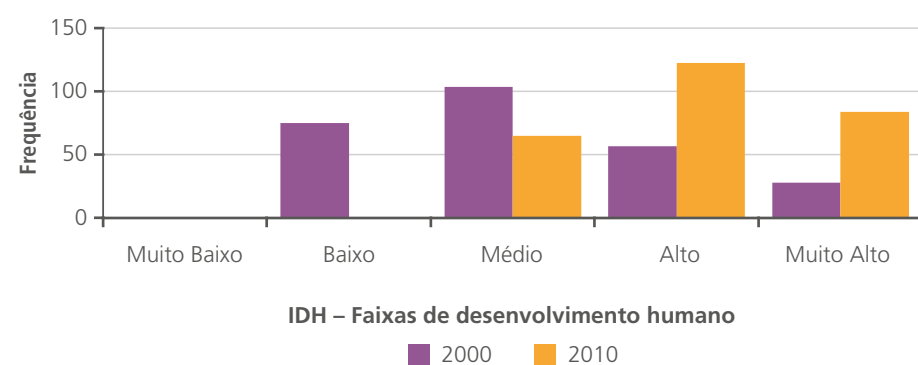


Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Os mais altos e os mais baixos IDHM

Ao observar o Gráfico 4, é possível visualizar a dinâmica dos valores de IDHM da RM da Baixada Santista. Tanto no ano 2000 quanto em 2010, não havia UDHS com IDHM Muito Baixo. No entanto, ao passo que 30% das UDHS situavam-se na faixa de Baixo Desenvolvimento em 2000, o percentual de UDHS verificado em 2010 como de Alto e Muito Alto chegou a 75% do total. O gráfico aponta que o desempenho das UDHS da RM da Baixada Santista melhorou consideravelmente no período analisado.

Gráfico 4: Frequência das Faixas de Desenvolvimento Humano – RM Baixada Santista, 2000/2010



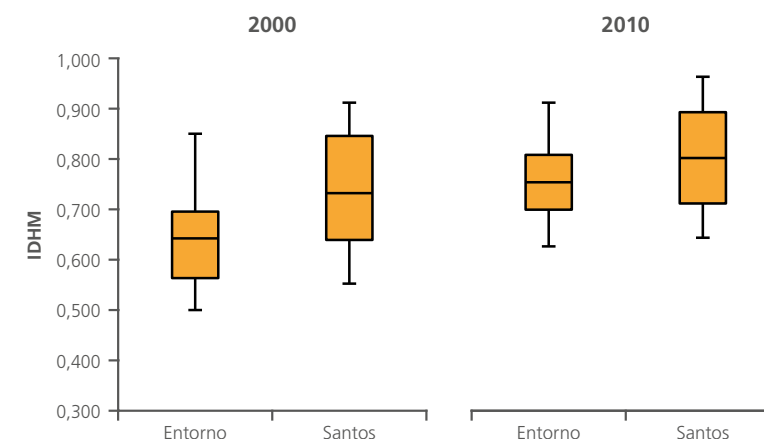
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A desigualdade na RM da Baixada Santista – municípios e UDHS

Ao analisar o nível de disparidade do IDHM entre os municípios da RM da Baixada Santista, percebe-se que, em termos absolutos, diminuiu a diferença encontrada entre o município com mais baixo e mais alto IDHM entre 2000 e 2010. Naquele ano, a disparidade era de 0,151, enquanto neste ela cai para 0,110. Os municípios tornaram-se mais homogêneos em termos do IDHM.

O Gráfico 5 mostra a distribuição das UDHS segundo o IDHM para o município-núcleo da RM da Baixada Santista e para os demais municípios metropolitanos, identificados, no gráfico, como entorno.

Gráfico 5: Boxplot do IDHM das UDHS – RM da Baixada Santista, 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

No caso das UDHS do município-núcleo, em 2000, o IDHM variava entre 0,557 e 0,906, sendo que a metade delas possuíam IDHM entre 0,641 e 0,840. Em 2010, o IDHM variava entre 0,653 e 0,956, ou seja, possuía uma amplitude menor que em 2000, e metade das UDHS apresentavam índices entre 0,719 e 0,890. Houve, portanto, uma redução da disparidade absoluta entre as UDHS, associada a um aumento do IDHM.

Já no caso dos demais municípios, em 2000, metade das UDHS possuíam IDHM entre 0,564 e 0,691. Em 2010, esse intervalo ficava entre 0,698 e 0,802. Nesses municípios, em 2000, o IDHM variou entre 0,500 e 0,845, ao passo que, em 2010, variou entre 0,628 e 0,905. Percebe-se, neste caso, uma redução da amplitude total de variação dos dados, associada a um aumento do IDHM das UDHS no período.

A mesma tendência pode ser observada para todos os subíndices do IDHM. A disparidade relativa ao IDHM Educação apresenta queda mais acentuada que os demais, apesar de ainda ser a dimensão com os piores resultados, tanto mínimo, quanto máximo. O IDHM Longevidade obteve a menor disparidade em 2010, com 0,040 em termos absolutos. O município com o menor valor do subíndice de Longevidade foi **Bertioga**, com um valor de 0,817.

Em 2000, o IDHM Educação do município de **Bertioga** alcançava apenas 0,473, um índice muito baixo. Já em 2010, o IDHM Educação deste município passa a 0,654, ainda o mais baixo entre todos os índices, mas com um valor 0,181 pontos maior do que o observado no ano 2000, em termos brutos.

Tabela 3: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre os Municípios da RM da Baixada Santista (índice e subíndices) – 2000

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Bertioga e Cubatão	0,634			
Santos	0,785			
Cubatão		0,677		
Santos		0,835		
Mongaguá			0,753	
Santos			0,810	
Bertioga				0,473
Santos				0,714
	0,151	0,158	0,057	0,241

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Tabela 4: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre os Municípios da RM da Baixada Santista (índice e subíndices) – 2010

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Bertioga	0,730			
Santos	0,840			
Cubatão e Itanhaém		0,716		
Santos		0,861		
Bertioga			0,817	
São Vicente			0,857	
Bertioga				0,654
Santos				0,807
	0,110	0,145	0,040	0,153

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A disparidade em termos de desenvolvimento humano é menor entre os municípios do que quando desagregam-se os dados por UDHS. Aqui o menor e maior valor do IDHM para 2010 são, respectivamente, 0,628 e 0,956, o que representa uma disparidade superior à observada entre os municípios – 0,328 em termos brutos. A diferença encontrada para o IDHM Educação é ainda maior – 0,399. No entanto, comparando-se os resultados de 2000 e 2010, a amplitude da disparidade do IDHM Educação diminuiu significativamente. O valor era de 0,570 em termos brutos no ano 2000.

Tabela 5: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre as UDHS da RM da Baixada Santista (índice e subíndices) – 2000

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Grupo de 21 UDHS	0,500			
Boqueirão: Orla, Gonzaga e Boqueirão	0,906			
Grupo de 21 UDHS		0,583		
Boqueirão: Orla, Gonzaga e Boqueirão		0,965		
Grupo de 21 UDHS			0,701	
Boqueirão: Orla, Gonzaga e Boqueirão			0,882	
Grupo de 21 UDHS				0,305
Boqueirão: Orla, Gonzaga e Boqueirão				0,875
	0,406	0,382	0,181	0,570

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Grupo de 21 UDHS: Vicente de Carvalho II/Parque da Restinga; Vila dos Pescadores; Guará-Vermelho/Piaçaguera; Zona Portuária do Guarujá; Av. Atlântica; Favela do Caixão; Pedreira/Cantagalo; Vila Rã/Sossego/Areião; Santa Rosa: Padre Donizetti; Santa Cruz dos Navegantes; Chaparral; Agenor de Campos: Penitenciária Aleixo Sendin/Conj. Habitacional Regina Maria/Nova ETE; Vila Seabra: Transbordo de Resíduos Sólidos (Antigo Lixão); Vila Atlântica; Agenor de Campos; Vila Sônia/Jardim Marília; Antártica: Núcleo Maxland; Nova Mirim: Rodovia Padre Manoel da Nobrega; Melvi Tubaiaru; Santa Marina; Tupiry/Caieiras.

Tabela 6: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre as UDHS da RM da Baixada Santista (índice e subíndices) – 2010

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Vila Sônia/Jardim Marília; Antártica: Núcleo Maxland; Nova Mirim: Rodovia Padre Manoel da Nobrega; Melvi Tubaiaru; Santa Marina; Tupiry/Caieiras	0,628			
Boqueirão: Orla	0,956			
Zona Portuária do Guarujá; Pedreira/Cantagalo; Vila Rã/Sossego/Areião; Santa Rosa: Padre Donizetti; Santa Cruz dos Navegantes		0,608		
Boqueirão: Orla		1,000		
Dique Vila Gilda/Vila Telma; Área Continental; Alemoa/Vila dos Criadores/Zona Portuária; Morro Caneleira			0,746	
Boqueirão: Orla			0,935	
Zona Portuária do Guarujá; Pedreira/Cantagalo; Vila Rã/Sossego/Areião; Santa Rosa: Padre Donizetti; Santa Cruz dos Navegantes				0,536
Boqueirão: Orla				0,935
	0,328	0,392	0,189	0,399

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Vulnerabilidade

O processo de realização de diagnósticos, bem como o de planejamento e focalização de políticas públicas, pode beneficiar-se da análise sobre o IDHM. De modo complementar,

o olhar sobre a vulnerabilidade das famílias pode trazer pistas escondidas sob o véu das médias e simplificações típicas dos índices sintéticos. No caso da RM da Baixada Santista, apesar de grandes avanços, os indicadores sociais apontam para o fato de que ainda há um caminho a ser percorrido em termos de desenvolvimento humano.

O percentual de indivíduos que vivia em domicílios onde não há moradores com ensino fundamental completo, mesmo apresentando uma queda de 43% em relação a 2000, ainda era de 15,36% do total da população em 2010. O menor e o maior percentual observados para as UDHS em 2010 apresentavam grande disparidade: 2,72% e 35,44%, respectivamente.

Destacando a população de crianças (com até 14 anos) em domicílios com essas características, seu percentual caiu quase 50%, partindo de 34,69% em 2000 para 18,33% em 2010. E uma vez mais, esses percentuais para a RM como um todo escondem grandes disparidades internas. Enquanto há UDH com apenas, 0,50% de crianças nessas condições, as UDHS com percentual mais alto alcançam o valor de 39,26%.

A população de crianças de 6 a 14 anos que não frequenta a escola reduziu-se para 2,81% em 2010.

Tabela 7: Indicadores de Vulnerabilidade em Educação - RM da Baixada Santista, 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	26,99	15,36	2,72	35,44
% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	34,69	18,33	0,50	39,26
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	4,01	2,81	0,00	8,34

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A proporção de mulheres que são chefes de família, não possuem ensino fundamental completo e têm ao menos um filho menor de 15 anos de idade entre o total de mulheres chefes de família aumentou, passando de 13,36% em 2000 para 14,97% em 2010, o que representa a permanência dessas pessoas em condições vulneráveis. Há cinco UDHS na RM em que mais de 50% das mulheres chefes de família se encontram nessas condições – **Zona Portuária do Guarujá; Pedreira/Cantagalo; Vila Rã/Sossego/Areião; Santa Rosa: Padre Donizetti e Santa Cruz dos Navegantes.**

Já o percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos apresentou retração, de 3,45% em 2000 para 2,61% em 2010. E seguindo esta tendência, a taxa de trabalho infantil baixou de 6,09% para 4,32%.

Tabela 8: Percentual de mulheres em condições de vulnerabilidade – UDHS da RM da Baixada Santista, 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	13,36	14,97	0,00	51,06
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	3,45	2,61	0,00	8,07

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A taxa de mortalidade na infância – crianças menores de 5 anos – reduziu-se de 22,40 óbitos por mil nascidos vivos em 2000 para 16,18 óbitos por mil nascidos vivos em 2010, promovendo o alcance de uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (diminuição da taxa de mortalidade na infância em dois terços entre 1990 e 2015). A mortalidade até 1 ano (mortalidade infantil), um dos componentes da taxa de mortalidade na infância, teve queda, saindo de 19,30 óbitos por mil nascidos vivos em 2000 a 14,00 óbitos por mil nascidos vivos em 2010.

Tabela 9: Taxas de Mortalidade Infantil – RM da Baixada Santista, 2000/2010

Indicador	Taxa 2000	Taxa 2010	Menor taxa em 2010 (UDH)	Maior taxa em 2010 (UDH)
Mortalidade até 5 anos de idade	22,40	16,18	8,07	28,00
Mortalidade infantil	19,30	14,00	7,00	24,20

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A proporção de vulneráveis à pobreza na RM Baixada Santista em 2010 era de 18,20%. Vulneráveis à pobreza são indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a ½ salário mínimo. Essa proporção caiu 28% ao longo dos anos analisados, uma vez que em 2000 a proporção observada era de 25,13%. Contudo, a grande disparidade entre os resultados para as UDHS deve ser observada. Enquanto que na UDH **Boqueirão: Orla** há menos de 1% de sua população em tais condições, cerca de um quarto das UDHS apresentam resultados superiores a 30%. O valor mais alto verificado foi de 45,91%.

Os segmentos de pobres e extremamente pobres na RM da Baixada Santista também sofreram redução. São considerados pobres aqueles indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$140,00 e extremamente pobres os com renda de até R\$70,00 (valores de referência para agosto de 2010). O primeiro grupo caiu de 9,69% em 2000 para 5,78% em 2010. E a proporção dos extremamente pobres diminuiu de 2,75% em 2000 para 1,61% em 2010.

Houve retração do percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal, que passou de 37,52%, em 2000 para 25,66% em 2010.

No sentido contrário ao observado para o indicador percentual de mulheres chefes de família sem fundamental completo com filho menor de 15 anos em relação ao total de mulheres chefes de família, o indicador calculado em relação às mulheres chefes de família e com filhos menores de 15 anos apresenta queda de 25,32% em 2000 para 17,45% em 2010. O mesmo ocorreu em relação a crianças de até 14 anos que vivem em domicílios com renda *per capita* igual ou inferior a ½ salário mínimo, em que a queda verificada foi de 7 pontos percentuais em termos brutos.

A população de jovens que não estuda, nem trabalha e é vulnerável à pobreza apresentou leve retração – de 9,89% em 2000 a 8,07% em 2010.

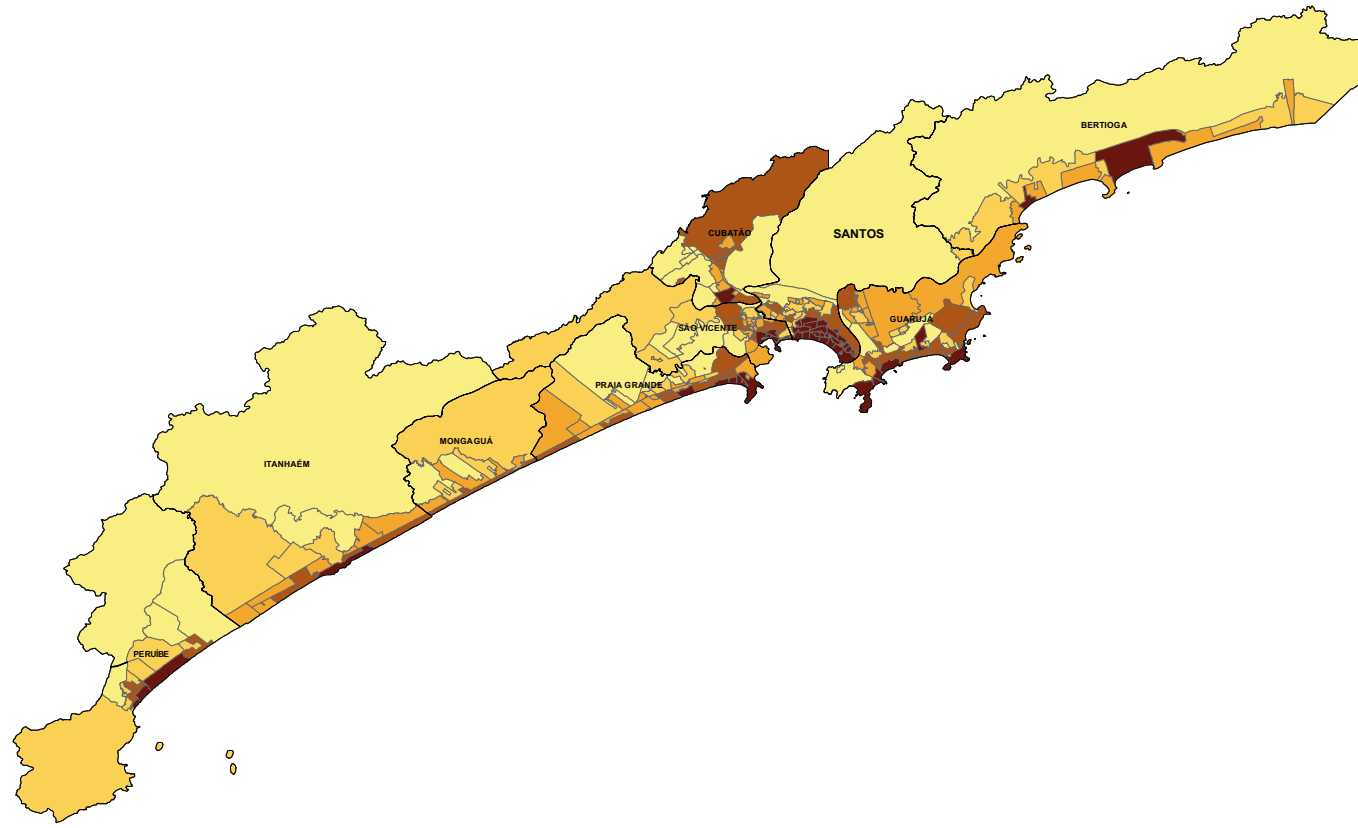
Tabela 10: Indicadores de Vulnerabilidade – RM da Baixada Santista, 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de vulneráveis à pobreza	25,10	18,20	0,97	45,91
% de pobres	9,69	5,78	0,11	18,69
% de extremamente pobres	2,75	1,61	0,08	6,56
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	37,52	25,66	6,66	46,17
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor	25,32	17,45	0,00	46,35
% de crianças vulneráveis à pobreza	39,17	32,14	0,92	61,48
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	9,89	8,07	0,00	21,53
% de vulneráveis e dependentes de idosos, no total de vulneráveis que coabitam com idosos	45,72	62,42	0,00	100,00

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Em tendência contrária aos outros indicadores da tabela, o número de vulneráveis e dependentes de idosos (no total de pessoas em domicílios vulneráveis e com idosos) aumentou, saindo de 45,72% em 2000 para 62,42% em 2010.

Mapa Quintil (2010)



IDHM

1º Quinto	• 0,628 - 0,690
2º Quinto	• 0,691 - 0,737
3º Quinto	• 0,738 - 0,780
4º Quinto	• 0,781 - 0,835
5º Quinto	• 0,836 - 0,956

Os maiores e os menores IDHMs da RM da Baixada Santista (2010)

UDHs com maior IDHM	
UDH	IDHM
Boqueirão : Orla	0,956
Gonzaga	0,941
Boqueirão	0,941
Aparecida : Orla / SESC	0,937
Ponta da Praia	0,917

UDHs com menor IDHM	
UDH	IDHM
Vila Sônia / Jardim Marília	0,628
Antártica : Núcleo Maxland	0,628
Nova Mirim : Rodovia Padre Manoel da Nobrega	0,628
Melvi Tubaiaru	0,628
Santa Marina	0,628
Tupiry / Caieiras	0,628

UDHs com maior IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Boqueirão : Orla	0,935
Gonzaga	0,932
Boqueirão	0,932
Astúrias	0,930
Tombo	0,930
Centro / Pitangueiras	0,930
Enseada : Granville	0,930
Península	0,930
Guaiúba	0,930

UDHs com menor IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Dique Vila Gilda / Vila Telma	0,746
Área Continental	0,746
Alemoa / Vila dos Criadores / Zona Portuária	0,746
Morro Caneleira	0,746
Vila Sônia / Jardim Marília	0,749
Antártica : Núcleo Maxland	0,749
Nova Mirim : Rodovia Padre Manoel da Nobrega	0,749
Melvi Tubaiaru	0,749
Santa Marina	0,749
Tupiry / Caieiras	0,749

UDHs com maior IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Boqueirão : Orla	0,935
Aparecida : Orla / SESC	0,908
Gonzaga	0,903
Boqueirão	0,903
Pompéia	0,900

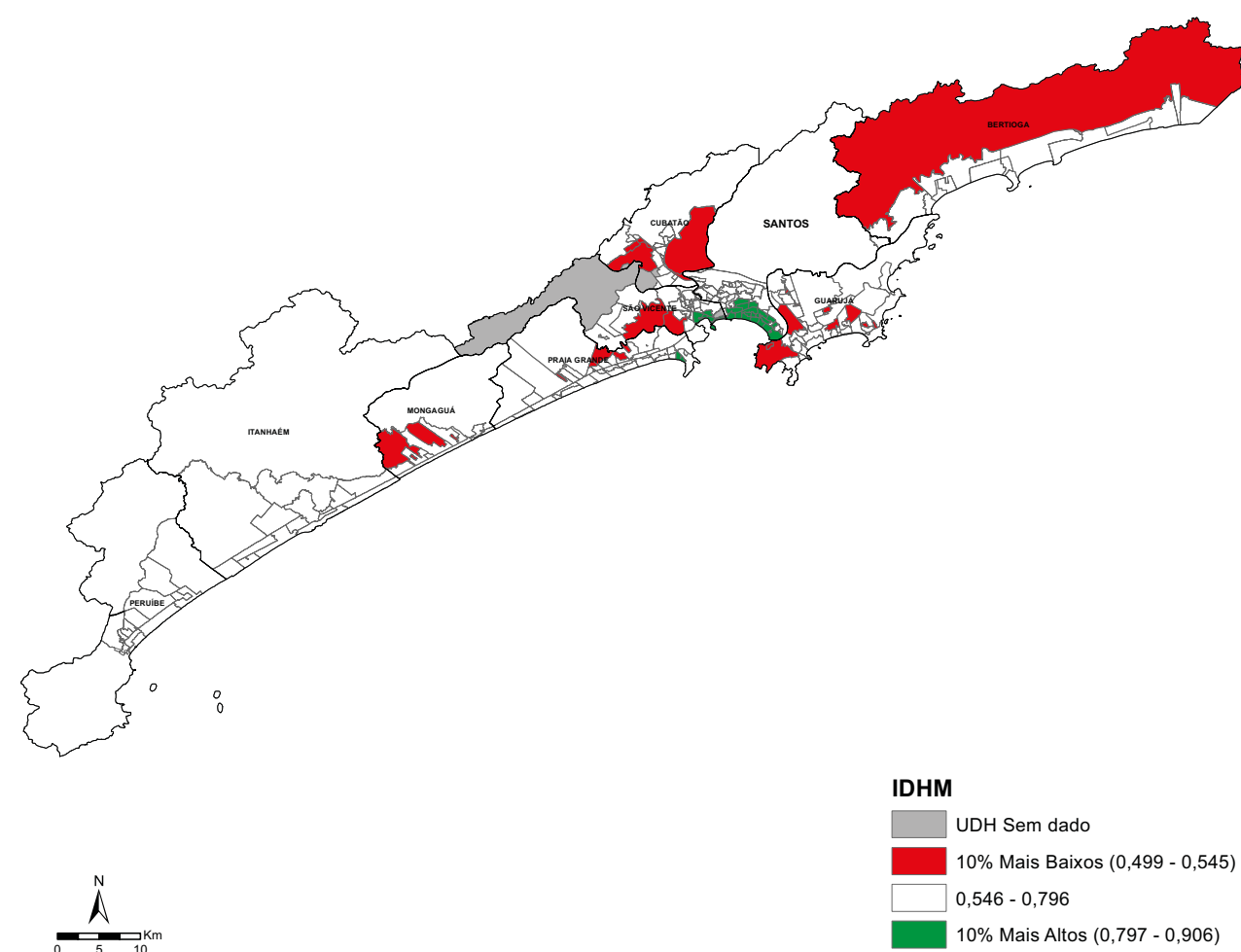
UDHs com menor IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Zona Portuária do Guarujá	0,536
Pedreira / Cantagalo	0,536
Vila Rã / Sossego / Areião	0,536
Santa Rosa : Padre Donizetti	0,536
Santa Cruz dos Navegantes	0,536

UDHs com maior IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Boqueirão : Orla	1,000
Gonzaga	0,989
Boqueirão	0,989
Aparecida : Orla / SESC	0,979
Gonzaga : Orla	0,964

UDHs com menor IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Zona Portuária do Guarujá	0,608
Pedreira / Cantagalo	0,608
Vila Rã / Sossego / Areião	0,608
Santa Rosa : Padre Donizetti	0,608
Santa Cruz dos Navegantes	0,608

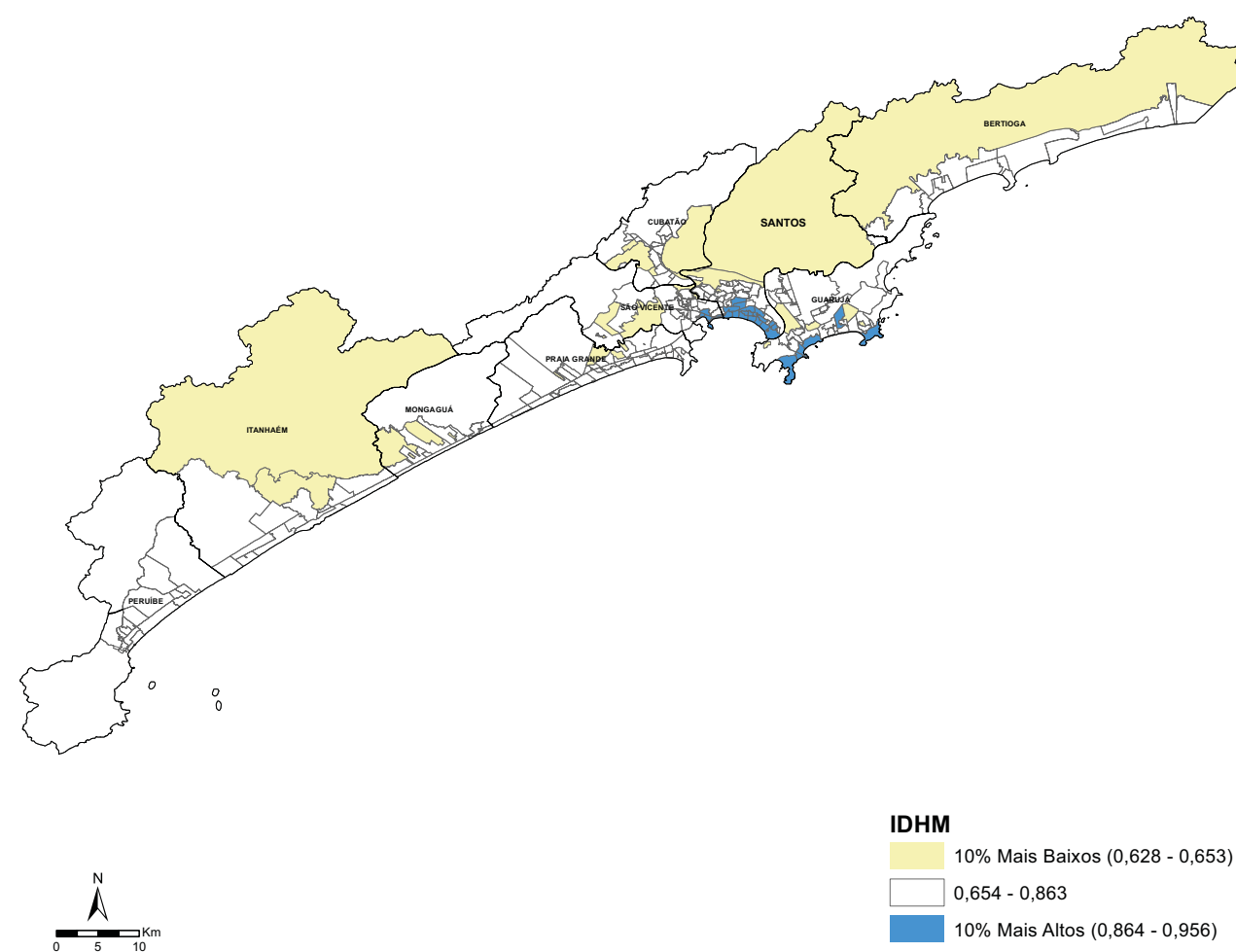
Os quintos referem-se ao agrupamento dos dados ordenados em cinco partes iguais de modo que cada amostra contenha 20% desses dados.

Mapa dos mais altos e mais baixos IDHM (Percentil) 2000

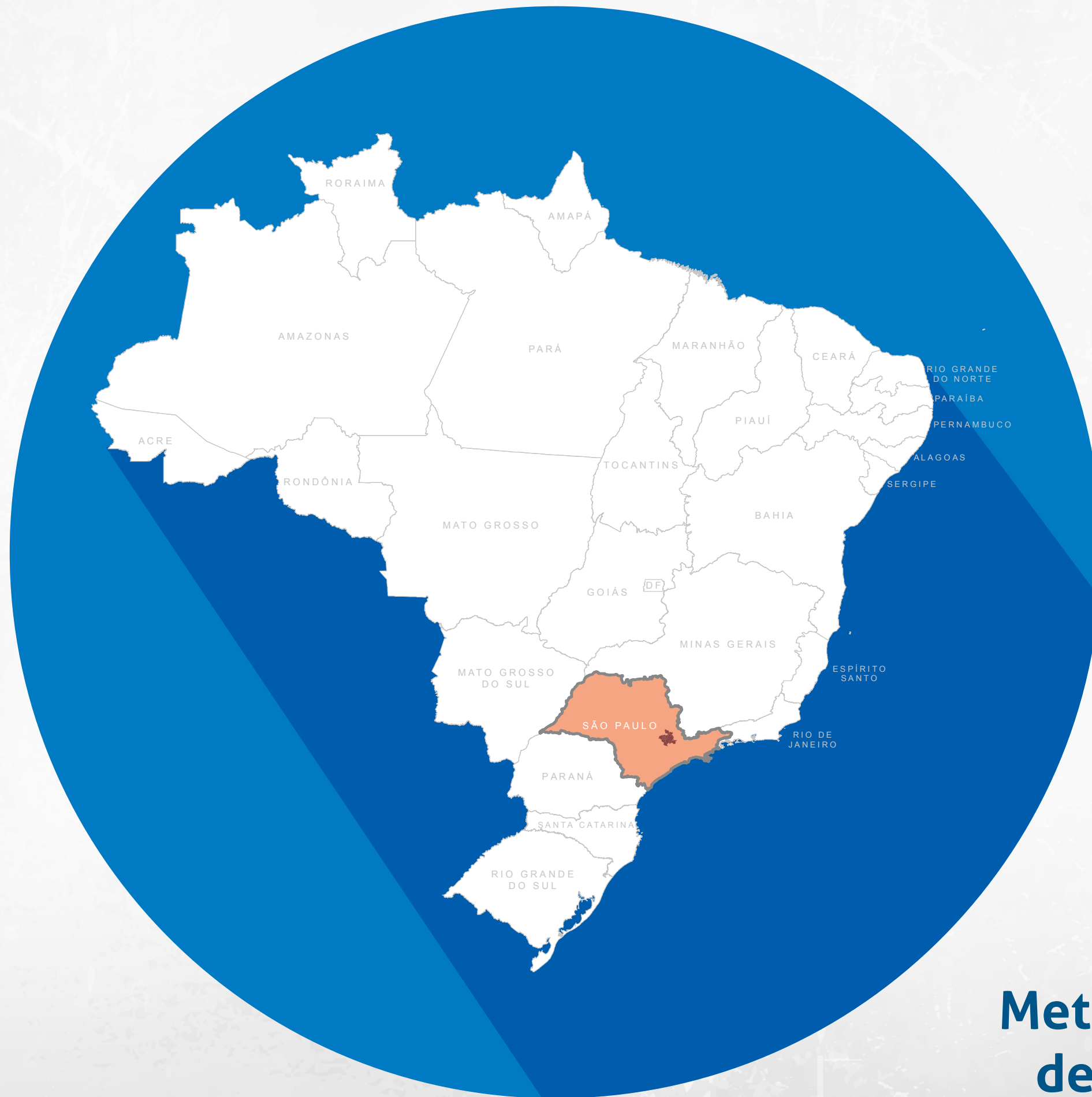


O Mapa apresenta o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais altos valores de IDHM (entre 0,797 e 0,906) e o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais baixos valores de IDHM (entre 0,499 e 0,545), em 2000.

Mapa dos mais altos e mais baixos IDHM (Percentil) 2010



O Mapa apresenta o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais altos valores de IDHM (entre 0,864 e 0,956) e o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais baixos valores de IDHM (entre 0,628 e 0,653), em 2010.



Região Metropolitana de Campinas

2000

População: 2.338.384 (6,3% do total estadual)

PIB: R\$31,7 bilhões (8,6% do total estadual)

Densidade demográfica: 641,4 hab./km²

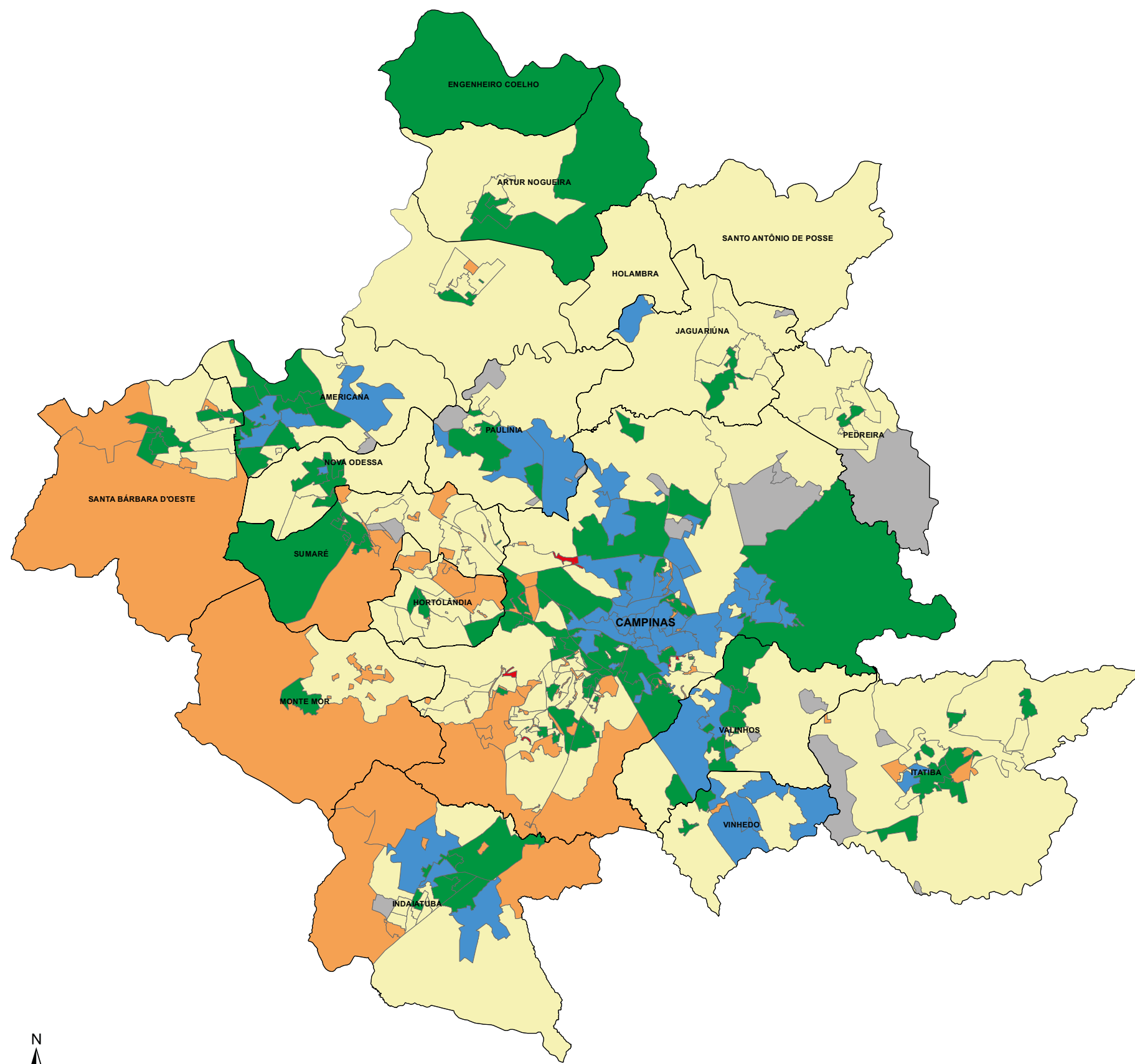
IDHM: 0,710

IDHM Educação: 0,582

IDHM Longevidade: 0,801

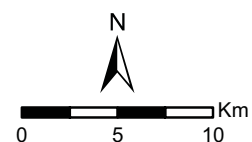
IDHM Renda: 0,769

IDHM da Região Metropolitana de Campinas



IDHM

- Muito Alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito Baixo
- UDH Sem informação



População: 2.797.137 (6,8% do total estadual)

PIB: R\$98,5 bilhões (7,9% do total estadual)

Densidade demográfica: 767,2 hab./km²

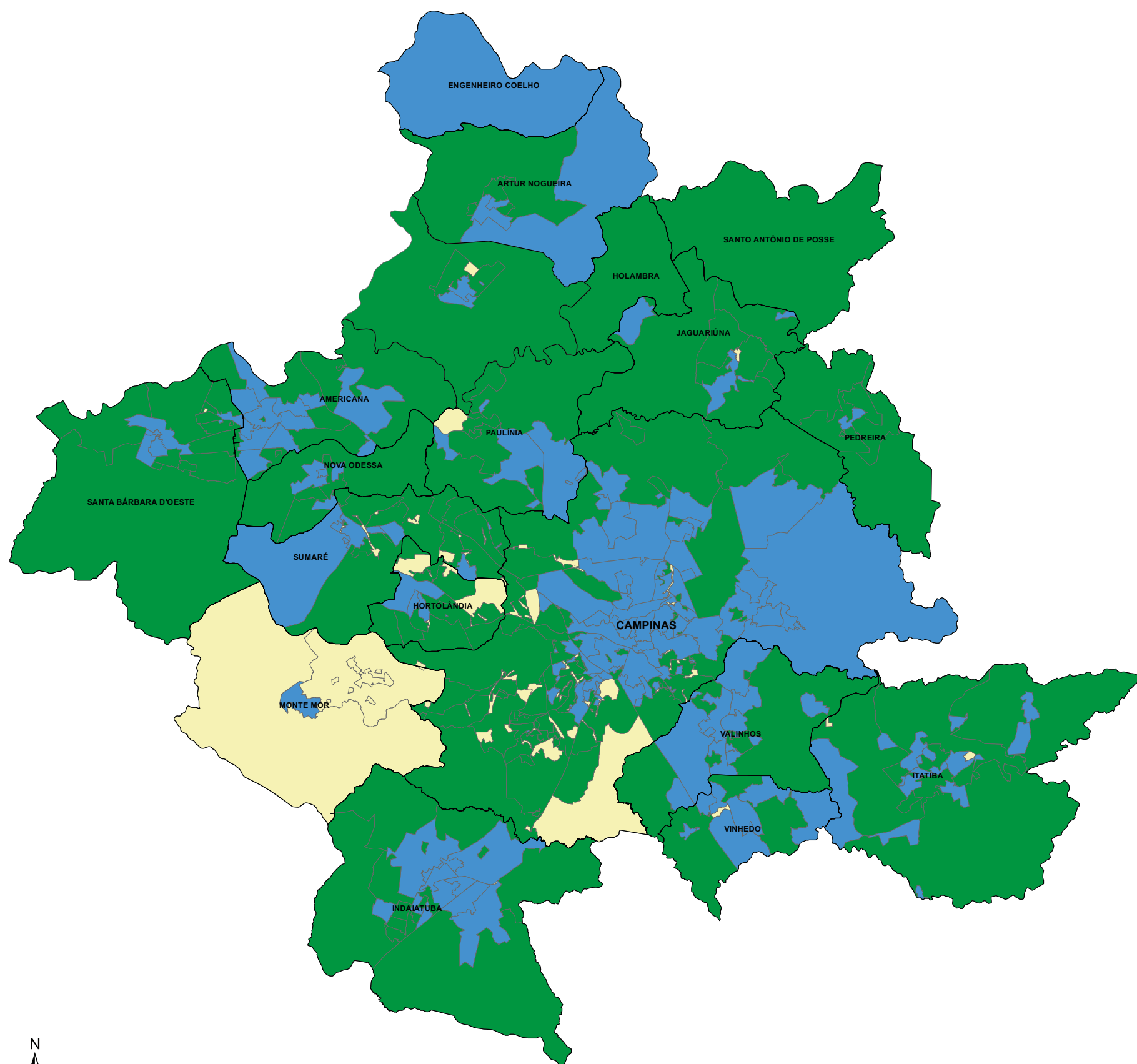
IDHM: 0,792

IDHM Educação: 0,726

IDHM Longevidade: 0,858

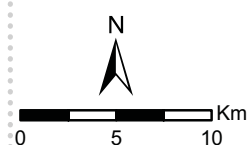
IDHM Renda: 0,798

IDHM da Região Metropolitana de Campinas



IDHM

- Muito Alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito Baixo
- UDH Sem informação



RM de Campinas

A Região Metropolitana (RM) de Campinas foi criada em 2000, por meio da Lei Complementar Estadual nº 870, e compreende 19 municípios situados no estado de São Paulo, possui área de 3.646 km² e 440 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs).

Em 2010, a RM de Campinas possuía um grau de urbanização de 97,4% e pouco menos de 7% da população estadual residia nela. A população do município-núcleo da RM, Campinas, correspondia, em 2010, a 38,6% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população da RM de Campinas, entre 2000 e 2010, foi de 1,81% ao ano.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na RM

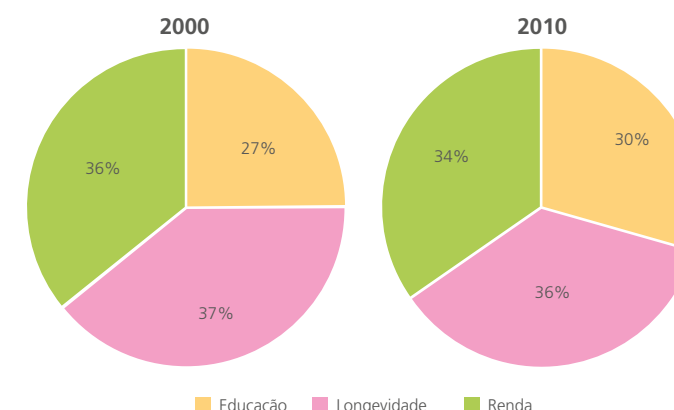
Em 2000 a RM de Campinas situava-se na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, permanecendo nela em 2010. O valor observado para o IDHM, que em 2000 era igual a 0,710, subiu para 0,792 dez anos depois, aproximando-se da faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Componentes do IDHM

Os três componentes que constituem o IDHM – Longevidade, Educação e Renda – apresentaram progresso na RM de Campinas. O crescimento mais significativo pôde ser observado em relação ao IDHM Educação. Houve variação de 0,582 em 2000, para 0,726 em 2010. O IDHM Renda passou de 0,769 para 0,798 entre os anos 2000 e 2010. E o IDHM Longevidade variou de 0,801 para 0,858.

A seguir, a contribuição das diferentes dimensões para o IDHM em 2000 e 2010.

Gráfico 1: Contribuição dos componentes para o IDHM – RM de Campinas, 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A dimensão Educação é composta por cinco indicadores, enquanto Longevidade e Renda são compostas por apenas um indicador cada. No período estudado, ocorreu variação positiva de todos os indicadores do IDHM Educação.

Em relação à escolaridade da população adulta, houve aumento de 14,52 pontos percentuais na proporção de pessoas com 18 anos ou mais que contava com ensino fundamental completo, partindo de 49,64% em 2000, para 64,16% em 2010. A maior mudança ocorreu em relação ao percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, com um aumento de 23,66 pontos percentuais. A menor variação, de 9,45 pontos, ocorreu no percentual de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental ou que já o concluíram. Os dois últimos indicadores referem-se à adequação do fluxo escolar da população jovem.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – RM Campinas, 2000/2010

Índices	Indicadores	2000	2010
IDHM		0,710	0,792
IDHM EDUCAÇÃO		0,582	0,726
	% de 18 anos ou mais com fundamental completo	49,64	64,16
	% de 5 a 6 anos na escola	71,98	95,64
	% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	78,84	88,29
	% de 15 a 17 anos com fundamental completo	61,73	71,33
	% de 18 a 20 anos com médio completo	39,85	53,63
IDHM LONGEVIDADE		0,801	0,858
	Esperança de vida ao nascer (em anos)	73,04	76,46
IDHM RENDA		0,769	0,798
	Renda per capita (em R\$ de 2010)	955,99	1148,94

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A esperança de vida, que representa a média de anos que as pessoas viverão a partir do nascimento, foi acrescida em mais de três anos no período compreendido entre os anos 2000 e 2010.

A renda domiciliar *per capita* assumiu uma tendência crescente ao longo do período analisado, com um incremento de R\$192,95 de ganhos reais entre 2000 e 2010.

A análise da evolução da renda *per capita* pode ser feita, de forma complementar, a partir do percentual da população da RM que vive em UDHS em diferentes faixas de renda *per capita*. No intervalo analisado, houve diminuição dos percentuais encontrados para a faixa mais baixa de renda *per capita* e aumento nas faixas superiores. O percentual de população em UDHS na faixa de ½ a 1 Salário Mínimo (SM) de renda *per capita* apresentou redução de cerca de 50%, enquanto a proporção na faixa mais alta (mais de 5 SM) demonstrou um crescimento de mais de 50%. A proporção nas faixas dos que recebiam mais de 3 a 5 SM cresceu exponencialmente, de 8,6% para 13,5%, fazendo com que o percentual nas faixas acima de 3 SM subisse de 12,3% para 22,8% no período de 2000 a 2010.

Tabela 2: Percentual da população da RM de Campinas que vive em UDHS segundo faixas de renda *per capita* – 2000/2010

Faixas de salário mínimo	2000	2010
Até ½ SM	0,0	0,0
De ½ a 1 SM	35,9	16,4
De 1 a 1 e ½ SM	30,7	25,0
De 1 e ½ a 2 SM	8,6	20,5
De 2 a 3 SM	12,5	15,5
De 3 a 4 SM	5,7	10,5
De 4 a 5 SM	2,9	3,0
Mais de 5 SM	3,7	9,3
Total	100,0	100,0

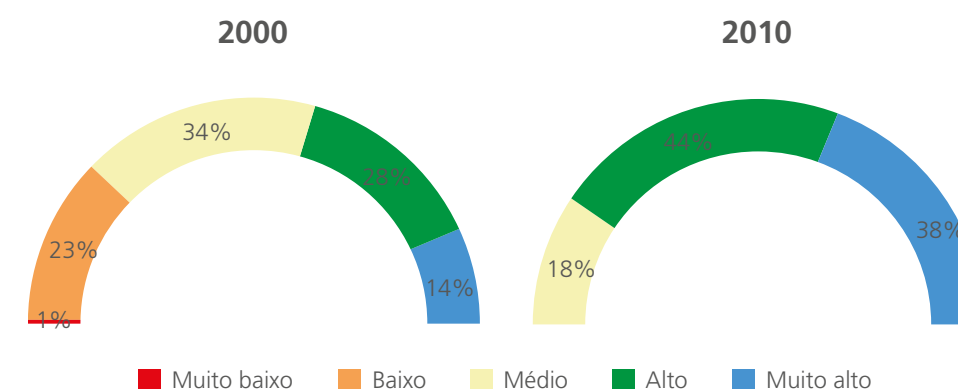
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Evolução do IDHM da RM de Campinas – UDHS

Em 2000, 14% das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHS) da RM de Campinas encontravam-se na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano, enquanto 28% apresentavam Alto Desenvolvimento Humano. Já em 2010, essas proporções somavam 82% do total de UDHS. Entre os anos analisados as faixas de Baixo e Muito Baixo Desenvolvimento Humano foi esvaziada: em 2000, continha 24% das UDHS e, em 2010, nenhuma. Essa evolução pode ser vista no Gráfico 2.

O Gráfico 2 mostra que, entre 2000 e 2010, ocorreu uma concentração das UDHS nas faixas mais elevadas de desenvolvimento humano, com uma redução do intervalo de resultados encontrados entre as UDHS que apresentam os mais elevados índices e as UDHS que trazem os índices mais baixos.

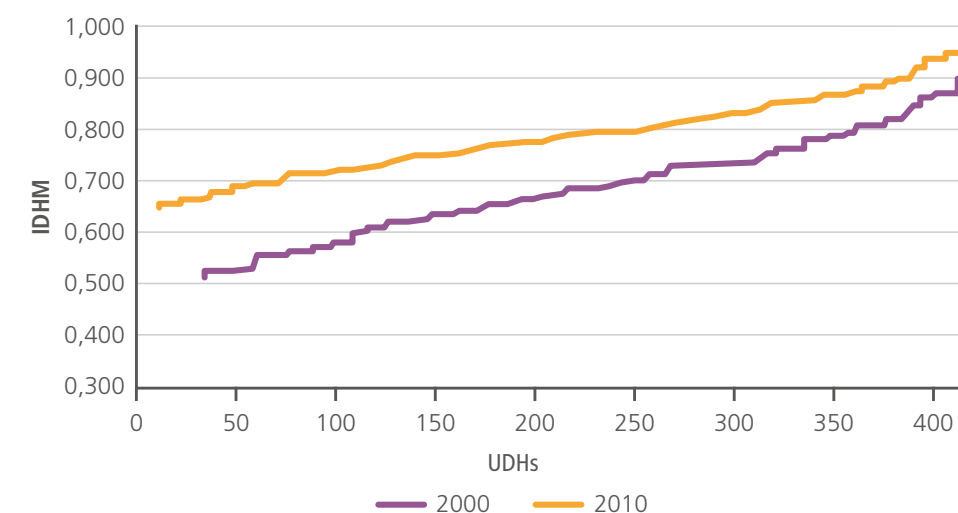
Gráfico 2: Distribuição das UDHS segundo as faixas do IDHM – RM de Campinas, 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos resultados do IDHM na RM de Campinas, para os anos 2000 e 2010. A atenuação da inclinação da curva de distribuição de 2010 em relação à curva de 2000 evidencia a retração da disparidade entre as suas UDHS no período.

Gráfico 3: Distribuição do IDHM – RM de Campinas, 2000/2010

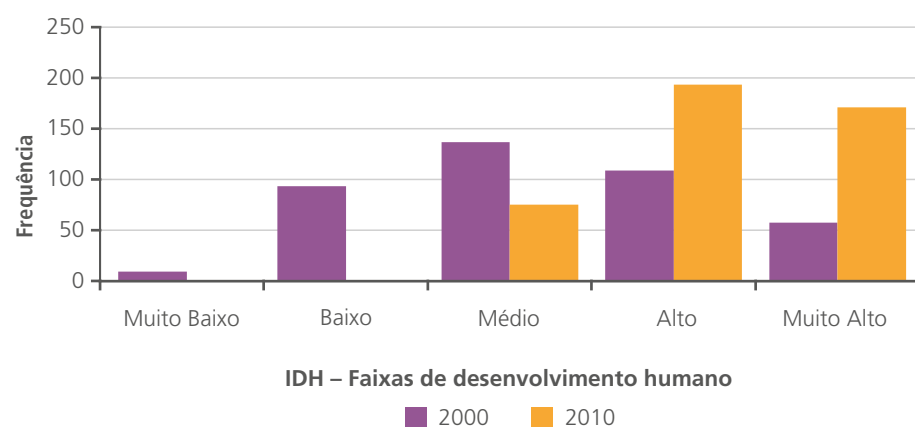


Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Os mais altos e os mais baixos IDHM

Ao observar o Gráfico 4, é possível visualizar a dinâmica dos valores de IDHM da RM de Campinas. Em 2000 havia apenas 1,2% das UDHs com IDHM muito baixo. E tanto essa, quanto a faixa de Baixo Desenvolvimento encontravam-se extintas em 2010. Em contrapartida, nota-se que ocorreu a elevação no número de UDHs com IDHM Alto e Muito Alto. O gráfico aponta que o desempenho das UDHs da RM de Campinas melhorou no período.

Gráfico 4: Frequência das Faixas de Desenvolvimento Humano – RM Campinas – 2000/2010



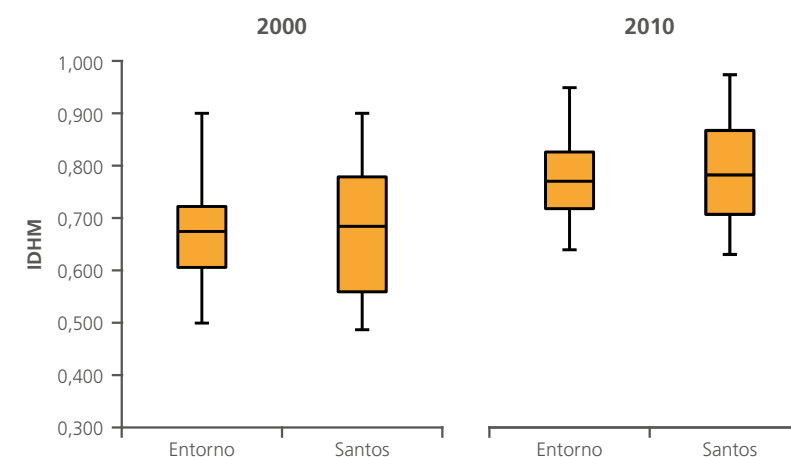
Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2015.

A desigualdade na RM de Campinas – municípios e UDHs

Ao analisar o nível de disparidade do IDHM entre os municípios da RM de Campinas, percebe-se que, em termos absolutos, diminuiu a diferença encontrada entre o município com mais baixo e mais alto IDHM entre 2000 e 2010. Naquele ano, a disparidade era de 0,130, enquanto neste ela cai para 0,117. Os municípios tornaram-se mais homogêneos em termos do IDHM.

O Gráfico 5 mostra a distribuição das UDHs segundo o IDHM para o município-núcleo da RM de Campinas e para os demais municípios metropolitanos, identificados, no gráfico, como entorno.

Gráfico 5: Boxplot do IDHM das UDHs – RM de Campinas, 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

No caso das UDHs do município-núcleo, em 2000, o IDHM variava entre 0,493 e 0,901, sendo que a metade das UDHs possuíam IDHM entre 0,564 e 0,778. Em 2010, o IDHM variava entre 0,636 e 0,954, ou seja, possuía uma amplitude menor que em 2000, e metade delas apresentavam índices entre 0,706 e 0,855. Houve, portanto, uma redução da disparidade absoluta entre as UDHs, associada a um aumento do IDHM.

Já no caso dos demais municípios, em 2000, metade das UDHs possuíam IDHM entre 0,609 e 0,727. Em 2010, esse intervalo ficava entre 0,720 e 0,825. Nesses municípios, em 2000, o IDHM variou entre 0,505 e 0,901, ao passo que, em 2010, variou entre 0,643 e 0,941. Percebe-se, neste caso, uma redução da amplitude total de variação dos dados, associada a um aumento do IDHM das UDHs no período.

A mesma tendência pode ser observada para o subíndice do IDHM Educação. Sua disparidade relativa apresenta a queda mais acentuada, no entanto, permanece o subíndice com os piores resultados, ou seja, em que ainda há maior disparidade. Em 2000, o IDHM Educação do município **Santo Antônio de Posse** alcançava apenas 0,422, um índice muito baixo. Já em 2010, o IDHM Educação deste município passa a 0,576, ainda o mais baixo entre todos os índices, mas 0,154 pontos acima do encontrado em 2000, em termos brutos.

O IDHM Longevidade obteve leve aumento de disparidade, com 0,063 em 2010, contra 0,051 em 2000. Este é o componente com melhores resultados na RM de Campinas. O município com o menor valor do subíndice de Longevidade foi **Engenheiro Coelho**, com um valor de 0,815. A disparidade observada para o IDHM Renda permaneceu praticamente inalterada, com 0,137 em 2000 e 0,135 em 2010.

Tabela 3: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre os Municípios da RM de Campinas (índice e subíndices) – 2000

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Santo Antônio de Posse	0,619			
Vinhedo	0,749			
Hortolândia e Monte Mor		0,673		
Vinhedo		0,810		
Monte Mor			0,785	
Pedreira			0,836	
Santo Antônio de Posse				0,422
Americana				0,637
Disparidade	0,130	0,137	0,051	0,215

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Tabela 4: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre os Municípios da RM de Campinas (índice e subíndices) – 2010

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Santo Antônio de Posse	0,702			
Valinhos	0,819			
Monte Mor		0,713		
Valinhos		0,848		
Engenheiro Coelho			0,815	
Holambra e Vinhedo			0,878	
Santo Antônio de Posse				0,576
Valinhos				0,763
Disparidade	0,117	0,135	0,063	0,187

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A disparidade em termos de desenvolvimento humano é menor entre os municípios do que quando desagregam-se os dados por UDHS. Aqui o menor e maior valor para 2010 são, respectivamente, 0,636 e 0,954 (0,318 em termos brutos), o que representa uma disparidade superior à observada entre os municípios. A diferença encontrada para o IDHM Educação é ainda maior (0,380). Quanto ao IDHM Renda, enquanto um grupo de 14 UDHS apresenta o valor de 0,629, outro grupo de 15 UDHS atinge o maior valor possível para esse subíndice, 1,000.

Tabela 5: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre as UDHS da RM de Campinas (índice e subíndices) – 2000

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Grupo de 5 UDHS*	0,493			
Centro/Cambuí, Condomínio Vista Alegre e Marambaia/Pinheirinho	0,901			
Grupo de 5 UDHS*		0,575		
Centro/Cambuí, Condomínio Vista Alegre e Marambaia/Pinheirinho		0,962		
Grupo de 5 UDHS*			0,704	
Centro/Cambuí, Condomínio Vista Alegre e Marambaia/Pinheirinho			0,885	
Grupo de 5 UDHS*				0,296
Centro/Cambuí, Condomínio Vista Alegre e Marambaia/Pinheirinho				0,859
Disparidade	0,408	0,387	0,181	0,563

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Nota: * Grupo de 5 UDHS: Núcleo Residencial Jardim Boa Esperança; Núcleo Residencial Jardim Itatiaia; Núcleo Residencial Sete de Setembro; Núcleo Residencial Tancredo Neves; Vila Esperança.

Tabela 6: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre as UDHS da RM de Campinas (índice e subíndices) – 2010

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Grupo de 14 UDHS*	0,636			
Grupo de 9 UDHS**	0,954			
Grupo de 11 UDHS***		0,629		
Grupo de 15 UDHS****		1,000		
Grupo de 14 UDHS*			0,747	
Grupo de 9 UDHS**			0,945	
Grupo de 14 UDHS*				0,540
Grupo de 9 UDHS**				0,920
Disparidade	0,318	0,371	0,198	0,380

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Notas: * Grupo de 14 UDHS: Residencial São Luís; Núcleo Residencial Parque Campinas I; Conjunto Habitacional Olímpia; Núcleo Residencial Jardim Eulina; Núcleo Residencial Chico Amaral; Oziel/Monte Cristo/Núcleo Residencial Bandeiras; Núcleo Residencial Jardim Boa Esperança; Núcleo Residencial Satélite Íris; Núcleo Residencial Jardim Maracanã; Jardim São Sebastião; Cidade Satélite Íris; Núcleo Residencial Cristo Redentor; Jardim Paulicéia; Núcleo Residencial Jardim Santa Lúcia.

** Grupo de 9 UDHS: Alphaville Campinas; Barão do Café/Parque Rio das Pedras; Condomínio Plaza Tower; Paineiras; Estância Paraíso; APA Campinas; Jardim Botânico/Colinas do Ermitage/Jardim Atibaia; Vila Verde/Madalena /Anhumas/Alphaville Dom Pedro; Bairro das Palmeiras/Gramado/Alto da Nova Campinas/Notre Dame; Parque Prado.

*** Grupo de 11 UDHS: Parque Ester/Condomínio Residencial Parque Cosmópolis; Santo Antônio; Jardim Boa Esperança/Jardim Primavera; ETA; Jardim Nova Hortolândia: Ocupação; Caminho da Luz; Ponte Nova : Trevo Estrada De Bragança; Expansão Urbana/Loteamento Bairro Chácaras Casa Verde; Escola Municipal Miguel Jalbut; Jardim do Engenho/Jardim Panorama; Capivari Mirim; Escola Gremio Recreativo Escola de Samba Unidos do Shanga; Zumbi dos Palmares; Casa Verde/Vila Savian.

**** Grupo de 15 UDHS: Centro/Cambuí; Chamonix; Escola Particular Next; Residencial Paineiras; Condomínio Moinho de Vento; Condomínio Vista Alegre; Marambaia/Pinheirinho; Alphaville Campinas; Barão do Café/Parque Rio das Pedras; Condomínio Plaza Tower; Paineiras; Estância Paraíso; APA Campinas; Jardim Botânico/Colinas do Ermitage/Jardim Atibaia; Vila Verde/Madalena/Anhumas/Alphaville Dom Pedro; Bairro das Palmeiras/Gramado/Alto da Nova Campinas/Notre Dame; Parque Prado.

Vulnerabilidade

O processo de realização de diagnósticos, bem como o de planejamento e focalização de políticas públicas, pode beneficiar-se da análise sobre o IDHM. De modo complementar, o olhar sobre a vulnerabilidade das famílias pode trazer pistas escondidas sob o véu das médias e simplificações típicas dos índices sintéticos. No caso da RM de Campinas, apesar de grandes avanços, os indicadores sociais apontam para o fato de que ainda há um caminho a ser percorrido em termos de desenvolvimento humano.

O percentual de indivíduos que vivia em domicílios onde não há moradores com ensino fundamental completo, mesmo apresentando uma queda de 43,0% em relação a 2000, ainda era de 15,13% do total da população em 2010. O menor e o maior percentual observados para as UDHs em 2010 apresentavam grande dispersão: 1,70% e 38,71%, respectivamente.

Destacando a população de crianças (com até 14 anos) em domicílios com essas características, seu percentual caiu cerca de 50,0%, partindo de 32,42% em 2000 para 16,58% em 2010. E uma vez mais, esses percentuais para a RM como um todo escondem grandes disparidades internas. Enquanto nas UDHs **Guanabara/Bela/Vista/Jardim Madalena/Dom Bosco/Chapadão** e **Terras do Barão/Vila Holanda/Jardim do Sol/Chácaras Belvedere** há apenas 0,25% de crianças nessas condições, as UDHs com percentual mais alto alcançam o valor de 43,54%.

A população de crianças de 6 a 14 anos que não frequenta a escola reduziu-se para 2,82% em 2010.

Tabela 7: Indicadores de Vulnerabilidade em Educação - RM de Campinas, 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	26,49	15,13	1,7	38,71
% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	33,42	16,58	0,25	43,54
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	4,54	2,82	0,00	11,73

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A proporção de mulheres que são chefes de família, não possuem ensino fundamental completo e têm ao menos um filho menor de 15 anos de idade entre o total de mulheres chefes de família aumentou, passando de 9,97% em 2000 para 11,40% em 2010, o que representa a permanência dessas pessoas em condições vulneráveis. Em 11% das UDHs esse indicador ultrapassa os 30%.

Já o percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos apresentou retração, de 2,63% em 2000 para 1,92% em 2010. E seguindo esta tendência, a taxa de trabalho infantil baixou de 6,14% para 4,45%.

Tabela 8: Percentual de mulheres em condições de vulnerabilidade – UDHs da RM de Campinas, 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	9,97	11,40	0,00	42,62
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,63	1,92	0,00	7,29

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A taxa de mortalidade na infância – crianças menores de 5 anos – reduziu-se de 20,69 óbitos por mil nascidos vivos em 2000 para 14,58 por mil em 2010, promovendo o alcance de uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (diminuição da taxa de mortalidade na infância em dois terços entre 1990 e 2015). A mortalidade até 1 ano (mortalidade infantil), um dos componentes da taxa de mortalidade na infância, teve queda, saindo de 17,77 por mil em 2000 a 12,60 por mil em 2010.

Tabela 9: Taxas de Mortalidade Infantil – RM de Campinas, 2000/2010

Indicador	Taxa 2000	Taxa 2010	Menor taxa em 2010 (UDH)	Maior taxa em 2010 (UDH)
Mortalidade até 5 anos de idade	20,69	14,58	7,35	27,97
Mortalidade infantil	17,77	12,60	6,30	24,20

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A proporção de vulneráveis à pobreza na RM Campinas em 2010 era de 10,90%. Vulneráveis à pobreza são indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a ½ salário mínimo. Essa proporção caiu 46% ao longo dos anos analisados, uma vez que em 2000 a proporção observada era de 20,18%. Contudo, a grande disparidade entre os resultados para as UDHs deve ser observada. Enquanto há UDHs em que menos de 0,26% de sua população encontra-se em tais condições, cerca de um quinto das UDHs apresentam resultados superiores a 20%. O valor mais alto verificado foi de 37,69%.

Os segmentos de pobres e extremamente pobres na RM de Campinas também sofreram acentuada redução. São considerados pobres aqueles indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$140,00 e extremamente pobres os com renda de até R\$70,00

(valores de referência para agosto de 2010). O primeiro grupo caiu de 6,49% em 2000 para 2,74% em 2010. E a proporção dos extremamente pobres diminuiu de 1,46% em 2000 para apenas 0,73% em 2010.

Houve retração do percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal, que passou de 36,13% em 2000 para 23,75% em 2010.

No sentido contrário ao observado para o indicador percentual de mulheres chefes de família sem fundamental completo com filho menor de 15 anos em relação ao total de mulheres chefes de família, o indicador calculado em relação às mulheres chefes de família e com filhos menores que 15 anos apresenta queda de 25,24% em 2000 para 16,15% em 2010. O mesmo ocorreu em relação a crianças de até 14 anos que vivem em domicílios com renda *per capita* igual ou inferior a ½ salário mínimo, em que a queda verificada foi de 37,0% em termos brutos.

A população de jovens que não estuda, nem trabalha e é vulnerável à pobreza apresentou retração – de 7,04% em 2000 a 4,29% em 2010.

Tabela 10: Indicadores de Vulnerabilidade – RM de Campinas, 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de vulneráveis à pobreza	20,18	10,90	0,26	37,69
% de pobres	6,49	2,74	0,06	12,43
% de extremamente pobres	1,46	0,73	0,03	5,25
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	36,13	23,75	2,82	40,38
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor	25,24	16,15	0,00	52,09
% de crianças vulneráveis à pobreza	31,61	19,97	0,59	52,10
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	7,04	4,29	0,00	14,57
% de vulneráveis e dependentes de idosos, no total de vulneráveis que coabitam com idosos	52,11	70,74	0,00	100,00

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Em tendência contrária aos outros indicadores da tabela, o número de vulneráveis e dependentes de idosos (no total de pessoas em domicílios vulneráveis e com idosos) aumentou, saindo de 52,11% em 2000 para 70,74% em 2010.

UDHs com menor IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Residencial São Luís	0,747
Núcleo Residencial Parque Campinas I	0,747
Conjunto Habitacional Olímpia	0,747
Núcleo Residencial Jardim Eulina	0,747
Núcleo Residencial Chico Amaral	0,747
Oziel / Monte Cristo / Núcleo Residencial Bandeiras	0,747
Núcleo Residencial Jardim Boa Esperança	0,747
Núcleo Residencial Satélite Íris	0,747
Núcleo Residencial Jardim Maracanã	0,747
Jardim São Sebastião	0,747
Cidade Satélite Íris	0,747
Núcleo Residencial Cristo Redentor	0,747
Jardim Paulicéia	0,747
Núcleo Residencial Jardim Santa Lúcia	0,747

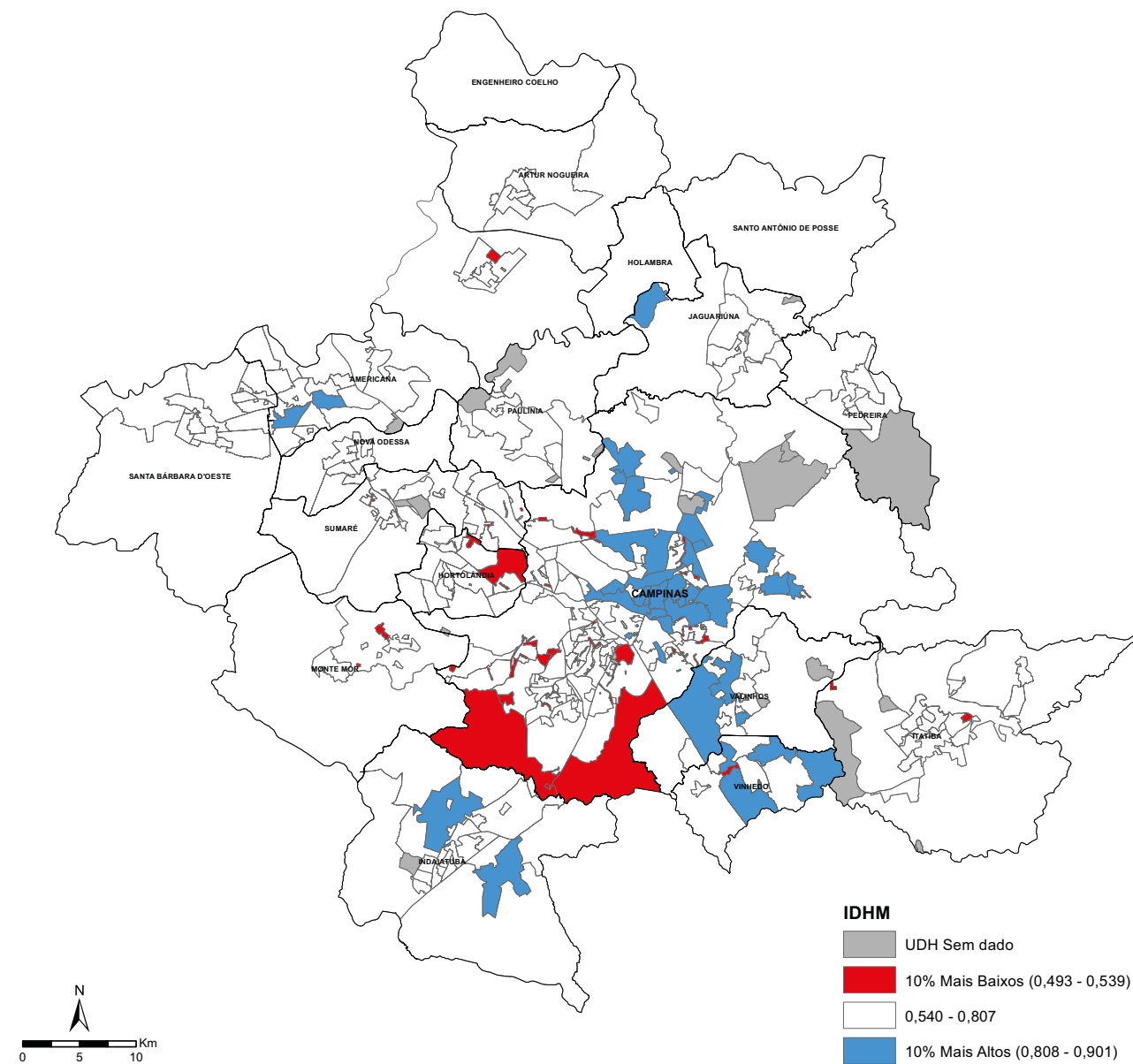
UDHs com maior IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Alphaville Campinas	0,920
Barão do Café / Parque Rio das Pedras	0,920
Condomínio Plaza Tower	0,920
Paineiras	0,920
Estância Paraíso	0,920
APA Campinas : Jardim Botânico / Colinas do Ermitage / Jardim Atibaia	0,920
Vila Verde / Madalena / Anhumas / Alphaville Dom Pedro	0,920
Bairro das Palmeiras / Gramado / Alto da Nova Campinas / Notre Dame	0,920
Parque Prado	0,920

UDHs com menor IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Residencial São Luís	0,540
Núcleo Residencial Parque Campinas I	0,540
Conjunto Habitacional Olímpia	0,540
Núcleo Residencial Jardim Eulina	0,540
Núcleo Residencial Chico Amaral	0,540
Oziel / Monte Cristo / Núcleo Residencial Bandeiras	0,540
Núcleo Residencial Jardim Boa Esperança	0,540
Núcleo Residencial Satélite Íris	0,540
Núcleo Residencial Jardim Maracanã	0,540
Jardim São Sebastião	0,540
Cidade Satélite Íris	0,540
Núcleo Residencial Cristo Redentor	0,540
Jardim Paulicéia	0,540
Núcleo Residencial Jardim Santa Lúcia	0,540

UDHs com maior IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Centro / Cambuí	1,000
Chamonix : Escola Particular Next	1,000
Residencial Paineiras	1,000
Condomínio Moinho de Vento	1,000
Condomínio Vista Alegre	1,000
Marambaia / Pinheirinho	1,000
Alphaville Campinas	1,000
Barão do Café / Parque Rio das Pedras	1,000
Condomínio Plaza Tower	1,000
Paineiras	1,000
Estância Paraíso	1,000
APA Campinas : Jardim Botânico / Colinas do Ermitage / Jardim Atibaia	1,000
Vila Verde / Madalena / Anhumas / Alphaville Dom Pedro	1,000
Bairro das Palmeiras / Gramado / Alto da Nova Campinas / Notre Dame	1,000
Parque Prado	1,000

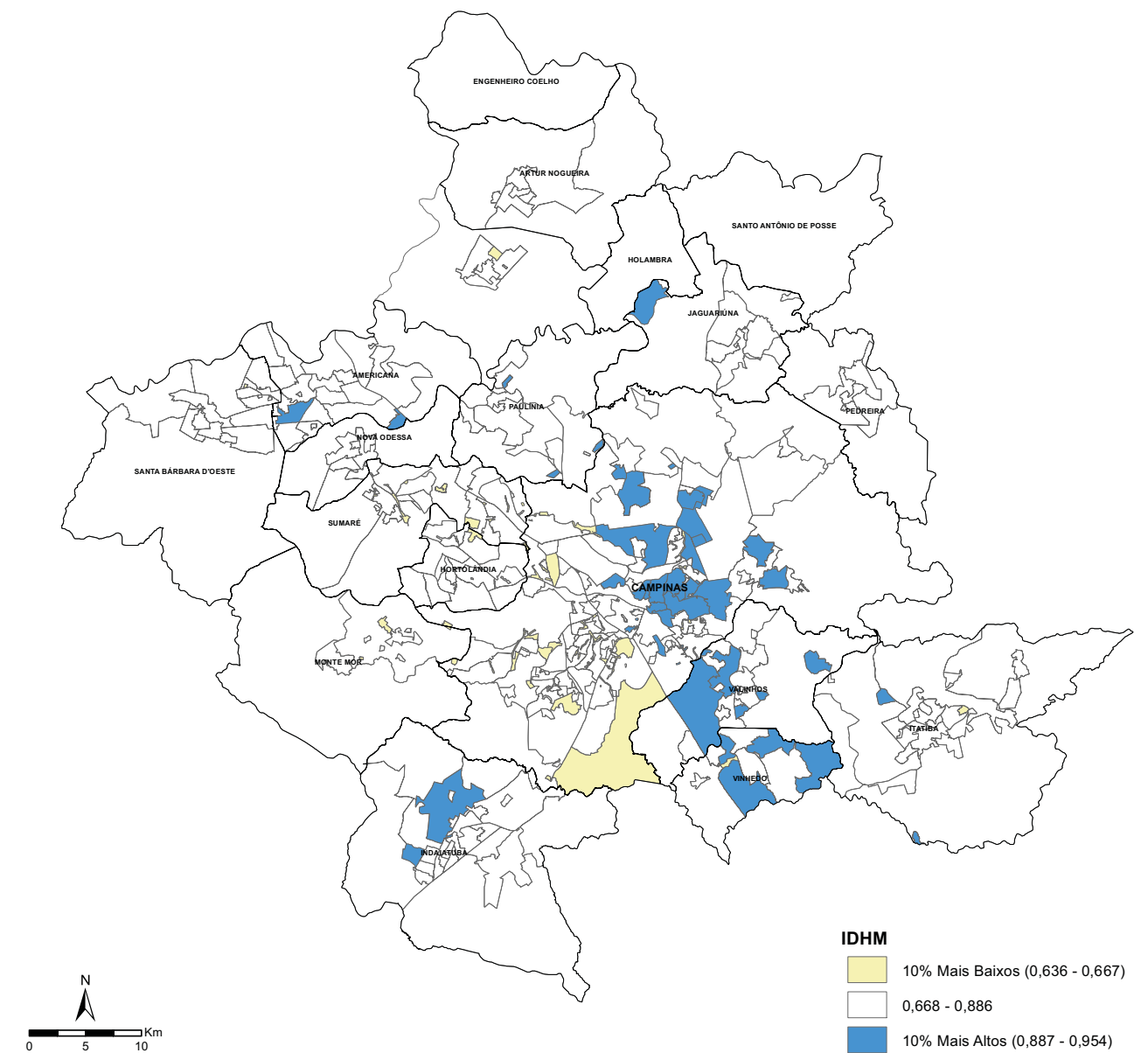
UDHs com menor IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Parque Ester / Condomínio Residencial Parque Cosmópolis	0,629
Santo Antônio	0,629
Jardim Boa Esperança / Jardim Primavera: ETA	0,629
Jardim Nova Hortolândia : Ocupação	0,629
Caminho da Luz	0,629
Ponte Nova : Trevo Estrada De Bragança	0,629
Expansão Urbana / Loteamento Bairro Chácaras Casa Verde : Escola Municipal Miguel Jalbut	0,629
Jardim do Engenho / Jardim Panorama	0,629
Capivari Mirim : Escola Gremio Recreativo Escola de Samba Unidos do Shanga	0,629
Zumbi dos Palmares	0,629
Casa Verde / Vila Savian	0,629

Mapa dos mais altos e mais baixos IDHM (Percentil) 2000

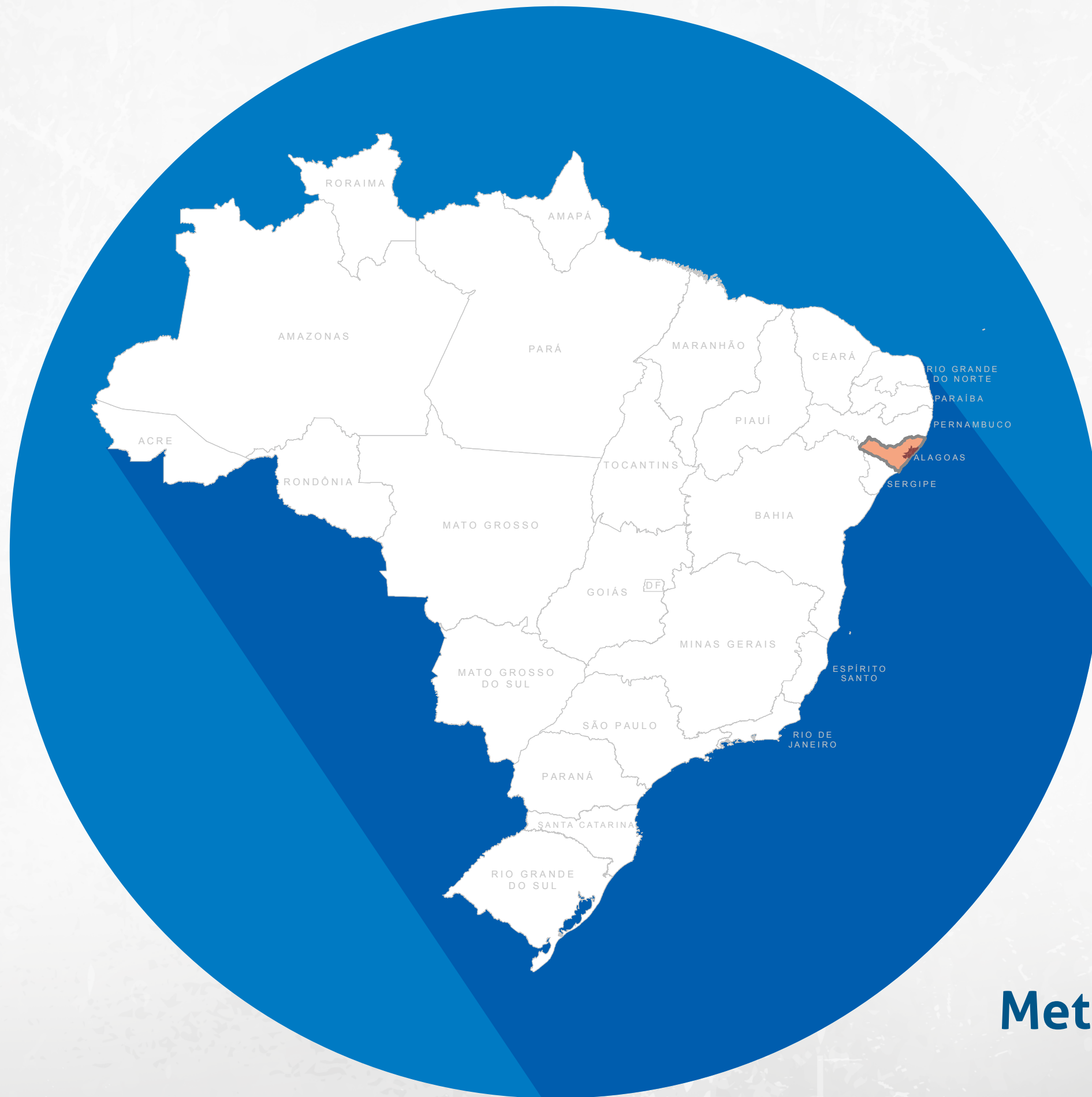


O Mapa apresenta o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais altos valores de IDHM (entre 0,808 e 0,901) e o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais baixos valores de IDHM (entre 0,493 e 0,539), em 2000.

Mapa dos mais altos e mais baixos IDHM (Percentil) 2010



O Mapa apresenta o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais altos valores de IDHM (entre 0,887 e 0,954) e o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais baixos valores de IDHM (entre 0,636 e 0,667), em 2010.



Região Metropolitana de Maceió

2000

População: 1.033.295 (36,6% do total estadual)

PIB: R\$3,9 bilhões (56,1% do total estadual)

Densidade demográfica: 441,4 hab./km²

IDHM: 0,567

IDHM Educação: 0,402

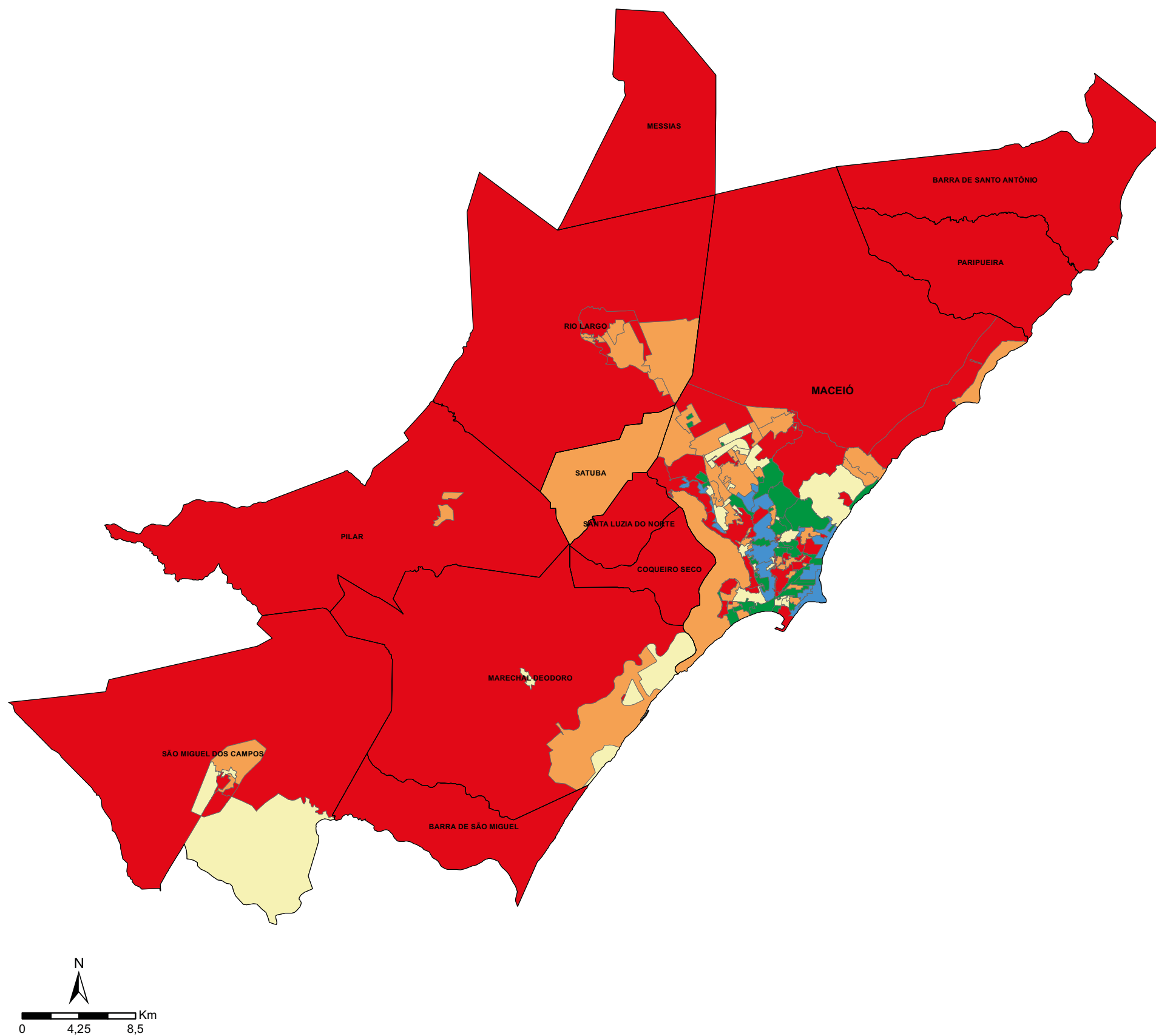
IDHM Longevidade: 0,681

IDHM Renda: 0,666

IDHM da Região Metropolitana de Maceió

IDHM

- Muito Alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito Baixo
- UDH Sem informação



População: 1.210.941 (38,8% do total estadual)

PIB: R\$13,9 bilhões (56,6% do total estadual)

Densidade demográfica: 517,3 hab./km²

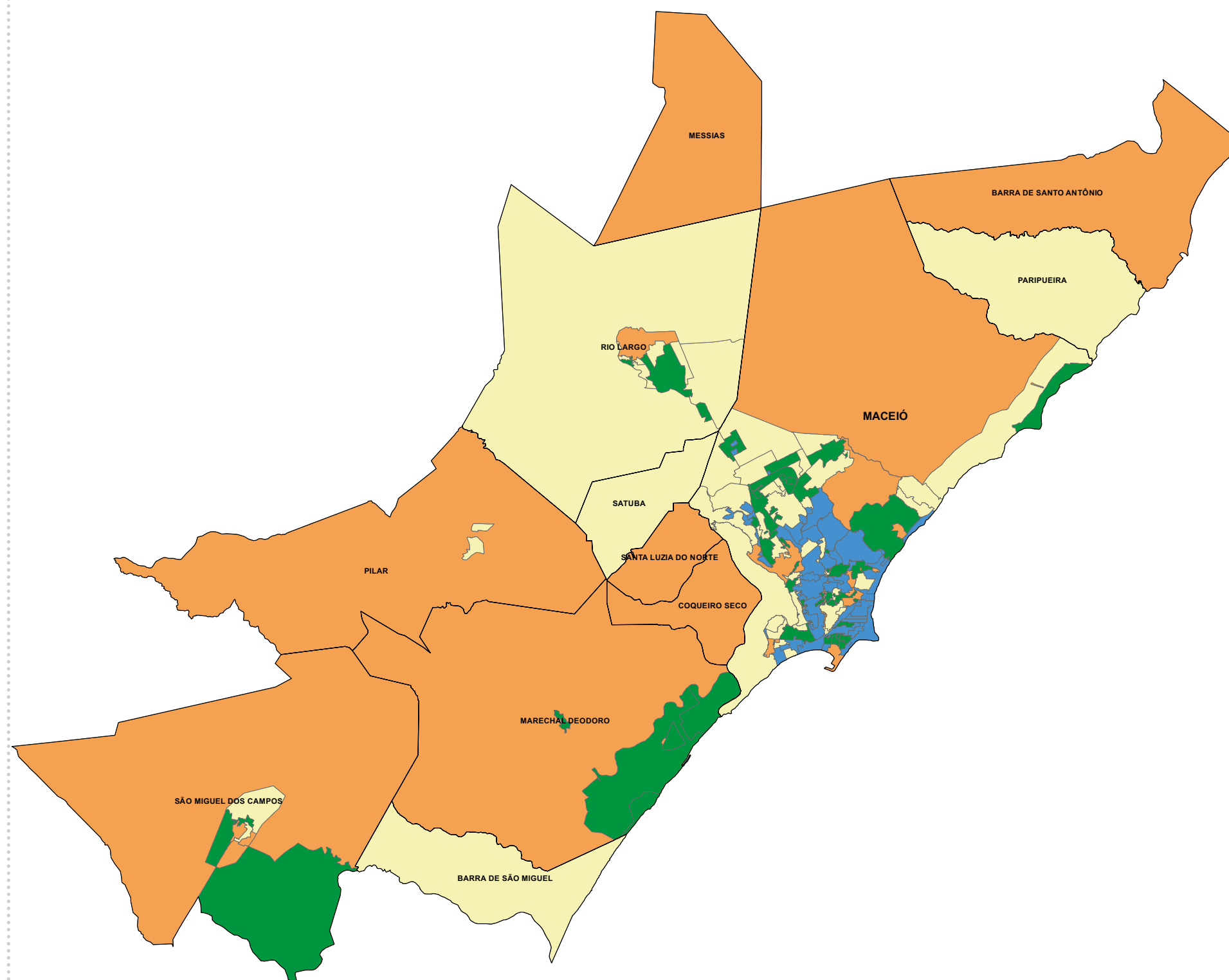
IDHM: 0,702

IDHM Educação: 0,608

IDHM Longevidade: 0,795

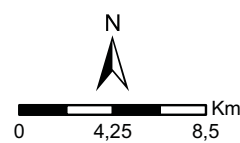
IDHM Renda: 0,717

IDHM da Região Metropolitana de Maceió



IDHM

- Muito Alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito Baixo
- UDH Sem informação



RM de Maceió

A Região Metropolitana (RM) de Maceió foi criada em 1998, por meio da Lei Complementar Estadual nº 18, e compreende 11 municípios situados no estado de Alagoas, possui área de 2.341 km² e 177 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs).

Em 2010, a RM de Maceió possuía um grau de urbanização de 97,8% e cerca de 37% da população estadual residia na RM. A população do município-núcleo da RM, Maceió, correspondia, em 2010, a 80,6% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população da RM de Maceió, entre 2000 e 2010, foi de 1,57% ao ano.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na RM

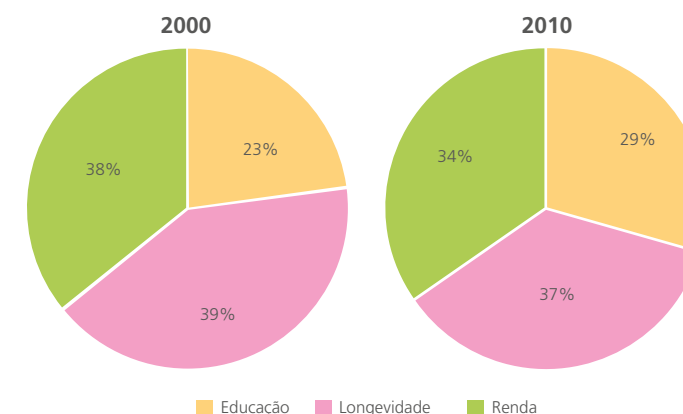
Em 2000 a RM de Maceió situava-se na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano, subindo para Alto Desenvolvimento Humano em 2010. O valor observado para o IDHM, que em 2000 era igual a 0,567, subiu para 0,702 dez anos depois.

Componentes do IDHM

Os três componentes que constituem o IDHM – Longevidade, Educação e Renda – apresentaram progresso na RM de Maceió. O crescimento mais significativo pôde ser observado em relação ao IDHM Educação. Houve variação de 0,402 em 2000, para 0,608 em 2010. O IDHM Renda passou de 0,666 para 0,717 entre os anos 2000 e 2010. E o IDHM Longevidade variou de 0,681 para 0,795.

A seguir, a contribuição das diferentes dimensões para o IDHM em 2000 e 2010.

Gráfico 1: Contribuição dos componentes para o IDHM – RM de Maceió, 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A dimensão Educação é composta por cinco indicadores, enquanto Longevidade e Renda são compostas por apenas um indicador cada. No período estudado, ocorreu variação positiva de todos os indicadores do IDHM Educação.

Em relação à escolaridade da população adulta, houve aumento de 14,56 pontos percentuais na proporção de pessoas com 18 anos ou mais que contava com ensino fundamental completo, partindo de 40,52% em 2000, para 55,08% em 2010. A maior mudança, de 39,51 pontos, ocorreu no percentual de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental ou que já o concluíram.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – RM Maceió, 2000/2010

Índices	Indicadores	2000	2010
IDHM		0,567	0,702
IDHM EDUCAÇÃO		0,402	0,608
	% de 18 anos ou mais com fundamental completo	40,52	55,08
	% de 5 a 6 anos na escola	72,57	88,04
	% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	43,67	83,18
	% de 15 a 17 anos com fundamental completo	26,43	46,11
	% de 18 a 20 anos com médio completo	17,26	38,35
IDHM LONGEVIDADE		0,681	0,795
	Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,85	72,67
IDHM RENDA		0,666	0,717
	Renda <i>per capita</i> (em R\$ de 2010)	503,36	691,51

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A esperança de vida, que representa a média de anos que as pessoas viverão a partir do nascimento, foi acrescida em quase sete anos no período compreendido entre os anos 2000 e 2010.

A renda domiciliar *per capita* assumiu uma tendência crescente ao longo do período analisado, com um incremento de R\$188,15 de ganhos reais entre 2000 e 2010.

A análise da evolução da renda *per capita* pode ser feita, de forma complementar, a partir do percentual da população da RM que vive em UDHS em diferentes faixas de renda *per capita*. No intervalo analisado, houve aumento dos percentuais nas faixas superiores. As únicas faixas a apresentarem queda foram a de até ½ SM, passando de 29,5% em 2000 para apenas 3,4% em 2010 e a de um e ½ a 2 SM, com 17,6% em 2000 e 7,3% em 2010. Ainda há um grande percentual nas faixas de até 1 e 1 SM, 67,8%. A proporção nas faixas dos que recebiam mais de 3 a 5 SM cresceu exponencialmente, de 5,6% para 9,6%, fazendo com que o percentual nas faixas de 3 SM subisse de 6,7% para 12,4% no período de 2000 a 2010.

Tabela 2: Percentual da população da RM de Maceió que vive em UDHS segundo faixas de renda *per capita* – 2000/2010

Faixas de salário mínimo	2000	2010
Até ½ SM	29,5	3,4
De ½ a 1 SM	27,3	46,3
De 1 a 1 e ½ SM	11,9	18,1
De 1 e ½ a 2 SM	17,6	7,3
De 2 a 3 SM	6,8	12,4
De 3 a 4 SM	4,5	5,6
De 4 a 5 SM	1,1	4,0
Mais de 5 SM	1,1	2,8
Total	100,0	100,0

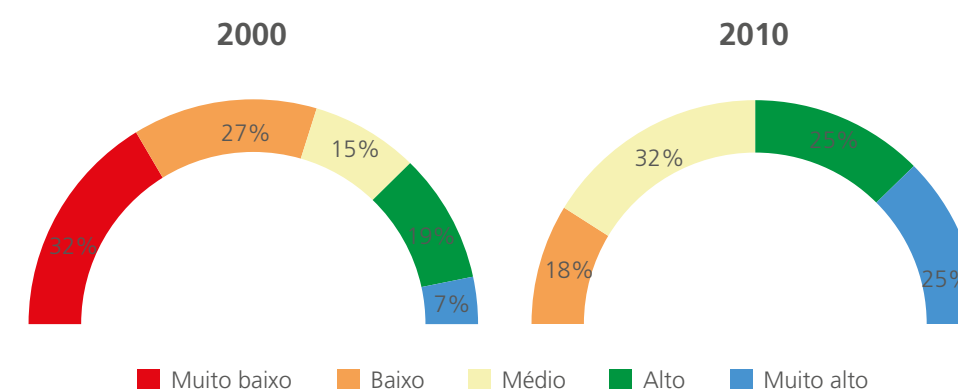
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Evolução do IDHM da RM de Maceió – UDHS

Em 2000, 7% das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHS) da RM de Maceió encontravam-se na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano, enquanto 19% apresentavam Alto Desenvolvimento Humano. No ano 2010, o conjunto dessas faixas dobrou e ambos percentuais alcançaram 25%. Entre os anos analisados a faixa de Muito Baixo Desenvolvimento Humano foi esvaziada: em 2000, continha 32,4% das UDHS e, em 2010, nenhuma. E o percentual de UDHS com Baixo Desenvolvimento, no mesmo período, baixou de 27% para 18%.

O Gráfico 2 mostra que, entre 2000 e 2010, ocorreu uma concentração das UDHS nas faixas mais elevadas de desenvolvimento humano, com uma redução do intervalo de resultados encontrados entre as UDHS que apresentam os mais elevados índices e as UDHS que trazem os índices mais baixos.

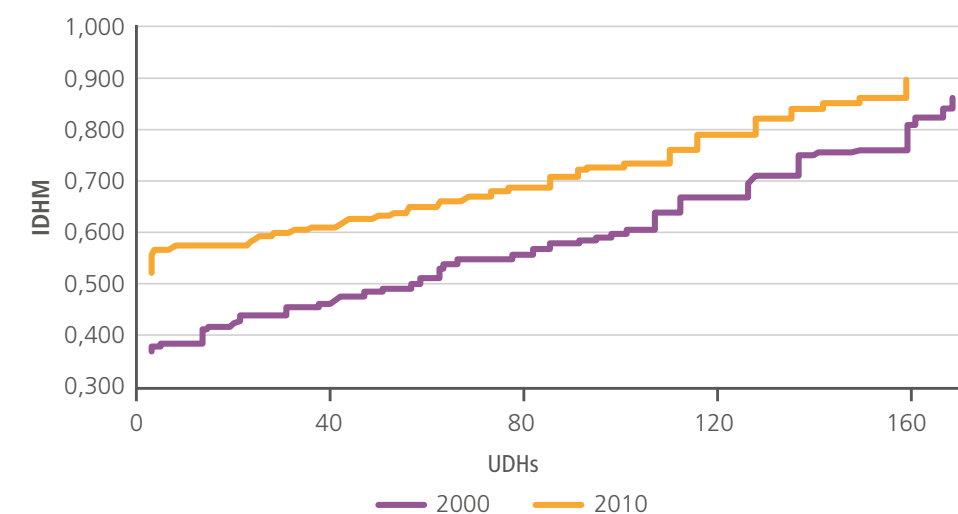
Gráfico 2: Distribuição das UDHS segundo as faixas do IDHM – RM de Maceió, 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos resultados do IDHM na RM de Maceió, para os anos 2000 e 2010. A atenuação da inclinação da curva de distribuição de 2010 em relação à curva de 2000 evidencia a retração da disparidade entre as suas UDHS no período.

Gráfico 3: Distribuição do IDHM – RM de Maceió, 2000/2010

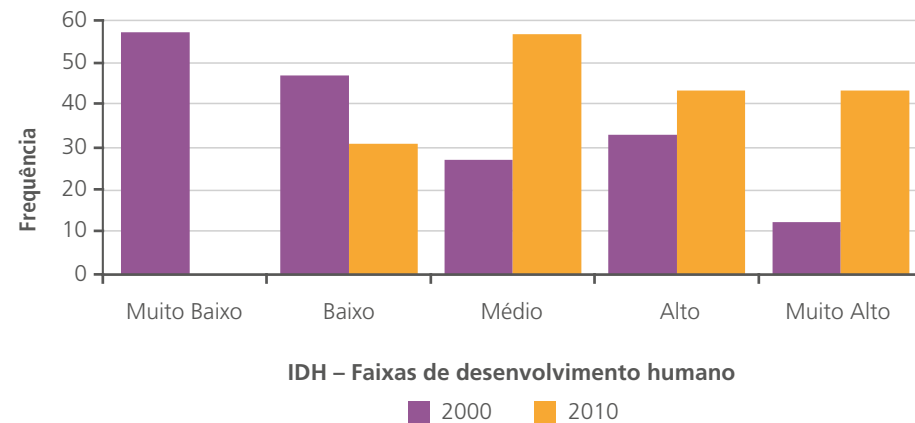


Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Os mais altos e os mais baixos IDHM

Ao observar o Gráfico 4, é possível visualizar a dinâmica dos valores de IDHM da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Em 2010, não há UDHS com IDHM Muito Baixo, faixa que concentravam-se a maior parte das UDHS, em 2000. Em contrapartida, nota-se que ocorreu a elevação no número de UDHS com IDHM Médio, Alto e Muito Alto. O gráfico aponta que o desempenho das UDHS da RM de Maceió melhorou no período.

Gráfico 4: Frequência das Faixas de Desenvolvimento Humano – RM Maceió, 2000/2010



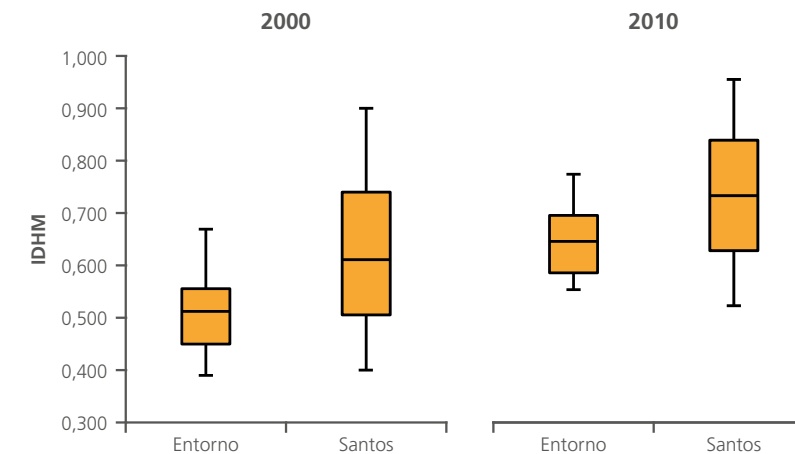
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A desigualdade na RM de Maceió – Municípios e UDHS

Ao analisar o nível de disparidade do IDHM entre os municípios da RM de Maceió, percebe-se que, em termos absolutos, diminuiu a diferença encontrada entre o município com mais baixo e mais alto IDHM entre 2000 e 2010. Naquele ano, a disparidade era de 0,206, enquanto neste ela caiu para 0,164. Os municípios tornaram-se mais homogêneos em termos do IDHM.

O Gráfico 5 mostra a distribuição das UDHS segundo o IDHM para o município-núcleo da RM de Maceió e para os demais municípios metropolitanos, identificados, no gráfico, como entorno.

Gráfico 5: Boxplot do IDHM das UDHS – RM de Maceió, 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

No caso das UDHS do município-núcleo, em 2000, o IDHM variava entre 0,382 e 0,898, sendo que a metade delas possuíam IDHM entre 0,489 e 0,737. Em 2010, o IDHM variava entre 0,522 e 0,956, ou seja, possuía uma amplitude menor que em 2000, e metade das UDHS apresentavam índices entre 0,626 e 0,838. Houve, portanto, uma redução da disparidade absoluta entre as UDHS,, associada a um aumento do IDHM.

Já no caso dos demais municípios, em 2000, metade das UDHS possuíam IDHM entre 0,434 e 0,545. Em 2010, esse intervalo ficava entre 0,591 e 0,703. Nesses municípios, em 2000, o IDHM variou entre 0,371 e 0,668, ao passo que, em 2010, variou entre 0,557 e 0,790. Percebe-se, neste caso, uma redução da amplitude total de variação dos dados, associada a um aumento do IDHM das UDHS no período.

A mesma tendência pode ser observada para todos os subíndices do IDHM. A disparidade relativa ao IDHM Educação apresenta queda mais acentuada que os demais, apesar de ainda ser a dimensão com os piores resultados, ou seja, em que ainda há maior disparidade. O IDHM Longevidade obteve a menor disparidade em 2010, com 0,085 em termos absolutos. O município com o menor valor do subíndice de longevidade foi **Messias**, com um valor de 0,714.

Em 2000, o IDHM Educação do município de **Barra de Santo Antônio** alcançava apenas 0,176, um índice muito baixo. Já em 2010, o IDHM Educação deste município passa a 0,428, ainda o mais baixo entre todos os índices, mas com um valor que representa mais que o dobro do original.

Tabela 3: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre os Municípios da RM de Maceió (índice e subíndices) – 2000

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Barra de Santo Antônio	0,378			
Maceió	0,584			
Barra de Santo Antônio		0,460		
Maceió		0,689		
Pilar			0,634	
Satuba			0,732	
Barra de Santo Antônio				0,176
Maceió				0,433
Disparidade	0,206	0,229	0,098	0,257

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Tabela 4: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre os Municípios da RM de Maceió (índice e subíndices) – 2010

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Barra de Santo Antônio	0,557			
Maceió	0,721			
Barra de Santo Antônio		0,552		
Maceió		0,739		
Messias			0,714	
Maceió			0,799	
Barra de Santo Antônio				0,428
Maceió				0,635
Disparidade	0,164	0,187	0,085	0,207

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2015.

A disparidade em termos de desenvolvimento humano é menor entre os municípios do que quando desagregam-se os dados por UDHs. Aqui o menor e maior valor para 2010 são, respectivamente, 0,522 e 0,956 (0,434 em termos brutos), o que representa uma disparidade superior à observada entre os municípios. A diferença encontrada para o IDHM Educação é ainda maior (0,544), sendo que o menor valor encontrado para este subíndice é de apenas 0,381.

Tabela 5: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre as UDHs da RM de Maceió (índice e subíndices) – 2000

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Área Urbana: Rua Santa Rita/Praça Frei Damião/Rua Senhor do Bomfim/Avenida Otacílio Cavalcanti/Praça Augustino de Souza/Usina Terra Nova AS/Praça Nossa Senhora das Graças/Área Rural: Lagoa Manguaba/Oitizeiro	0,371			
Ponta Verde e Aldebaran	0,898			
Município de Barra de Santo Antônio		0,460		
Ponta Verde e Aldebaran		0,981		
Rural; Alto da Boa Vista; Poço Azul; Vale do Reginaldo II; Bolão; Encostas Mutange; Vila Olímpica; Vale do Feitosa; Vila do Eucalipto			0,621	
Ponta Verde e Aldebaran			0,850	
Área Urbana: Rua Santa Rita/Praça Frei Damião/Rua Senhor do Bomfim/Avenida Otacílio Cavalcanti/Praça Augustino de Souza/Usina Terra Nova AS/Praça Nossa Senhora das Graças/Área Rural: Lagoa Manguaba/Oitizeiro				0,172
Ponta Verde e Aldebaran				0,869
DISPARIDADE	0,527	0,521	0,229	0,697

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Tabela 6: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre as UDHs da RM de Maceió (índice e subíndices) – 2010

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Vales do Benedito	0,522			
Ponta Verde e Aldebaran	0,956			
Vales do Benedito		0,528		
Ponta Verde e Aldebaran		1,000		
Vales do Benedito			0,706	
Ponta Verde e Aldebaran			0,946	
Vales do Benedito				0,381
Ponta Verde e Aldebaran				0,925
DISPARIDADE	0,434	0,472	0,240	0,544

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Vulnerabilidade

O processo de realização de diagnósticos, bem como o de planejamento e focalização de políticas públicas, pode beneficiar-se da análise sobre o IDHM. De modo complementar, o olhar sobre a vulnerabilidade das famílias pode trazer pistas escondidas sob o véu das

médias e simplificações típicas dos índices sintéticos. No caso da RM de Maceió, apesar de grandes avanços, os indicadores sociais apontam para o fato de que ainda há um caminho a ser percorrido em termos de desenvolvimento humano.

O percentual de indivíduos que vivia em domicílios onde não há moradores com ensino fundamental completo, mesmo apresentando uma queda de 37,00% em relação a 2000, ainda era de 27,16% do total da população em 2010. O menor e o maior percentual observados para as UDHS em 2010 apresentavam grande dispersão: 1,10% e 51,10%, respectivamente.

Destacando a população de crianças (com até 14 anos) em domicílios com essas características, seu percentual caiu cerca de 31,00%, partindo de 52,03% em 2000 para 35,69% em 2010. E uma vez mais, esses percentuais para a RM como um todo escondem grandes disparidades internas. Enquanto as UDHS **Aldebaran** e **Ponta Verde** têm apenas 0,40% de crianças nessas condições, a UDH **Município de Messias** alcança o valor mais alto com o percentual de 61,09%.

A população de crianças de 6 a 14 anos que não frequenta a escola reduziu-se para 4,77% em 2010.

Tabela 7: Indicadores de Vulnerabilidade em Educação - RM de Maceió, 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	42,89	27,16	1,10	51,51
% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	52,03	35,69	0,40	61,09
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	10,86	4,77	0,00	15,71

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A proporção de mulheres que são chefes de família, não possuem ensino fundamental completo e têm ao menos um filho menor de 15 anos de idade entre o total de mulheres chefes de família aumentou, passando de 18,83% em 2000 para 49,32% em 2010, o que representa a permanência dessas pessoas em condições vulneráveis. A UDH **Vales do Benedito** alcança o percentual de 51,34%.

Já o percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos praticamente permaneceu o mesmo, com 4,68% em 2000 e 4,08% em 2010. A taxa de trabalho infantil, por sua vez, baixou de 5,04% para 4,53%.

Tabela 8: Percentual de mulheres em condições de vulnerabilidade – UDHS da RM de Maceió, 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	18,83	49,32	0,00	51,34
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	4,68	4,08	0,00	11,28

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A taxa de mortalidade na infância – crianças menores de 5 anos – reduziu-se de 57,86 óbitos por mil nascidos vivos em 2000 para 23,57 óbitos por mil nascidos vivos em 2010, promovendo o alcance de uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (diminuição da taxa de mortalidade na infância em dois terços entre 1990 e 2015). A mortalidade até 1 ano (mortalidade infantil), um dos componentes da taxa de mortalidade na infância, teve queda, saindo de 45,40 óbitos por mil nascidos vivos em 2000 a 21,60 óbitos por mil nascidos vivos em 2010.

Tabela 9: Taxas de Mortalidade Infantil – RM de Maceió, 2000/2010

Indicador	Taxa 2000	Taxa 2010	Menor taxa em 2010 (UDH)	Maior taxa em 2010 (UDH)
Mortalidade até 5 anos de idade	57,86	23,57	7,82	42,17
Mortalidade infantil	45,40	21,60	6,70	38,70

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A proporção de vulneráveis à pobreza na RM Maceió em 2010 era de 43,96%. Vulneráveis à pobreza são indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo. Essa proporção caiu 27,0% ao longo dos anos analisados, uma vez que em 2000 a proporção observada era de 60,04%. Contudo, a grande disparidade entre os resultados para as UDHS deve ser observada. Enquanto nas UDHS **Aldebaran** e **Ponta Verde** há menos de 1,0% de sua população em tais condições, cerca de um terço das UDHS apresentam resultados superiores a 50,0%. O valor mais alto verificado foi de 73,98%.

Os segmentos de pobres e extremamente pobres na RM de Maceió também sofreram redução. São considerados pobres aqueles indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$140,00 e extremamente pobres os com renda de até R\$70,00 (valores de

referência para agosto de 2010). O primeiro grupo caiu de 37,01% em 2000 para 18,97% em 2010. E a proporção dos extremamente pobres diminuiu de 14,43% em 2000 para 6,69% em 2010.

Houve retração também do percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal passou de 49,06%, em 2000, para 35,48% em 2010.

Em relação às mulheres chefes de família sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade em âmbito geral entre os vulneráveis à pobreza, o indicador só foi computado para 2010, alcançando 23,83%. Já em relação a crianças de até 14 anos que vivem em domicílios com renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo houve retração do percentual, de 72,08% em 2000, para 62,04% em 2010.

A população de jovens que não estuda, nem trabalha e é vulnerável à pobreza apresentou queda de 25,00%, com 22,43% em 2000 e 16,74% em 2010.

Tabela 10: Indicadores de Vulnerabilidade – RM de Maceió, 2000/2010

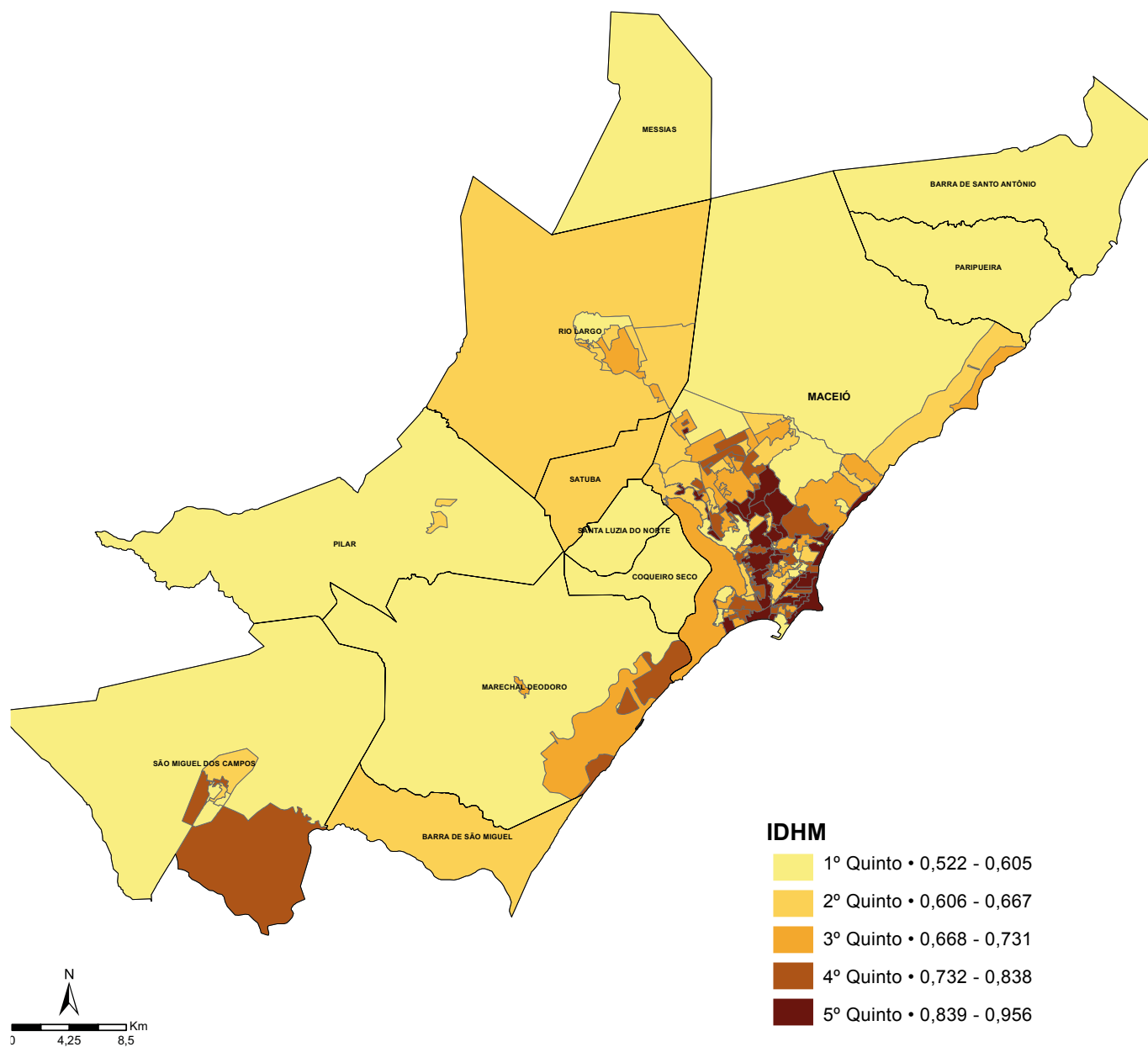
Indicador	% em 2000	% em 2010	UDH com menor % em 2010	UDH com maior % em 2010
% de vulneráveis à pobreza	60,04	43,96	0,79	73,98
% de pobres	37,01	18,97	1,04	44,24
% de extremamente pobres	14,43	6,69	0,20	19,18
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	49,06	35,48	3,26	58,25
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor *	-	23,83	0,00	54,62
% de crianças vulneráveis à pobreza	72,08	62,04	0,40	86,76
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	22,43	16,74	0,35	33,81
% de vulneráveis e dependentes de idosos, no total de vulneráveis que coabitam com idosos *	-	63,76	18,64	100,00

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Obs.: Não há dados disponíveis para o ano 2000.

Não há dados disponíveis sobre o número de vulneráveis e dependentes de idosos (no total de pessoas em domicílios vulneráveis e com idosos) em 2000, mas esse percentual é de 63,76% em 2010.

Mapa Quintil (2010)



Os maiores e os menores IDHMs da RM de Maceió (2010)

UDHs com maior IDHM	
UDH	IDHM
Ponta Verde	0,956
Aldebaran	0,956
Pajucara	0,939
Jatiúca	0,939
Farol	0,939

UDHs com menor IDHM	
UDH	IDHM
Vales do Benedito	0,522
Município de Barra de Santo Antônio	0,557
Taperagua / Cajueiro / Everaldo Lopes / Loteamento Búzios do Francês / Loteamento El Dourado / Lagoa Mandau / Barro Vermelho / Tuquanduba	0,563
Conjunto Residencial Recanto da Ilha / Rodovia AL-101	0,563
Escola Desembargador / Escola de Ensino Fundamental Professora Ineide Nogueira Rocha / Avícola Vitor	0,565

UDHs com maior IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Ponta Verde	0,946
Aldebaran	0,946
Pajucara	0,935
Jatiúca	0,935
Farol	0,935

UDHs com menor IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Vales do Benedito	0,706
Município de Messias	0,714
Rural	0,726
Alto da Boa Vista	0,726
Vila Emater	0,726
Alto de Bela Vista	0,726
Porto	0,726
Poço Azul	0,726
Vale do Reginaldo II	0,726
Vila Feitosa	0,726
Papodromo	0,726
Capitão Correia	0,726
Novo Jardim	0,726
Estrondo	0,726
Vale do Feitosa	0,726

Conjunto Vitória	0,726
Vila do Eucalipto	0,726

UDHs com maior IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Ponta Verde	0,925
Aldebaran	0,925
Pajucara	0,918
Jatiúca	0,918
Farol	0,918

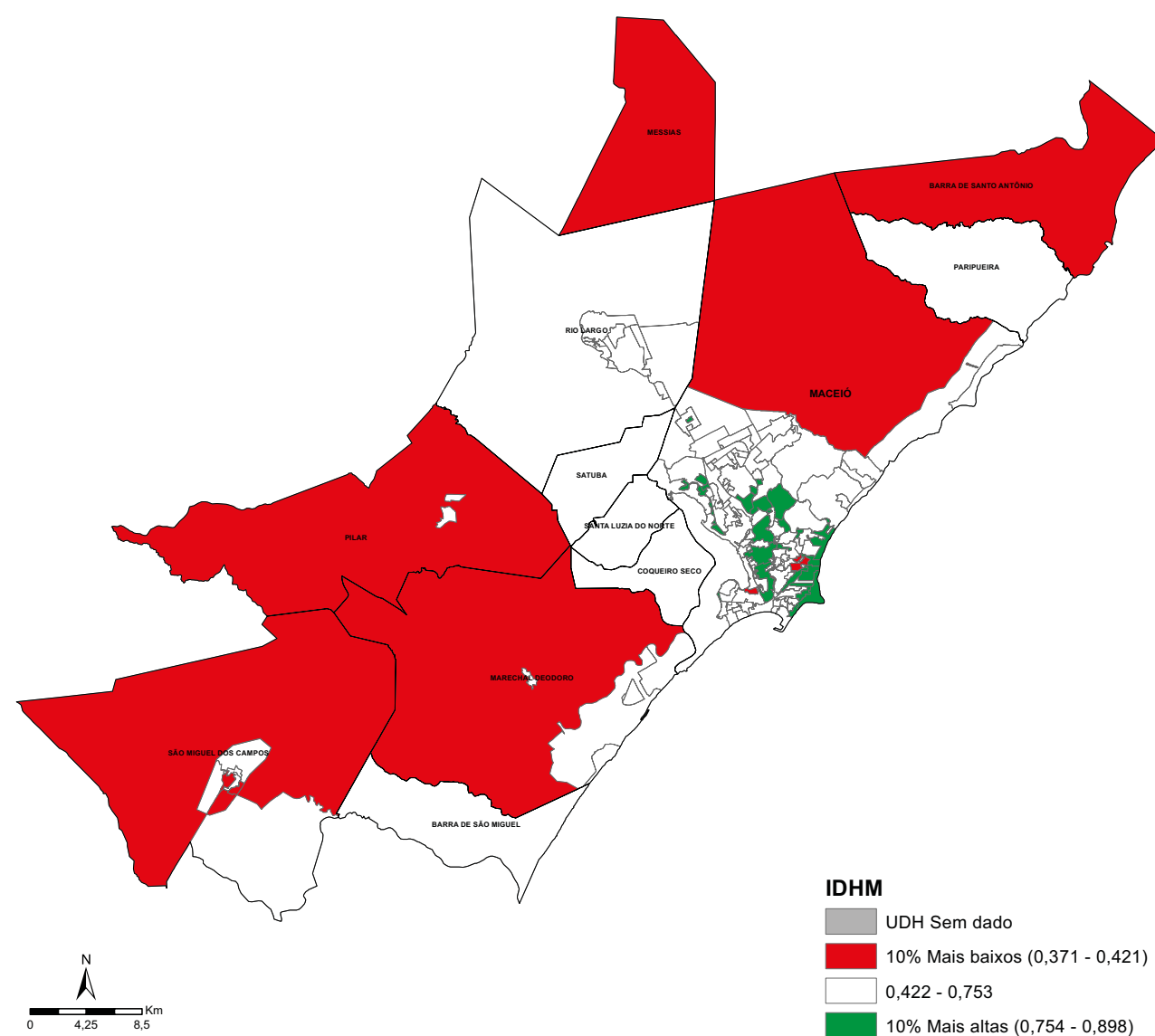
UDHs com menor IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Vales do Benedito	0,381
Município de Barra de Santo Antônio	0,428
Taperagua / Cajueiro / Everaldo Lopes / Loteamento Búzios do Francês / Loteamento El Dourado / Lagoa Mandau / Barro Vermelho / Tuquanduba	0,436
Conjunto Residencial Recanto da Ilha / Rodovia AL-101	0,436
Princesas	0,437
Jacintinho	0,437

UDHs com maior IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Ponta Verde	1,000
Aldebaran	1,000
Pajucara	0,965
Jatiúca	0,965
Farol	0,965

UDHs com menor IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Vales do Benedito	0,528
Escola Desembargador / Escola de Ensino Fundamental Professora Ineide Nogueira Rocha / Avícola Vitor	0,544
Taperagua / Cajueiro / Everaldo Lopes / Loteamento Búzios do Francês / Loteamento El Dourado / Lagoa Mandau / Barro Vermelho / Tuquanduba	0,545
Conjunto Residencial Recanto da Ilha / Rodovia AL-101	0,545
Área Urbana: Rua Santa Rita / Praça Frei Damião / Rua Senhor do Bomfim / Avenida Otacílio Cavalcanti / Praça Augustino de Souza / Usina Terra Nova AS / Praça Nossa Senhora das Graças / Área Rural : Lagoa Manguaba / Oitizeiro	0,550

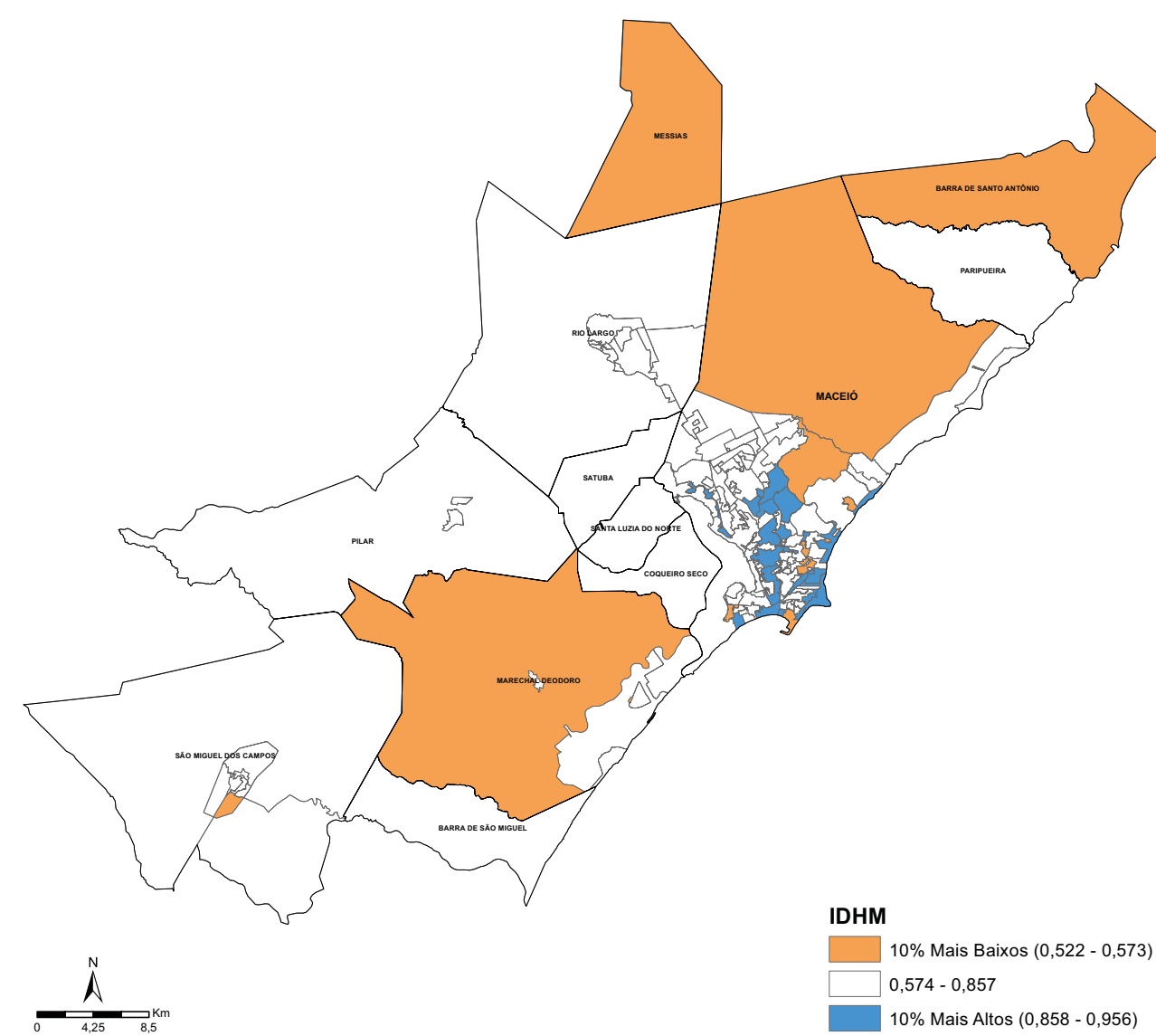
Os quintos referem-se ao agrupamento dos dados ordenados em cinco partes iguais de modo que cada amostra contenha 20% desses dados.

Mapa dos mais altos e mais baixos IDHM (Percentil) 2000

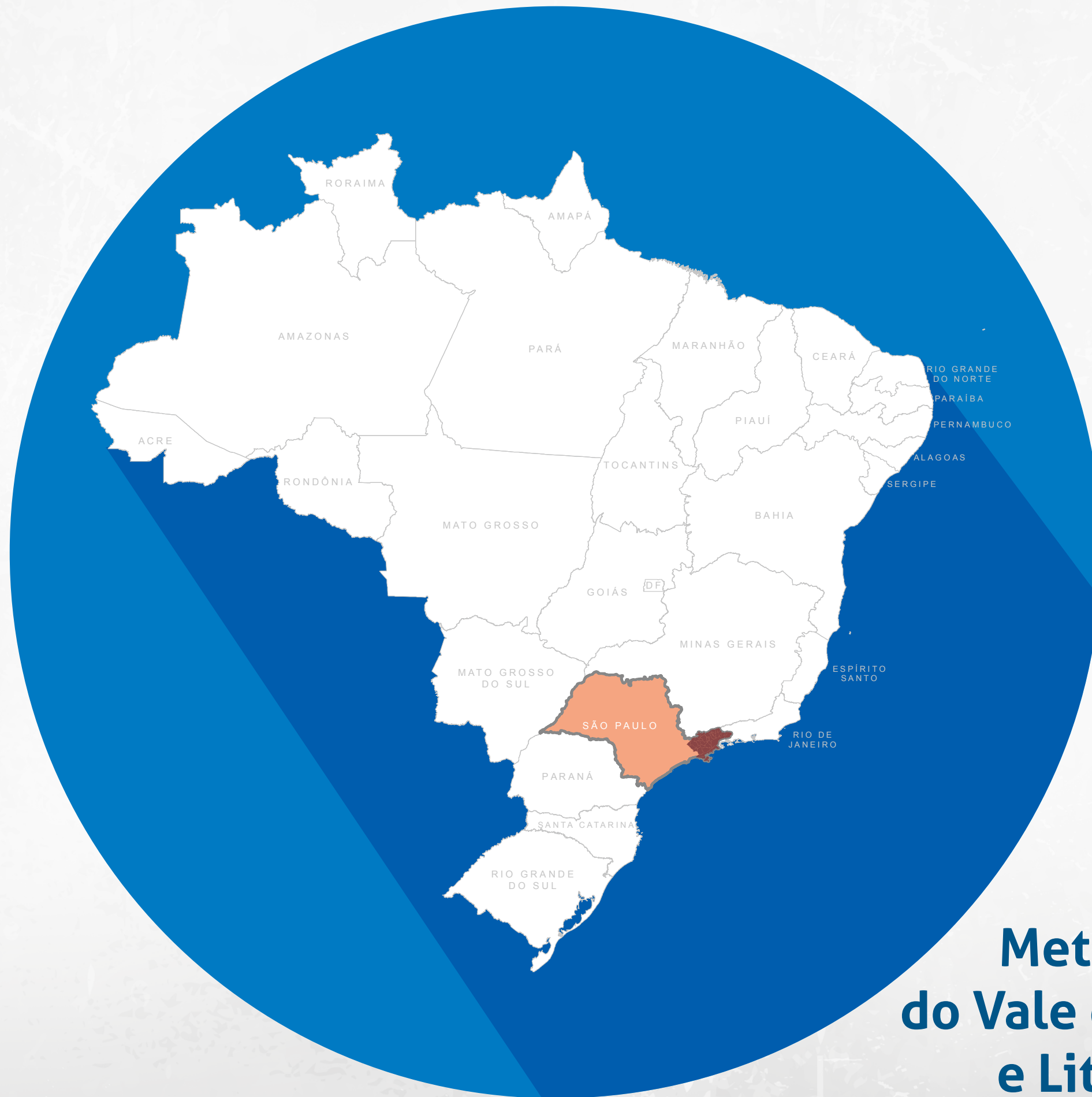


O Mapa apresenta o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais altos valores de IDHM (entre 0,754 e 0,898) e o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais baixos valores de IDHM (entre 0,371 e 0,421), em 2000.

Mapa dos mais altos e mais baixos IDHM (Percentil) 2010



O Mapa apresenta o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais altos valores de IDHM (entre 0,858 e 0,956) e o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais baixos valores de IDHM (entre 0,522 e 0,573), em 2010.



**Região
Metropolitana
do Vale do Paraíba
e Litoral Norte**

2000

População: 1.992.110 (5,4% do total estadual)

PIB: R\$27,7 bilhões (7,5% do total estadual)

Densidade demográfica: 123,1 hab./km²

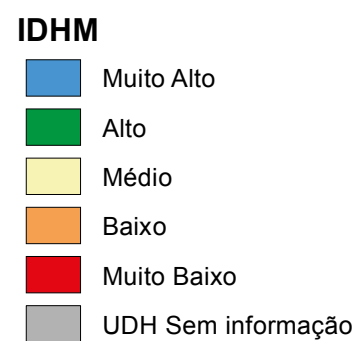
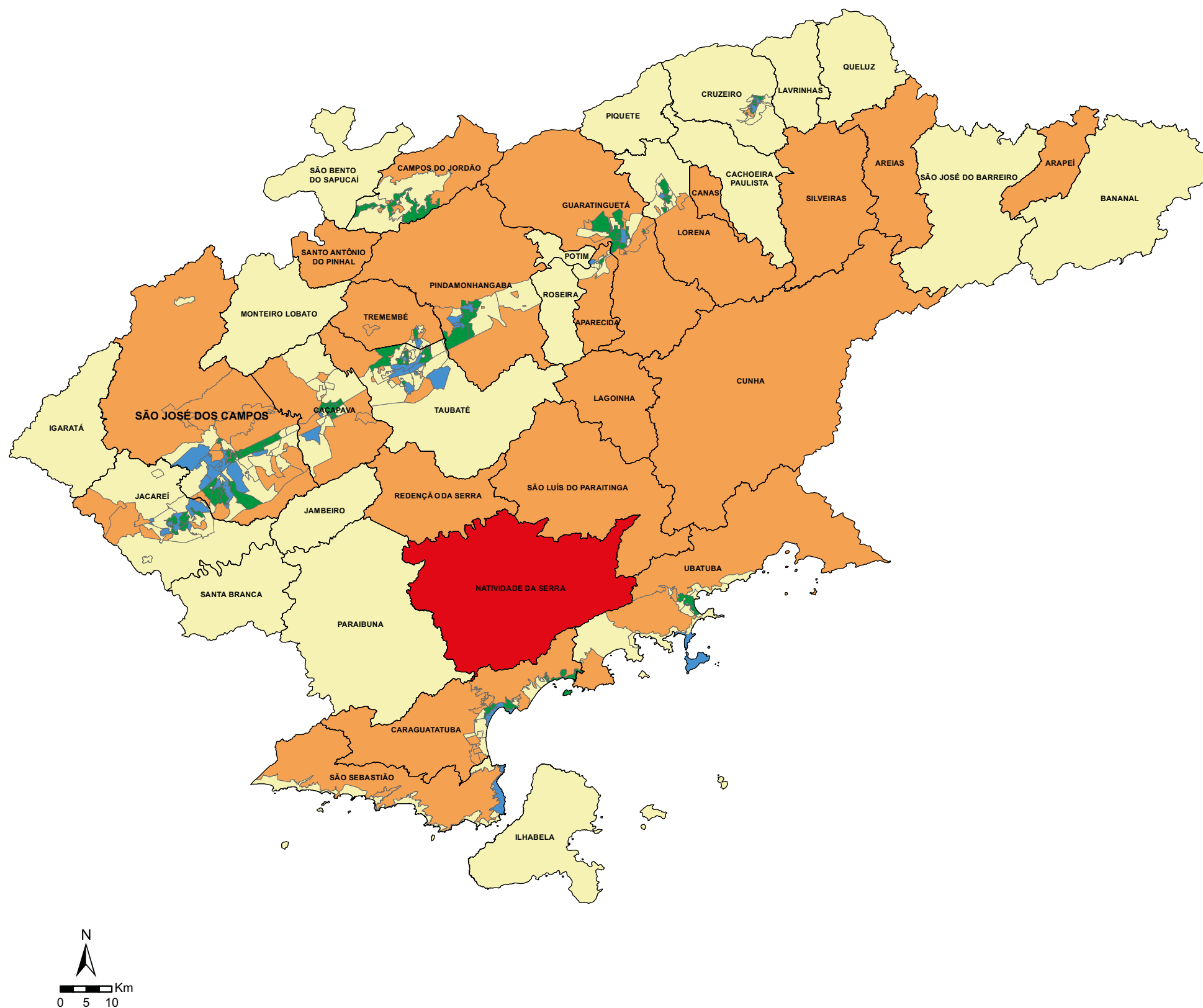
IDHM: 0,701

IDHM Educação: 0,592

IDHM Longevidade: 0,796

IDHM Renda: 0,732

IDHM da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



População: 2.264.594 (5,5% do total estadual)

PIB: R\$45,8 bilhões (3,7% do total estadual)

Densidade demográfica: 140,0 hab./km²

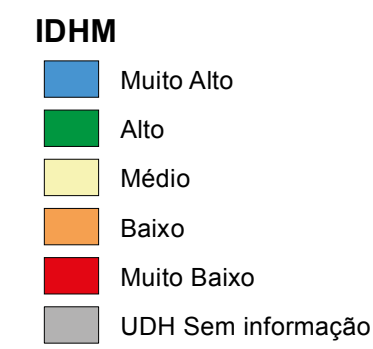
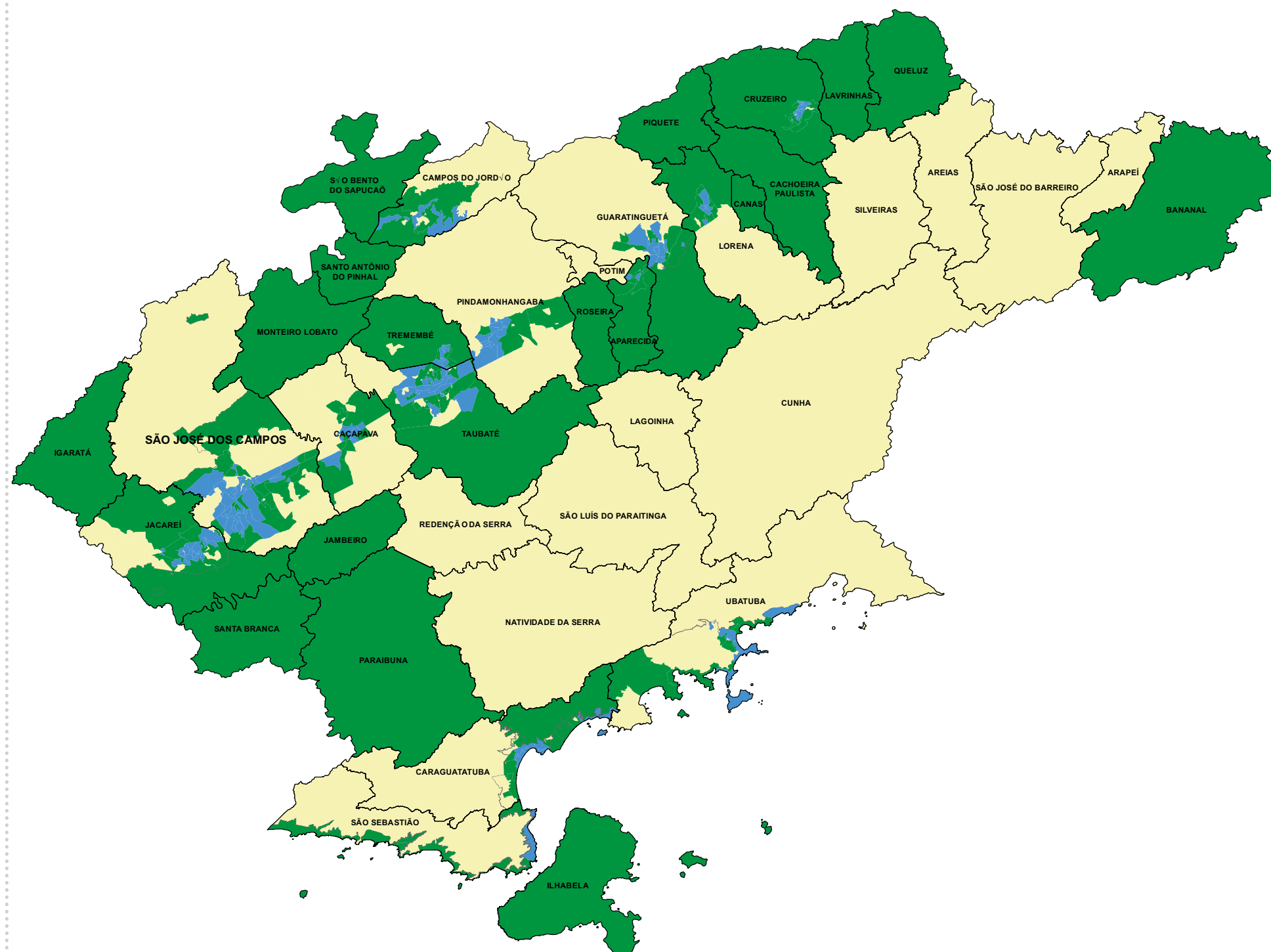
IDHM: 0,781

IDHM Educação: 0,732

IDHM Longevidade: 0,851

IDHM Renda: 0,765

IDHM da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte

A Região Metropolitana (RM) do Vale do Paraíba e Litoral Norte foi criada em 2012, por meio da Lei Complementar Estadual nº 1.166, e compreende 39 municípios situados no estado de São Paulo. A RM possui área de 16.180 km² e 367 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs).

Em 2010, a RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte possuía um grau de urbanização de 94,1% e pouco mais de 5% da população estadual residia nela. A população do município-núcleo da RM, São José dos Campos, correspondia, em 2010, a 27,8% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, entre 2000 e 2010, foi de 1,37% ao ano.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na RM

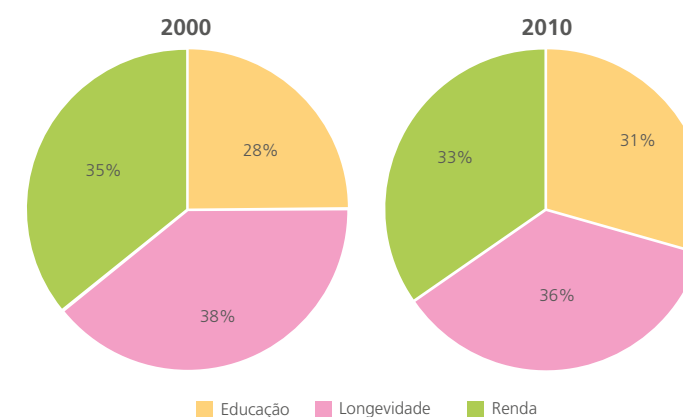
Em 2000 a RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte situava-se na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, permanecendo nela em 2010. O valor observado para o IDHM, que em 2000 era igual a 0,701, subiu para 0,781 dez anos depois, aproximando-se da faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Componentes do IDHM

Os três componentes que constituem o IDHM – Longevidade, Educação e Renda – apresentaram progresso na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte. O crescimento mais significativo pôde ser observado em relação ao IDHM Educação. Houve variação de 0,592 em 2000, para 0,732 em 2010. Esse aumento fez com que a educação se tornasse a principal responsável pela melhoria do IDHM desta região metropolitana. O IDHM Renda passou de 0,732 para 0,765 entre os anos 2000 e 2010. E o IDHM Longevidade variou de 0,796 para 0,851.

A seguir, a contribuição das diferentes dimensões para o IDHM em 2000 e 2010.

Gráfico 1: Contribuição dos componentes para o IDHM – RM do Vale do Paraíba – 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A dimensão educação do IDHM é composta por cinco indicadores, enquanto longevidade e renda são compostas por apenas um indicador cada. No período estudado, ocorreu variação positiva de todos os indicadores do IDHM Educação.

Em relação à escolaridade da população adulta, houve aumento de 14,5 pontos percentuais na proporção de pessoas com 18 anos ou mais que contava com ensino fundamental completo, partindo de 50,31% em 2000, para 64,81% em 2010. A maior mudança ocorreu em relação ao percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, com um aumento de 21,61 pontos percentuais. A menor variação, de 7,94 pontos, ocorreu no percentual de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental ou que já o concluíram.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – RM Vale do Paraíba e Litoral Norte – 2000/2010

Índices	Indicadores	2000	2010
IDHM		0,701	0,781
IDHM EDUCAÇÃO		0,592	0,732
	% de 18 anos ou mais com fundamental completo	50,31	64,81
	% de 5 a 6 anos na escola	73,41	95,02
	% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	82,06	90,00
	% de 15 a 17 anos com fundamental completo	62,20	72,44
	% de 18 a 20 anos com médio completo	39,46	53,86
IDHM LONGEVIDADE		0,796	0,851
	Esperança de vida ao nascer (em anos)	72,75	76,03
IDHM RENDA		0,732	0,765
	Renda per capita (em R\$ de 2010)	759,40	933,37

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A esperança de vida, que representa a média de anos que as pessoas viverão a partir do nascimento, foi acrescida em mais de três anos no período compreendido entre os anos 2000 e 2010.

A renda domiciliar *per capita* assumiu uma tendência crescente ao longo do período analisado, com uma taxa média anual de crescimento de 2,1% entre 2000 e 2010, em termos reais.

A análise da evolução da renda *per capita* pode ser feita, de forma complementar, a partir do percentual da população da RM que vive em UDHS em diferentes faixas de renda *per capita*. No intervalo analisado, houve diminuição dos percentuais encontrados para a faixa mais baixa de renda *per capita* e aumento nas faixas superiores. O percentual de população em UDHS na faixa de ½ a 1 Salário Mínimo (SM) de renda *per capita* apresentou redução de cerca de 50%, enquanto a proporção na faixa mais alta, mais de 5 SM, demonstrou um crescimento da mesma ordem. A proporção observada nas faixas de 3 a 5 SM cresceu exponencialmente, de 1,7% para 13,7%, fazendo com que em 2010 o percentual nas faixas acima de 3 SM subisse de 3,1% para 16,4% no período 2000 a 2010.

Tabela 2: Percentual da população da RM Vale do Paraíba e Litoral Norte que vive em UDHS segundo faixas de renda *per capita* - 2000/2010

Faixas de salário mínimo	2000	2010
Até ½ SM	0,0	0,0
De ½ a 1 SM	48,9	25,3
De 1 a 1 e ½ SM	22,0	29,4
De 1 e ½ a 2 SM	11,0	18,0
De 2 a 3 SM	15,0	10,9
De 3 a 4 SM	1,4	9,3
De 4 a 5 SM	0,3	4,4
Mais de 5 SM	1,4	2,7
Total	100,0	100,0

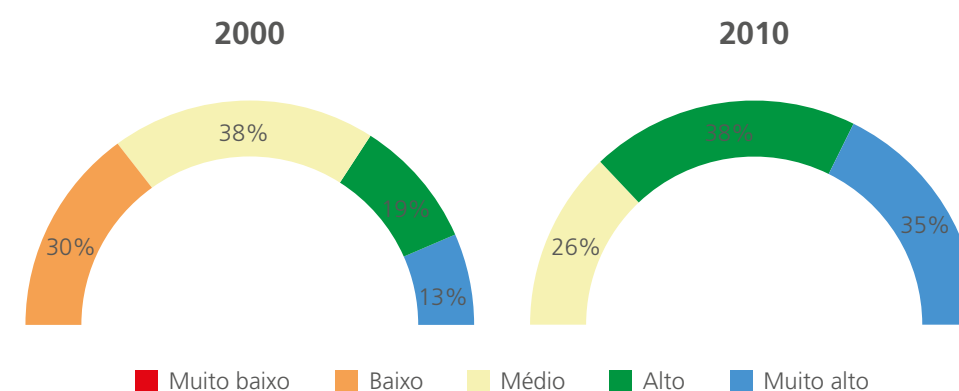
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Evolução do IDHM da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte – UDHS

Em 2000, 13% das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHS) da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte encontravam-se na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano, enquanto 19% apresentavam Alto Desenvolvimento Humano. Em 2010, essas proporções correspondiam, respectivamente, a 35% e 38%. Entre os anos analisados a faixa de Baixo Desenvolvimento Humano foi esvaziada: em 2000, continha 30% das UDHS e, em 2010, nenhuma. Essa evolução pode ser vista no Gráfico 2.

O Gráfico 2 mostra que, entre 2000 e 2010, ocorreu uma concentração das UDHS nas faixas mais elevadas de desenvolvimento humano, com uma redução do intervalo de resultados encontrados entre as UDHS que apresentam os mais elevados índices e as UDHS que trazem os índices mais baixos.

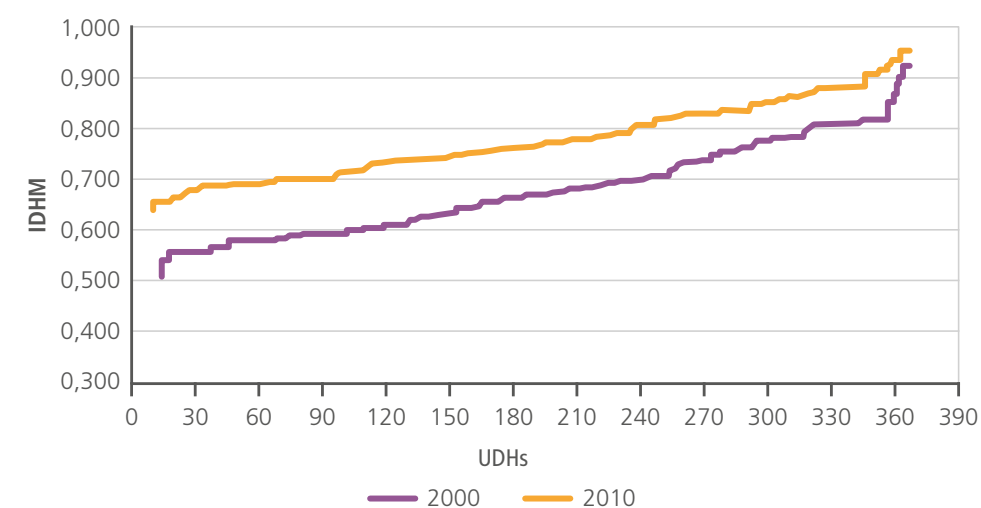
Gráfico 2: Distribuição das UDHS segundo as faixas do IDHM – RM do Vale do Paraíba – 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos resultados do IDHM na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, para os anos 2000 e 2010. A atenuação da inclinação da curva de distribuição de 2010 em relação à curva de 2000 evidencia a retração da disparidade entre as suas UDHS no período.

Gráfico 3: Distribuição do IDHM – RM do Vale do Paraíba – 2000/2010

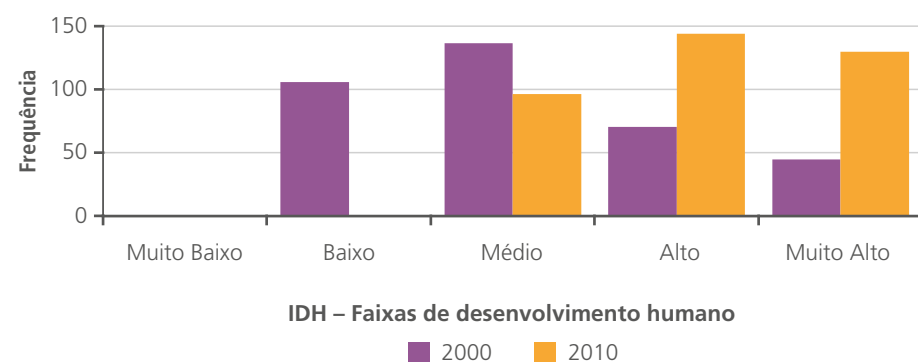


Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Os mais altos e os mais baixos IDHM

Ao observar o Gráfico 4, é possível visualizar a dinâmica dos valores de IDHM da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Em 2010, não há UDHS com IDHM Baixo e Muito Baixo. Em contrapartida, nota-se que ocorreu a elevação no número de UDHS com IDHM Alto e Muito Alto. O gráfico aponta que o desempenho das UDHS da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte melhorou no período.

Gráfico 4: Frequência das Faixas de Desenvolvimento Humano – RM Vale do Paraíba e Litoral Norte – 2000/2010



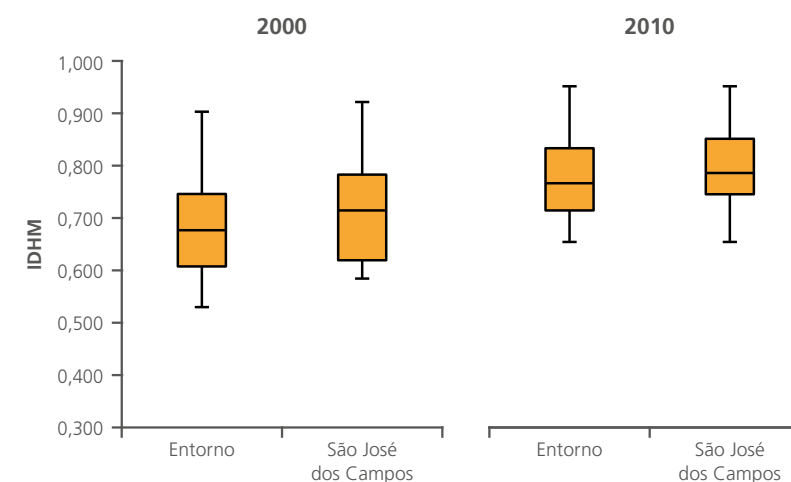
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A desigualdade na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte – municípios e UDHS

Ao analisar o nível de disparidade do IDHM entre os municípios da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, percebe-se que, em termos absolutos, diminuiu a diferença encontrada entre o município com mais baixo e mais alto IDHM entre 2000 e 2010. Naquele ano, a diferença era de 0,242, enquanto em 2010 ela caiu para 0,152. Os municípios tornaram-se mais homogêneos em termos do IDHM.

O Gráfico 5 mostra a distribuição das UDHS segundo o IDHM para o município-núcleo da RM do Vale do Paraíba e para os demais municípios metropolitanos, identificados, no gráfico, como entorno.

Gráfico 5: Boxplot do IDHM das UDHS – RM do Vale do Paraíba, 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

No caso das UDHS do município-núcleo, em 2000, o IDHM variava entre 0,556 e 0,920, sendo que a metade delas possuíam IDHM entre 0,593 e 0,770. Em 2010, o IDHM variava entre 0,633 e 0,952, ou seja, possuía uma amplitude menor que em 2000, e metade das UDHS apresentavam índices entre 0,733 e 0,844. Houve, portanto, uma redução da disparidade absoluta entre as UDHS, associada a um aumento do IDHM.

Já no caso dos demais municípios, em 2000, metade das UDHS possuíam IDHM entre 0,582 e 0,729. Em 2010, esse intervalo ficava entre 0,697 e 0,824. Nesses municípios, em 2000, o IDHM variou entre 0,497 e 0,899, ao passo que, em 2010, variou entre 0,633 e 0,952. Percebe-se, neste caso, uma redução da amplitude total de variação dos dados, associada a um aumento do IDHM das UDHS no período.

A mesma tendência pode ser observada para todos os subíndices do IDHM. A disparidade relativa ao IDHM Educação apresenta queda mais acentuada que os demais, apesar de ainda ser a dimensão com os piores resultados, ou seja, em que ainda há maior disparidade. O IDHM Longevidade obteve a menor disparidade em 2010, com 0,089 em termos absolutos. Os municípios com o menor valor do subíndice de longevidade foram **Canas** e **Lagoinhas**, com o valor de 0,797.

Em 2000, o IDHM Educação do município de **Natividade da Serra** alcançava apenas 0,262, um índice muito baixo. Já em 2010, o IDHM Educação deste município passa a 0,520, ainda o mais baixo entre todos os índices, mas com um valor que representa quase o dobro do original.

Tabela 3: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre os municípios da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte (índice e subíndices) – 2000

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Natividade da Serra	0,497			
São José dos Campos	0,739			
Arapeí		0,581		
São José dos Campos		0,765		
Canas e Lagoinha			0,723	
Jambeiro			0,852	
Natividade da Serra				0,262
São José dos Campos				0,655
	0,242	0,184	0,129	0,393

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Tabela 4: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre os municípios da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte (índice e subíndices) – 2010

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Natividade da Serra	0,655			
São José dos Campos	0,807			
Areias		0,627		
São José dos Campos		0,804		
Canas e Lagoinha			0,797	
Guaratinguetá			0,886	
Natividade da Serra				0,520
São José dos Campos				0,764
	0,152	0,177	0,089	0,244

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2015.

A disparidade em termos de desenvolvimento humano é menor entre os municípios do que quando desagregam-se os dados por UDHs. Aqui, o menor e maior valor para 2010 são, respectivamente, 0,633 e 0,952 (0,319 em termos brutos), o que representa uma disparidade superior à observada entre os municípios. A diferença encontrada para o IDHM Renda é ainda maior (0,408). Significa dizer que, enquanto um grupo de dez UDHs tem IDHM Renda de apenas 0,592, as UDHs **Portal das Colinas/Vila Paraíba; Socorro: Condomínio Village Paineiras; Aquarius e Vila Ema** possuem o maior IDHM Renda possível, 1,000.

Comparando-se os resultados de 2000 e 2010, a amplitude do IDHM Educação diminuiu significativamente. O valor que era de 0,630 em termos brutos, diminuiu cerca de 40% e caiu para 0,392 em 2010.

Tabela 5: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre as UDHs da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte (índice e subíndices) – 2000

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Bairro Alto/Natividade da Serra	0,497			
Aquarius e Vila Ema	0,920			
Arapeí		0,581		
Aquarius e Vila Ema		0,984		
Ribeirão da Serra, São Gonçalo, Cecap, Três Marias e Barranco II			0,715	
Aquarius e Vila Ema			0,888	
Bairro Alto/Natividade da Serra				0,262
Aquarius e Vila Ema				0,892
	0,423	0,403	0,173	0,630

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Tabela 6: Disparidade em Desenvolvimento Humano entre as UDHs da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte (índice e subíndices) – 2010

UDH	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Grupo de 10 UDHs*	0,633			
Portal das Colinas/Vila Paraíba; Socorro: Condomínio Village Paineiras; Aquarius; Vila Ema	0,952			
Grupo de 10 UDHs*		0,592		
Portal das Colinas/Vila Paraíba; Socorro: Condomínio Village Paineiras; Aquarius; Vila Ema		1,000		
Parque Estadual da Serra do Mar/Corcovado/Rio Escuro			0,755	
Portal das Colinas/Vila Paraíba; Socorro: Condomínio Village Paineiras; Aquarius; Vila Ema			0,947	
Bairro Alto/Natividade da Serra				0,520
Portal das Colinas/Vila Paraíba; Socorro: Condomínio Village Paineiras; Aquarius; Vila Ema				0,912
	0,319	0,408	0,192	0,392

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

***Grupo de dez UDHs:** Morro dos Ingleses; Ipê/Acácias; Loteamento Interesse Social Marieta Azeredo; Alto do Ribeirão; APA do Banhado: Centro; Bairro dos Freitas; Conjunto Habitacional São José; Sítio Bom Jesus; Pinheirinho; Residencial Flor do Campo.

Vulnerabilidade

O processo de realização de diagnósticos, bem como o de planejamento e focalização de políticas públicas, pode beneficiar-se da análise sobre o IDHM. De modo complementar, o olhar sobre a vulnerabilidade das famílias pode trazer pistas escondidas sob o véu das médias e simplificações típicas dos índices sintéticos. No caso da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, apesar de grandes avanços, os indicadores sociais apontam para o fato de que ainda há um caminho a ser percorrido em termos de desenvolvimento humano.

O percentual de indivíduos que viviam em domicílios onde não há moradores com ensino fundamental completo, mesmo apresentando uma queda de 43,8% em relação a 2000, ainda era de 14,75% do total da população em 2010. O menor e o maior percentual observados para as UDHs em 2010 apresentavam grande dispersão: 1,49% e 46,23%, respectivamente.

Destacando a população de crianças (com até 14 anos) em domicílios com essas características, seu percentual caiu cerca de 48%, partindo de 32,45% em 2000 para 16,73% em 2010. E uma vez mais, esses percentuais para a RM como um todo escondem grandes disparidades internas. Enquanto há UDHs com apenas 0,30% de crianças nessas condições, a UDH **Campos de Cunha/Cunha** apresenta o percentual de 43,44%.

A população de crianças de 6 a 14 anos que não frequenta a escola reduziu-se para 2,16% em 2010.

Tabela 7: Indicadores de Vulnerabilidade em Educação - RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte - 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	26,24	14,75	1,49	46,23
% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	32,45	16,73	0,30	43,44
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	4,06	2,16	0,00	8,02

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A proporção de mulheres que são chefes de família, não possuem ensino fundamental completo e têm ao menos um filho menor de 15 anos de idade entre o total de mulheres chefes de família aumentou, passando de 11,63% em 2000 para 13,09% em 2010, o que representa a permanência dessas pessoas em condições vulneráveis. As UDHs **Parque Estadual da Serra do Mar: Núcleo São Sebastião** e **Vila Doutor João Batista Parte Baixa** alcançam o número de 50,46% de mulheres chefes de família em tais condições.

Já o percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos apresentou leve retração, de 2,66% em 2000 para 2,11% em 2010. E seguindo esta tendência, a taxa de trabalho infantil baixou de 6,34% para 4,95%.

Tabela 8: Percentual de mulheres em condições de vulnerabilidade – UDHs da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte – 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	11,63	13,09	0,00	50,46
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,66	2,11	0,00	5,40

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A taxa de mortalidade na infância – crianças menores de 5 anos – reduziu-se de 21,27 óbitos por mil nascidos vivos em 2000 para 15,28 óbitos por mil nascidos vivos em 2010, promovendo o alcance de uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (diminuição da taxa de mortalidade na infância em dois terços entre 1990 e 2015). A mortalidade até 1 ano (mortalidade infantil), um dos componentes da taxa de mortalidade na infância, teve queda de 18,30 óbitos por mil nascidos vivos em 2000 para 13,20 óbitos por mil nascidos vivos em 2010.

Tabela 9: Taxas de Mortalidade Infantil – RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte – 2000/2010

Indicador	Taxa em 2000	Taxa em 2010	Menor taxa em 2010 (UDH)	Maior taxa em 2010 (UDH)
Mortalidade até 5 anos de idade	21,27	15,28	7,21	26,75
Mortalidade infantil	18,30	13,20	6,20	23,10

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

A proporção de vulneráveis à pobreza na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte em 2010 era de 18,63%. Vulneráveis à pobreza são indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a ½ salário mínimo. Essa proporção caiu 39% ao longo dos anos analisados, uma vez que em 2000 a proporção observada era de 30,44%. Contudo, a grande disparidade entre os resultados para as UDHs deve ser observada. Enquanto que nas UDHs **Aquarius**, **Portal das Colinas/Vila Paraíba**, **Socorro: Condomínio Village Paineiras**, e **Vila Ema** há menos de 1% da população em tais condições, pouco mais de um quarto das UDHs apresentam resultados superiores a 30%. O valor mais alto verificado foi de 54,25%.

Os segmentos de pobres e extremamente pobres na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte também sofreram redução. São considerados pobres aqueles indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$140,00 e extremamente pobres os com renda de até R\$70,00 (valores de referência para agosto de 2010). O primeiro grupo caiu de 12,03% em 2000 para 5,67% em 2010. E a proporção dos extremamente pobres diminuiu de 3,30% em 2000 para apenas 1,40% em 2010.

Houve retração do percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal, que passou de 38,34% em 2000 para 25,97% em 2010.

No sentido contrário ao observado para o indicador percentual de mulheres chefes de família sem fundamental completo com filho menor de 15 anos em relação ao total de mulheres chefes de família, o indicador calculado em relação às mulheres chefes de família e com filhos menores que 15 anos apresenta queda de 25,02% em 2000 para 16,99% em 2010. O mesmo ocorreu em relação a crianças de até 14 anos que vivem em domicílios com renda *per capita* igual ou inferior a ½ salário mínimo, em que a queda verificada foi de 27%.

A população de jovens que não estuda, nem trabalha e é vulnerável à pobreza apresentou leve retração – de 10,42% em 2000 a 7,24% em 2010.

Tabela 10: Indicadores de Vulnerabilidade – RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte – 2000/2010

Indicador	2000	2010	UDH com menor valor em 2010	UDH com maior valor em 2010
% de vulneráveis à pobreza	30,44	18,63	0,96	54,25
% de pobres	12,03	5,67	0,16	25,55
% de extremamente pobres	3,30	1,40	0,08	9,74
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	38,34	25,97	4,97	56,52
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor	25,02	16,99	0,00	44,67
% de crianças vulneráveis à pobreza	43,03	31,32	1,92	67,49
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	10,42	7,24	0,00	20,15
% de vulneráveis e dependentes de idosos, no total de vulneráveis que coabitam com idosos	51,26	61,01	0,00	100,00

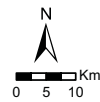
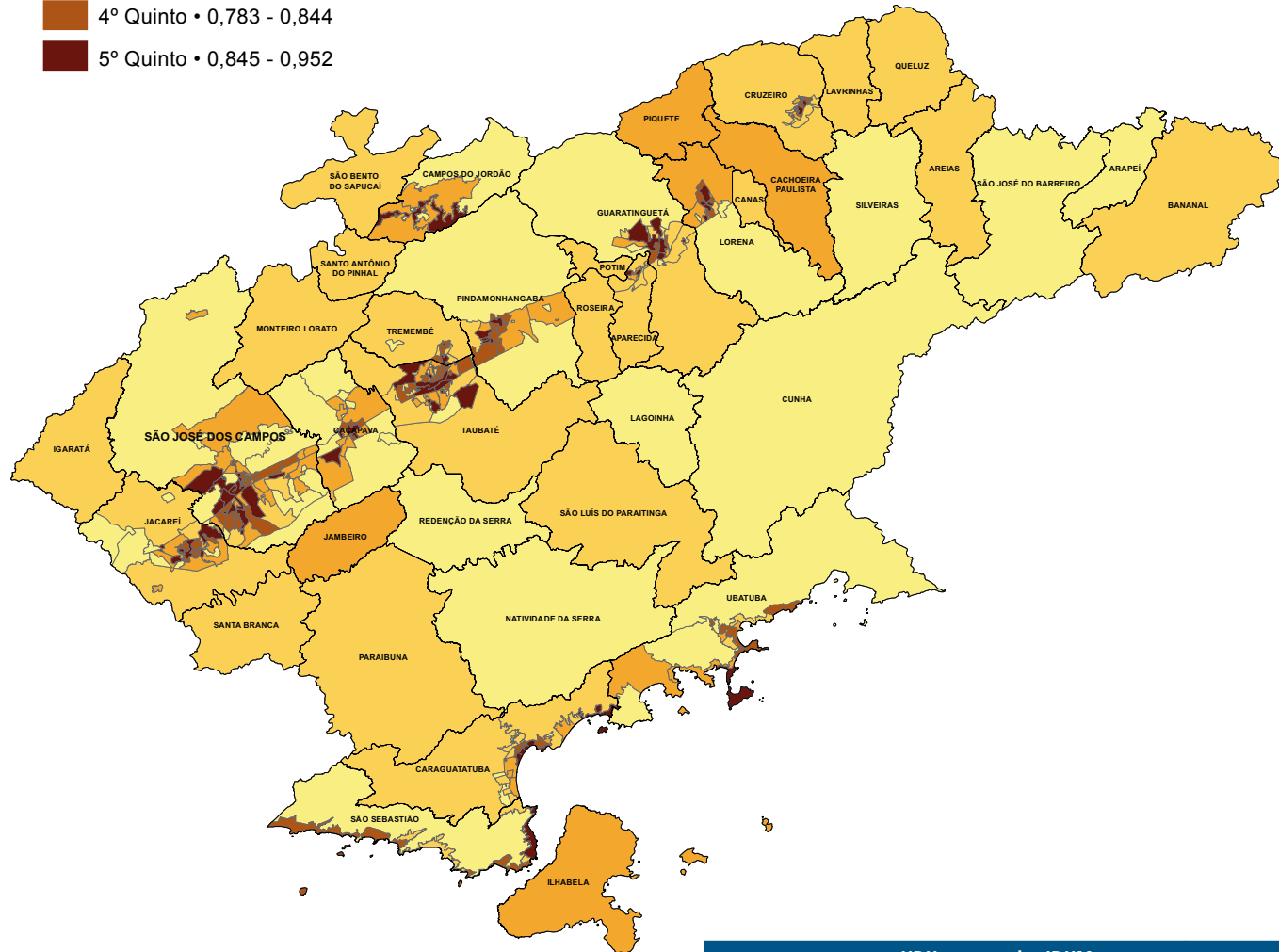
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

Em tendência contrária aos outros indicadores da tabela, o número de vulneráveis e dependentes de idosos (no total de pessoas em domicílios vulneráveis e com idosos) aumentou, saindo de 51,26% em 2000 para 61,01% em 2010.

Mapa Quintil (2010)

IDHM

- 1º Quinto • 0,633 - 0,694
- 2º Quinto • 0,695 - 0,741
- 3º Quinto • 0,742 - 0,782
- 4º Quinto • 0,783 - 0,844
- 5º Quinto • 0,845 - 0,952



UDHs com maior IDHM	
UDH	IDHM
Portal das Colinas / Vila Paraíba	0,952
Socorro: Condomínio Village Paineiras	0,952
Aquarius	0,952
Vila Ema	0,952
Urbanova	0,932
Vila Adyana	0,932
Jardim Esplanada	0,932
Santa Lucia / Campos do Conde Versailles	0,932

Os maiores e os menores IDHMs da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte (2010)

UDHs com menor IDHM	
UDH	IDHM
Morro dos Ingleses	0,633
Ipê / Acácias	0,633
Loteamento Interesse Social Marieta Azeredo	0,633
Alto do Ribeirão	0,633
APA do Banhado : Centro	0,633
Bairro dos Freitas	0,633
Conjunto Habitacional São José	0,633
Sítio Bom Jesus	0,633
Pinheirinho	0,633
Residencial Flor do Campo	0,633

UDHs com maior IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Portal das Colinas / Vila Paraíba	0,947
Socorro: Condomínio Village Paineiras	0,947
Aquarius	0,947
Vila Ema	0,947
Urbanova	0,939
Vila Adyana	0,939
Jardim Esplanada	0,939
Santa Lucia / Campos do Conde Versailles	0,939

UDHs com menor IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Parque Estadual da Serra do Mar / Corcovado / Rio Escuro	0,755
Morro dos Ingleses	0,756
Ipê / Acácias	0,756
Loteamento Interesse Social Marieta Azeredo	0,756
Alto do Ribeirão	0,756
APA do Banhado : Centro	0,756
Bairro dos Freitas	0,756
Conjunto Habitacional São José	0,756
Sítio Bom Jesus	0,756
Pinheirinho	0,756
Residencial Flor do Campo	0,756

UDHs com maior IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Portal das Colinas / Vila Paraíba	0,912
Socorro: Condomínio Village Paineiras	0,912
Aquarius	0,912
Vila Ema	0,912

CTA	0,898
Floradas	0,898
Bosque dos Eucaliptos	0,898
Parque Novo	0,898

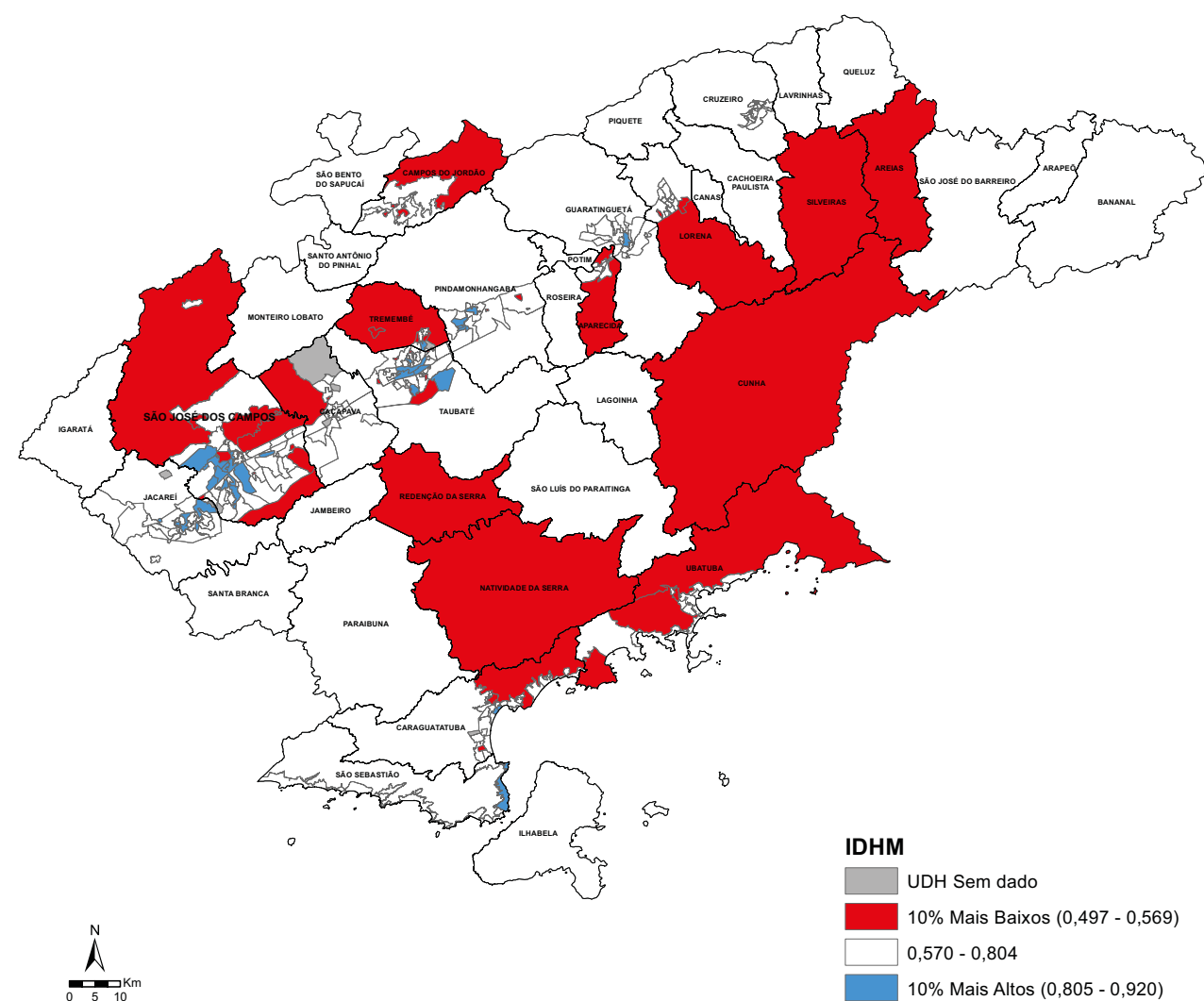
UDHs com menor IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Bairro Alto / Natividade da Serra	0,520
Rural Norte	0,527
APA do Banhado : Limoeiro	0,527
Redenção da Serra	0,560
Morro dos Ingleses	0,566
Ipê / Acácias	0,566
Loteamento Interesse Social Marieta Azeredo	0,566
Alto do Ribeirão	0,566
APA do Banhado : Centro	0,566
Bairro dos Freitas	0,566
Conjunto Habitacional São José	0,566
Sítio Bom Jesus	0,566
Pinheirinho	0,566
Residencial Flor do Campo	0,566

UDHs com maior IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Portal das Colinas / Vila Paraíba	1,000
Socorro: Condomínio Village Paineiras	1,000
Aquarius	1,000
Vila Ema	1,000
Urbanova	0,973
Vila Adyana	0,973
Jardim Esplanada	0,973
Santa Lucia / Campos do Conde Versailles	0,973

UDHs com menor IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Morro dos Ingleses	0,592
Ipê / Acácias	0,592
Loteamento Interesse Social Marieta Azeredo	0,592
Alto do Ribeirão	0,592
APA do Banhado : Centro	0,592
Bairro dos Freitas	0,592
Conjunto Habitacional São José	0,592
Sítio Bom Jesus	0,592
Pinheirinho	0,592
Residencial Flor do Campo	0,592

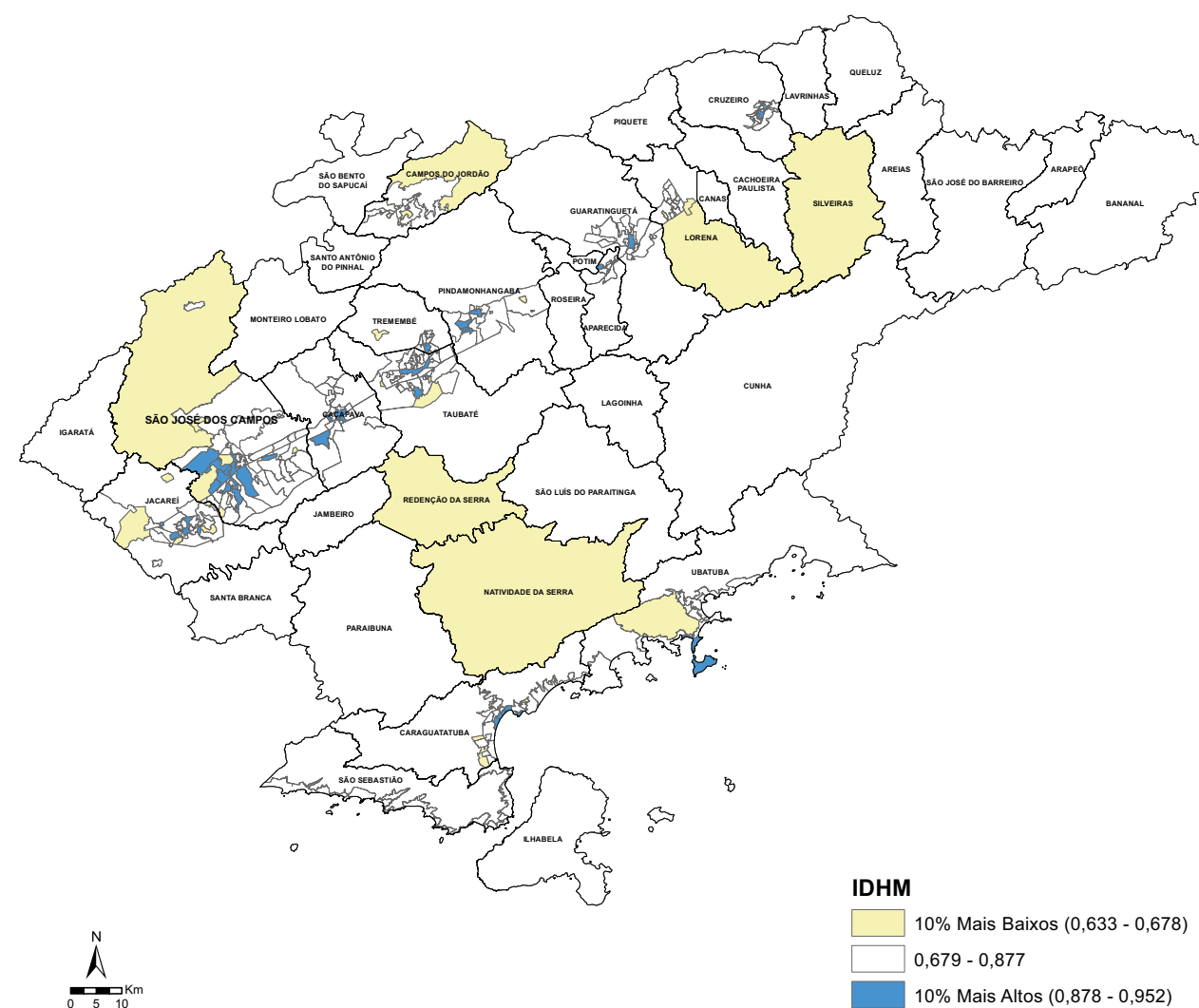
Os quintos referem-se ao agrupamento dos dados ordenados em cinco partes iguais de modo que cada amostra contenha 20% desses dados.

Mapa dos mais altos e mais baixos IDHM (Percentil) 2000



O Mapa apresenta o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais altos valores de IDHM (entre 0,805 e 0,920) e o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais baixos valores de IDHM (entre 0,497 e 0,569), em 2000.

Mapa dos mais altos e mais baixos IDHM (Percentil) 2010



O Mapa apresenta o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais altos valores de IDHM (entre 0,878 e 0,952) e o conjunto de 10% das UDHs que apresentavam os mais baixos valores de IDHM (entre 0,633 e 0,678), em 2010.

Ficha técnica

IDHM

O IDHM é obtido pela média geométrica dos três subíndices das dimensões que compõem o índice: longevidade, educação e renda.

Dimensão Longevidade

Vida longa e saudável

No IDHM, essa dimensão é medida pela esperança de vida ao nascer.



O que compõe a dimensão Longevidade do IDHM?

A dimensão Longevidade do IDHM considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas que residem em determinado lugar – município, Unidade Federativa (UF), Região Metropolitana (RM) ou Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) – viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período.



O que mede esse indicador?

A esperança de vida ao nascer pode ser considerada como indicador de longevidade, pois sintetiza, em um único número, o nível e a estrutura de mortalidade de uma população.



Por que este indicador?

A esperança de vida ao nascer sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade – de uma população ao considerar as taxas de mortalidade em suas diferentes faixas etárias. Todas as causas de morte são contempladas para se chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes.



Como é calculado este indicador?

Os indicadores propostos para o bloco demográfico do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – incluindo a esperança de vida ao nascer – não podem ser obtidos diretamente das informações dos Censos Demográficos, recorrendo-se, então, a técnicas indiretas para sua obtenção. Foram utilizados os métodos desenvolvidos por William Brass (1968), tanto a técnica de mortalidade infanto-juvenil para os indicadores de longevidade e mortalidade, como a técnica para o cálculo da estimativa da taxa de fecundidade total. Entretanto, deve-se destacar que essas técnicas necessitaram de algumas adaptações para serem aplicadas em níveis espaciais com baixos volumes populacionais, como em muitos municípios ou áreas intramunicipais. Essa adaptação foi feita pelo professor José Alberto Magno de Carvalho, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além disso, essa metodologia, para ser aplicada, necessita de uma função de mortalidade padrão. O ideal seria que fosse conhecido o padrão de mortalidade de cada população em questão. Quando este não é conhecido, lança-se mão ou de tábuas-modelo de mortalidade ou de uma tábua de mortalidade de uma determinada população cujo padrão de mortalidade é considerado semelhante ao da população em estudo. No caso específico do cálculo para os municípios e UDHs brasileiras, foram utilizadas, como padrão, tábuas geradas para níveis de agregação de seus respectivos estados. Para os anos de 1991 e 2000, tomaram-se como padrão de mortalidade tábuas desenvolvidas pelo próprio Cedeplar para os estados brasileiros, tendo como fonte o Censo Demográfico de 1991 e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), da década de 90. Para o ano de 2010, adotaram-se também tábuas estimadas pelo Cedeplar, mas que já incorporam, em seus cálculos, resultados do Censo Demográfico de 2010.



Limitações

A principal limitação para o uso deste indicador decorre do fato de não serem conhecidos os padrões de mortalidade dos recortes espaciais que, para tanto, deveriam dispor de estatísticas vitais fidedignas. Essa lacuna foi preenchida, tanto no caso dos municípios como no caso das UDHs, adotando-se o padrão de mortalidade de seu estado, determinado pelas tabelas de sobrevivência, desenvolvidas pelo Cedeplar/UFMG, para cada uma das Unidades da Federação. Reconhece-se que esse é um pressuposto não trivial. As mesmas disparidades apontadas pelas Tabelas de Sobrevivência, desenvolvidas pelo Cedeplar/UFMG, para cada uma das unidades federativas.



Peso das variáveis

Apenas uma variável com peso 1 no cômputo geral do índice.



Comparação e ajustes a partir do IDH Global

Para a dimensão Longevidade, o IDHM considera o mesmo indicador que o IDH Global.



Fonte da informação

Censo Demográfico do IBGE.

Desde 1970, as tabulações dos Censos Demográficos permitem a utilização da técnica de Brass de estimação, ao fornecer as informações necessárias para o cálculo dos indicadores de fecundidade - nascidos vivos durante os 12 meses anteriores à data do Censo (fecundidade corrente) e total de nascidos vivos (fecundidade retrospectiva ou parturição) – e de mortalidade – total de filhos nascidos vivos e total de filhos na data do Censo – por faixa etária das mulheres.



Indicadores de suporte à análise da dimensão Longevidade do IDHM

Dois blocos de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil podem ser utilizados na avaliação das condições de saúde. O primeiro bloco, composto de indicadores de longevidade e mortalidade, inclui a taxa de mortalidade infantil, as probabilidades de morte até 5, 40 e 60 anos de idade e a esperança de vida ao nascer. O segundo bloco é composto pela taxa de fecundidade total. A taxa de mortalidade infantil traduz o impacto das condições socioeconômicas da área geográfica de referência do recém-nascido. Quanto mais desenvolvida for uma região, mais a mortalidade infantil se relaciona a causas endógenas, determinadas pelos riscos de mortalidade neonatal (primeiros 28 dias de vida). Nas regiões menos desenvolvidas, além das causas endógenas, acrescentam-se, de forma determinante, as causas exógenas, entre elas a desnutrição e as doenças infecciosas e respiratórias. As probabilidades de morte espelham privações em distintas etapas da vida, em que diferentes causas atuam negativamente. O comportamento da taxa de fecundidade total vincula-se às transformações vivenciadas pela população brasileira na chamada “transição demográfica”, na qual a rápida queda dos níveis de fecundidade determinou o volume populacional e a nova configuração nacional em termos de estrutura etária.



Como é o cálculo da dimensão Longevidade do IDHM

O processo utilizado para transformar o indicador *esperança de vida ao nascer*, cuja unidade é “anos de vida”, em Índice de Longevidade, foi o da escolha de parâmetros máximos e mínimos que normalizassem o indicador através da fórmula: $I = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$.

Foram adotados os mesmos valores máximo e mínimo adotados pelo IDHM em suas edições anteriores:

- Máximo: 85 anos
- Mínimo: 25 anos

Assim, se um município, UF, região metropolitana ou UDH tem uma esperança de vida ao nascer de 70 anos, seu IDHM Longevidade será: $(70 - 25) / (85 - 25) = 45 / 60 \Rightarrow \text{IDHM Longevidade} = 0,750$.

Dimensão Educação

Acesso ao conhecimento

No IDHM, essa dimensão é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem.



O que compõe a dimensão Educação do IDHM?

A dimensão Educação do IDHM é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem.



O que medem esses indicadores?

A **escolaridade da população adulta** é medida pelo percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

O **fluxo escolar da população jovem** é medido pela média aritmética (1) do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; (2) do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; (3) do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e (4) do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.



Por que estes indicadores?

A **escolaridade da população adulta** reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira deveria ter completado, pelo menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional.

Os indicadores do **fluxo escolar da população jovem** acompanham a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação: entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental (neste caso, é captado somente o ensino regular) e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Os indicadores medem a adequação idade-série desse fluxo, pressupondo que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, precisam já estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas.



Como são calculados estes indicadores?

Os indicadores são obtidos a partir das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico.



Limitações

A medida da educação da população jovem não inclui toda a população em idade escolar e frequentando a escola, captando apenas determinados momentos da passagem da população jovem pelo sistema educacional. Além disso, no caso do indicador que envolve definição de série, “anos finais do fundamental”, capta apenas o ensino regular. Também adota, por questões amostrais e estatísticas, faixas etárias ampliadas daquela faixa etária ideal: 12 anos nos anos finais do fundamental, 16 anos com ensino fundamental completo, e 19 anos com ensino médio completo.

A medida da educação da população adulta limita a avaliação desta população àqueles que completaram o ensino fundamental, não incluindo aqueles que tiveram alguma passagem pelo sistema educacional sem completar ciclos. Também pressupõe como suficiente o ensino fundamental completo, quando já se considera como básico o ensino médio completo.



Peso das variáveis

Escolaridade da população adulta – Peso 1

Fluxo escolar da população jovem – Peso 2



Comparação e ajustes a partir do IDH Global

Assim como o IDH Global, o IDHM na dimensão Educação é composto por um indicador que fornece informação sobre a situação educacional da população adulta e um referente à população em idade escolar. Entretanto, as variáveis são outras.

No caso da população adulta, não há no Censo Demográfico de 2010 a informação da média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais, indicador utilizado no IDH Global. Assim, foi feita uma adaptação da variável, adotando-se a proporção da população de 18 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental.

No caso da população jovem, a metodologia aplicada pelo IDH Global a partir de 2010 – os anos esperados de escolaridade – é uma medida de retenção das pessoas na escola, independentemente da repetência, o que não se aplica para o caso brasileiro, já que o desafio atual da educação no país é a qualidade do ensino e a adequação do fluxo escolar, mais que a entrada e a permanência no sistema. Também inclui educação superior, o que não se aplica ao caso brasileiro. No IDH Global, os anos esperados de escolaridade consideram a frequência escolar da população do nível primário ao ensino superior. Enquanto isso, no IDHM considera-se a frequência da população que deveria estar frequentando a escola até o nível básico.



Fonte da informação

Censo Demográfico do IBGE.



Indicadores de suporte à análise da dimensão Educação do IDHM

Além dos cinco indicadores que compõem o IDHM Educação, o Atlas apresenta outros indicadores, que permitem uma visão mais completa e detalhada da situação local nesta dimensão, abordando, para faixas etárias diferenciadas, os temas: analfabetismo, grau de escolaridade (fundamental completo, médio completo, superior completo) e frequência escolar (frequência bruta, líquida, atraso escolar). O Atlas também apresenta o indicador Expectativa de anos de estudo, que é uma adaptação metodológica da métrica usada no IDH Global, mas considerando 12 anos como máximo de anos de estudos da educação formal (ensino básico) e ajustando estes valores para repetência. Ou seja, considera apenas a adequação da frequência escolar até os 18 anos de idade. No caso de um fluxo escolar ideal, em que todas as pessoas ingressam aos 6 anos no ensino fundamental e não há repetência ou abandono ao longo do ensino básico, esse indicador assumiria o valor de 12 anos.



Como é o cálculo da dimensão Educação do IDHM?

Considerando-se que as taxas de frequência e de conclusão variam entre 0% e 100% e que os valores mínimo e máximo escolhidos são também 0% e 100%, para “convertê-las” em um índice variando de 0 a 1, basta dividir a taxa por 100.

Assim, se um determinado lugar tem:

- 65% de sua população adulta (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo;
- 85% de crianças de 5 a 6 anos na escola;
- 80% de crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental;
- 70% de crianças de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo;
- 50% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.
- Seu **índice de escolaridade da população adulta** será 0,650.

Seu **índice de fluxo escolar da população jovem** será a média aritmética dos subíndices referentes aos 4 indicadores, com peso igual = $(0,850+0,800+0,700+0,500) / 4 = 0,712$

Seu **IDHM Educação** será a média geométrica desses dois índices, com peso 1 para o índice de escolaridade e peso 2 para o índice de fluxo = $\sqrt[3]{0,650 * 0,712 * 0,712} = 0,691$

Dimensão Renda

Padrão de vida

No IDHM, essa dimensão é medida pela renda mensal *per capita*.



O que compõe a dimensão Renda do IDHM?

A dimensão Renda do IDHM considera a renda *per capita* da população, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado lugar (município, UF, região metropolitana ou UDH), expressa em reais de 1º de agosto de 2010.



O que mede o indicador?

A renda *per capita* mede a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do lugar de referência.



Por que este indicador?

Esse é um indicador da capacidade dos habitantes de um determinado lugar de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas, como água, alimento e moradia.



Como é calculado o indicador?

Os valores são obtidos das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico. O indicador corresponde à razão entre o somatório de todos os rendimentos de todos os indivíduos residentes no lugar de referência, recebidos no mês anterior à data do Censo, e o número total desses indivíduos. Os valores dos rendimentos apurados a partir do Censo Demográfico de 1991 e 2000, em cruzeiros de 1º de setembro de 1991 e em reais de 1º de agosto de 2000, foram convertidos em reais constantes de 1º de agosto de 2010 (data de referência do Censo de 2010). Para isso, foi utilizada a série do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) do IBGE (convertida em uma série centrada no primeiro dia de cada mês) mas, considerando-se que essa série subestimou em 22,25% a inflação em julho/1994, aplicou-se, a partir dessa data, um fator corretor de 1,2225.



Limitações

A grande limitação desse indicador é não considerar a desigualdade de renda entre os habitantes da área de referência. Assim, um município, por exemplo, pode apresentar uma elevada renda *per capita*, mas, ao mesmo tempo, pode ter uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza.



Peso das variáveis

Apenas uma variável com peso 1 no cômputo geral do índice.



Comparação e ajustes a partir do IDH Global

O Produto Interno Bruto (PIB) é o valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano dentro de determinada fronteira. O PIB *per capita* é a divisão desse valor pela população do país e foi o indicador usado pelo PNUD, mundialmente, para o cálculo do IDH dos países e dos estados até 2010. Em 2010, esse indicador foi substituído pela RNB (Renda Nacional Bruta) *per capita*.

Na avaliação da renda dos habitantes de um município ou de uma UDH, o uso do PIB *per capita* torna-se inadequado ou indisponível (no caso das UDHs), pois, nem toda a renda gerada pela produção dentro da área geográfica de referência é apropriada pela população residente (e vice-versa). Por outro lado, não há estatísticas municipais ou intramunicipais para a RNB *per capita*. A alternativa adotada é o cálculo da renda *per capita* de cada lugar, auferida a partir do Censo Demográfico.



Fonte da informação

Censo Demográfico do IBGE.



Indicadores de suporte à análise da dimensão Renda do IDHM

Além da renda *per capita* municipal, o Atlas inclui, como suporte à análise dessa dimensão, diversos indicadores de desigualdade de renda (renda *per capita* por quinto da população, razão entre a renda *per capita* dos 10% e dos 20% mais ricos e a renda *per capita* dos 40% mais pobres, índices de Gini e de Theil) e de pobreza (considerando 3 linhas de pobreza – R\$ 70, R\$ 140 e R\$ 255). Para o cálculo desses indicadores, adota-se a renda domiciliar *per capita*, tomando-se como pressuposto que, em um mesmo domicílio, todas as pessoas têm o mesmo rendimento.



Como é o cálculo da dimensão Renda do IDHM

Para o cálculo da dimensão Renda do IDHM, aplica-se a fórmula:

$$\text{IDHM-R} = [\ln(\text{renda per capita do local de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})] / [\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]$$

A aplicação do logaritmo na fórmula aproxima os maiores valores de renda *per capita* dos menores e, com isso, reduz a desigualdade de renda existente. Mas esse procedimento considera que, à medida que a renda *per capita* se eleva, o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui.

- Máximo: R\$ 4.033,00 – corresponde ao valor da menor renda *per capita* entre os 10% mais ricos residentes na UF com maior renda média do país no período analisado, o Distrito Federal.
- Mínimo: R\$ 8,00 – corresponde a aproximadamente US\$100 PPC, limite adotado para o cálculo do IDH Global.

Assim, por exemplo, para um município com renda *per capita* de R\$ 827,35, o cálculo ficaria assim:

$$\text{IDHM-R} = (\ln 827,35 - \ln 8,00) / (\ln 4033,00 - \ln 8,00) \Rightarrow \text{IDHMR} = 0,745.$$

Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH)



Obtenção dos dados

Apesar de coletado em nível de domicílios e de pessoas, os dados dos Censos somente são liberados agregados, para evitar a exposição de informações personalizadas. No caso das informações constantes no questionário aplicado no universo dos domicílios, os dados estão disponíveis para os setores censitários. Já no caso do questionário da amostra, do qual o Atlas retira a maior parte de seus indicadores, os dados estão disponíveis apenas para as áreas de ponderação.

Para obter o acesso aos dados do questionário da amostra para recortes espaciais diferentes daqueles correspondentes às áreas de ponderação, os usuários devem submeter um projeto com a proposta da nova agregação para avaliação do IBGE, observando as exigências de confiabilidade estatística e obedecendo a critérios que serão rigorosamente avaliados por um comitê técnico. Entre os parâmetros avaliados pelo comitê, destaca-se, em especial, a exigência de que as áreas criadas devem ter, pelo menos, 400 domicílios particulares permanentes amostrados.

Uma vez aprovado o projeto com a criação de novos recortes espaciais para extração de dados, os usuários utilizam uma sala especial disponibilizada pelo IBGE, a chamada “sala de sigilo”, em que têm acesso aos microdados dos Censos segundo sua agregação espacial. Os resultados agregados obtidos a partir dos microdados passam ainda pela avaliação de consistência pelo IBGE antes de serem finalmente liberados ao usuário.

O processo, acima descrito, descreve os procedimentos observados pela equipe do projeto para obtenção dos indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas, no caso dos recortes espaciais chamados de Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

O que é um setor censitário?

O **setor censitário** é constituído de áreas contíguas, delimitadas para atender aos parâmetros da coleta e para controle cadastral. Situa-se em um único quadro urbano ou rural e o número de domicílios nele contidos e sua dimensão territorial são definidos de forma a permitir o levantamento das informações por um único recenseador. É definido em função da rota do recenseador, obedecendo a barreiras físicas e à lógica dos logradouros. Sua configuração assemelha-se às rotas dos leituristas de relógio de água, de energia elétrica, de endereçamento postal ou de coleta de lixo (normalmente quarteirões em centros urbanos, prédios muito grandes, etc). Com isso, tende a ser mais homogêneo nas áreas de maior densidade populacional e menos nas mais rarefeitas.

O que é uma área de ponderação?

A **área de ponderação**, por seu turno, é uma unidade geográfica formada por um agrupamento de setores censitários contíguos, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas obtidas com a amostra com as informações conhecidas para a população como um todo.



Critérios para a divisão das UDHS

As UDHS foram delineadas buscando gerar áreas mais homogêneas, do ponto de vista das condições socioeconômicas, do que as áreas de ponderação do IBGE. Ou seja, elas são construídas com o objetivo de melhor captar a diversidade de situações relacionadas com o desenvolvimento humano que ocorre no interior dos espaços intrametropolitanos, notadamente em seus grandes municípios, para desvendar o que é escondido pelas médias municipais agregadas, como apresentadas no Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios.

Enquanto a lógica das áreas de ponderação do IBGE atende a quesitos técnicos relacionados ao processo de coleta e amostragem, as UDHS estão voltadas para a análise espacial das Regiões Metropolitanas (RM), por meio de recortes espaciais de maior homogeneidade socioeconômica, com o objetivo de retratar as desigualdades intrametropolitanas de forma mais contundente.

Para se propor esses novos recortes espaciais para a análise e aprovação do IBGE, não foi utilizado nenhum modelo econométrico que pudesse ser aplicado para gerar a conformação das UDHS em todas as RMs do país. As características da vida urbano/metropolitana levam a conformações socioespaciais muito diversas e a homogeneidade obtida por meio da variável A ou B não necessariamente seria igual (ou delinear a mesma área) se medida por uma segunda variável, considerando-se, ainda, que os próprios setores censitários já trazem consigo algum nível de heterogeneidade. E cada lugar tem a sua morfologia e sua história de ocupação do espaço urbano.

Assim, para além das possibilidades associadas à análise das variáveis disponíveis para todos os setores censitários (que poderia ser contemplada por algum modelo econométrico), diversas situações que alteram os dados dos setores censitários (tal como a existência de um único condomínio vertical que altera a média dos dados de um setor censitário) e características da ocupação urbana (tais como idade e perfil dos assentamentos), podem não ser captadas, por exemplo, pela variável renda, e podem interferir nos indicadores sociodemográficos das UDHS. Isto fez com que fosse necessário construir a proposta das UDHS em cada RM de modo “customizado”, atentando-se para as especificidades de cada espaço metropolitano considerado.



Validação local

No processo de delimitação das UDHS, foi necessário contar com o conhecimento e a colaboração técnica de instituições e pesquisadores de todas as RMs abrangidas pelo Atlas, para que eles pudessem, a partir de uma base de informações socioeconômicas em nível de setores censitários (foram disponibilizadas informações do censo-universo como renda, número de banheiros dos domicílios, entre outras), propor a configuração de recortes espaciais intrametropolitanos mais homogêneos que atendessem às exigências técnicas do IBGE.

Além disso, essas novas unidades espaciais deveriam ser reconhecidas, inclusive, por denominações já utilizadas pela população. Na medida do possível, tais unidades se constituiriam em agregações de setores censitários que apresentariam áreas contíguas, visando facilitar sua nomenclatura e reconhecimento.

A construção das UDHS, portanto, foi um trabalho que exigiu a articulação de um conjunto expressivo de parceiros (articulados por meio da Plataforma Ipea de Pesquisa em Rede – Rede Ipea). Os parceiros deveriam propor a configuração desses espaços intrametropolitanos, respeitando os critérios e exigências do IBGE, os quais deveriam ser os mais homogêneos possíveis, em termos socioeconômicos (homogeneidade), contíguos (contiguidade) e que fossem reconhecidos por parte da população residente (identidade).



Limitações

No processo de construção das novas agregações que viriam a conformar as UDHS, observou-se que, em diversos casos, tornava-se difícil atender ao critério de um mínimo de 400 domicílios particulares permanentes amostrados e, simultaneamente, observar o critério da homogeneidade socioeconômica.

Considerando esse problema técnico-metodológico, procedeu-se a uma agregação de áreas descontínuas que guardassem semelhanças entre si, segundo os aspectos descritos inicialmente, e que também pudessem ser reconhecidas, independentemente do tamanho. Este processo de agregação era implementado até atingir o tamanho mínimo dos 400 domicílios particulares permanentes amostrados. Tal procedimento se justifica, por exemplo, quando se registram pequenas vilas/favelas incrustadas em bairros de alta renda, ou inversamente, quando existem condomínios de luxo incrustados em bairros de população de baixa renda ou de características domiciliares muito distintas.

Ao final, é como se fossem geradas novas áreas de ponderação com maior homogeneidade socioeconômica, mas sem contiguidade espacial.

A limitação técnica, acima descrita, exigiu que a construção das UDHS obedecesse a duas etapas. Numa primeira etapa, os critérios de homogeneidade, contiguidade e identidade deveriam ser respeitados, sem, necessariamente, atender ao critério de conformar áreas com 400 domicílios particulares amostrados (ainda que isso fosse desejável).

O resultado desse recorte, proposto pela coordenação do Atlas e validado pelos parceiros da Rede Ipea, corresponde às UDHS tal como são apresentadas no Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas.

Em uma segunda etapa, foi necessário atender aos critérios e exigências do IBGE para extração dos dados do questionário da amostra (censo-amostra). Isso implicou na necessidade de agregar UDHS homogêneas em termos socioeconômicos e de perfis de ocupação urbana, para atender aos critérios definidos para extração de dados. Dessa forma, os dados constantes no Atlas expressam os dados médios das UDHS que foram agregadas para fins da extração dos dados no IBGE. Ou seja, se uma UDH constante no Atlas não atendia às exigências técnicas impostas pelo IBGE, os dados apresentados para esta UDH não são exclusivos dela, mas são resultados médios relativos à UDH em questão e a outras UDHS homogêneas que também apresentavam esta limitação técnica e que foram agregadas para fins de extração dos dados. Assim, UDHS cujos dados foram obtidos em conjunto compartilham os mesmos indicadores, exceto no caso daqueles que têm origem no censo-universo (como população e analfabetismo).

Outra observação importante sobre a construção das UDHS diz respeito aos municípios pequenos que fazem parte de RMs. Quando o município apresenta uma população pequena, em geral, com apenas uma única área de ponderação, ele também corresponde a uma única UDH. Dessa forma, seus indicadores correspondem àqueles observados para o município como um todo, dada a impossibilidade de se fazer uma divisão do seu espaço, ainda que se reconheça a existência de desigualdades socioespaciais em seu território.



Divisão regional

Na construção das UDHS que aparecem no Atlas e na eventual agregação de UDHS para fins de extração dos dados da amostra, nos municípios em que havia recortes regionais compatíveis com a malha dos setores censitários do Censo Demográfico 2010, esses recortes foram respeitados, de modo que os indicadores estão disponíveis para níveis territoriais (Regiões Administrativas, regionais, distritos, subprefeituras etc.) intermediários, inframunicipais, que são agregações das UDHS que compõem essas escalas.



Fonte da informação

Censos Demográficos do IBGE.



Parceiros institucionais



Apoio institucional



www.atlasbrasil.org.br